



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

CAROLINE BOTELHO TEIXEIRA

**DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O ACERVO MUSEOLÓGICO PELOS
MUSEUS IBRAM**

Brasília, DF
2023

Caroline Botelho Teixeira

**DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O ACERVO MUSEOLÓGICO PELOS
MUSEUS IBRAM**

Monografia apresentada como requisito básico para
obtenção de título de bacharel em Museologia pela
Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de
Brasília

Orientador: Prof.^a Dr.^a Andréa Fernandes Considera

Brasília – DF
2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

TT266d Teixeira, Caroline Botelho
Divulgação de informações sobre o acervo museológico pelos
museus Ibram / Caroline Botelho Teixeira; orientador Andréa
Fernandes Considera. -- Brasília, 2023.
111 p.

Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de
Brasília, 2023.

1. Documentação Museológica. 2. Museologia. 3. Ibram. 4.
Museus Brasileiros. 5. Comunicação museológica. I. Fernandes
Considera, Andréa , orient. II. Título.

ANEXO III - FOLHA DE APROVAÇÃO**CAROLINE BOTELHO TEIXEIRA****DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O ACERVO MUSEOLÓGICO PELOS MUSEUS IBRAM**

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Aprovado por:

Andrea Fernandes ConsideraProfessora da Universidade de Brasília (UnB)
Doutora em História - UnB**Deborah Silva Santos**Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Doutora em Museologia - ULHT, Portugal**Luciana Magalhães Portela**Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Doutora em Antropologia Social - UnB

Documento assinado eletronicamente por **Andréa Fernandes Considera, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 08/02/2023, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Deborah Silva Santos, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 08/02/2023, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Magalhães Portela, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 08/02/2023, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9305647** e o código CRC **AD5FF695**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais que sempre me apoiaram e sempre buscaram me conceder todo suporte possível nos caminhos que eu busquei percorrer.

À minha professora Dra. Andrea pela sua paciência e dedicação não só na realização deste trabalho como em outros momentos do curso.

Aos professores do curso que tanto me ensinaram e que me influenciaram a tomar escolhas das quais hoje me orgulho, em especial Marijara, Ana Abreu e Monique Magaldi.

À professora Mônica Peres e Márcia Marques que me acolheram em seus projetos e me deram uma nova perspectiva do que é a Universidade de Brasília.

Às bibliotecárias e servidoras do GID onde estagiei pela primeira vez e vivi muitas experiências enriquecedoras, em especial Luana, Ruth, Thayse e Patrícia.

À toda equipe da Coordenação de Preservação de Bens Históricos e Artísticos da Presidência da República, em especial a Ana Carolina, Daniele, Fabiana, Genevaldo, Nelson e Luís Henrique que foram essenciais na minha formação profissional.

À toda equipe de estagiários e servidores da Coordenação de Visitação do Senado onde também vivi ótimas experiências como estagiária.

Aos meus amigos Denize, Gabriel, Maiza e Rodrigo que sempre estiveram ao meu lado e com bom humor fizeram todos momentos mais leves.

A pessoas especiais como Mikael, Lenice, Irmã Dita, Paola, Bryan, Nicole e Ana que foram também muito importantes na minha graduação.

RESUMO

O presente trabalho consiste na pesquisa acerca das informações sobre os objetos do acervo museológico disponibilizadas na internet pelos museus Ibram. O objetivo geral deste trabalho foi analisar os campos de informação museológica utilizados pelos museus e indicar os mais utilizados. Como instrumento de comparação foram utilizados os campos presentes na Normativa Ibram nº 06/2021. Este trabalho foi impulsionado pelo fato de existirem poucas pesquisas sobre a documentação dos museus Ibram enquanto grupo. Para alcançar o objetivo geral foi necessário realizar o levantamento de literatura acerca da documentação em museus e a coleta, análise e comparação dos campos de informação disponíveis. Este trabalho foi dividido em três capítulos, no primeiro são apresentados conceitos relacionados à documentação em museus como: documento e informação para a Museologia, ficha de catalogação, campos de informação e Tesouros, além de um breve panorama sobre a história da documentação em museus, a apresentação da Normativa e de ferramentas utilizadas para a divulgação de informações museológicas e/ou gestão de acervo. No segundo capítulo são apresentadas as informações coletadas acerca dos 27 museus Ibram, incluindo de forma breve a história da instituição e os dados acerca dos campos de informação utilizados. No terceiro e último capítulo são apresentadas análises sobre os dados coletados, como os museus disponibilizam as informações sobre objetos de seu acervo, como essas informações se relacionam com a Normativa e como a escolha da ferramenta pode afetar na apresentação dessas informações.

Palavras-chave: Documentação Museológica. Museologia. Ibram. Museus Brasileiros. Comunicação museológica.

ABSTRACT

The present work consists of investigating information about the objects of the museological collection made available on the Internet by the Ibram museums. The general objective of this work was to analyze the museological information fields used by museums and to indicate the most used ones. As a comparison tool, the fields present in Ibram Normativa nº 06/2021 were used. This work was prompted by the fact that there is little research on the documentation of the Ibram museums as a group. To achieve the general objective, it was necessary to carry out a survey of the literature on museum documentation and the collection, analysis and comparison of the available information fields. This work was divided into three chapters, the first presents concepts related to documentation in museums such as: document and information for Museology, cataloging form, information fields and Thesaurus, in addition to a brief overview of the history of documentation in museums, the presentation of the Normativa and tools used for the dissemination of museological information and/or collection management. The second chapter presents the information collected on the 27 Ibram museums, including a brief history of the institution and data on the information fields used. In the third and final chapter, analyzes are presented on the data collected, how museums make information about the objects in their collection available, how this information relates to the Normativa, and how the choice of tool can affect the presentation of this collection's information.

Palavras-chave: Museological Documentation. Museology. Brazilian Museums. Museological communication.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página "Avestruz".....	69
Figura 2 - Página Bengala.....	71
Figura 3 - Página "Na varanda".....	72
Figura 4 - Página Pintura religiosa.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ficha catalográfica apresentada por Cândido.....	19
Tabela 2 - Ficha catalográfica apresentada por Bottallo.....	20
Tabela 3 - Ficha catalográfica apresentada por CIDOC/ICOM	20
Tabela 4 - Ficha catalográfica apresentada por Padilha.....	20
Tabela 5 - Museus, ferramentas e objetos.....	49
Tabela 6 - Relação de campos e Normativa nº6.....	54
Tabela 7 - Campos além da Normativa nº6.....	60
Tabela 8 - Campos da Normativa número 6/2021 e quantidade de museus que os disponibilizam	77
Tabela 9 - Campos além da Normativa número 6/2021 e quantidade de museus que os disponibilizam.....	78

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CIDOC - Comitê Internacional para a Documentação

Dami - Programa de Digitalização do Acervo do Museu Imperial

DEMU - Departamento de Museus e Centros Culturais

Ibram - Instituto Brasileiro de Museus

Icom - Conselho Internacional de Museus

INBCM - Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados

Iphan - Instituto do Patrimnio Histórico e Artístico Nacional

MNBA - Museu Nacional de Belas Artes

PNM - Política Nacional de Museus

UnB - Universidade de Brasília

OIM - Oficina Internacional de Museus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO EM MUSEUS, CONTEXTO HISTÓRICO E INFORMAÇÃO EM MUSEUS IBRAM	16
1.1 Documentação e informação em museus	16
1.2 Contexto histórico	22
1.3 Informação em museus Ibram	26
1.3.1 Divulgação na internet	30
1.3.2 Ferramentas de divulgação da informação museológica	33
2 INFORMAÇÃO MUSEOLÓGICA DISPONIBILIZADA PELOS MUSEUS IBRAM	37
2.1 Histórico e principais características dos Museus Ibram	38
2.2 Dados e informações recolhidas	48
2.3 Visualização do objeto na ferramenta	68
3 PERSPECTIVA DOS DADOS E INFORMAÇÕES	75
3.1 Visão geral das ferramentas	75
3.2 Visão geral dos campos	77
3.3 Planos museológicos e documentação do museu	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
ANEXO	105

INTRODUÇÃO

Ingressei no curso de Museologia na Universidade de Brasília em 2016; o meu interesse ao prestar o vestibular era estudar temas relacionados à História e as Artes. Acabei por descobrir uma área do conhecimento consolidada que permeia assuntos relacionados à História, Artes, Antropologia e outras, mas que também apresenta sua própria história, importância e características. No sexto semestre ao cursar "Informação e Documentação Museológica" me interessei pela documentação em museus justamente por ser uma atividade importante, mas que às vezes não tem o reconhecimento que merece.

Estagiei na Biblioteca Central, mais especificamente na Coordenadoria de Gestão da Informação Digital, onde tive contato com algumas normas utilizadas pela Biblioteconomia para catalogação e disponibilização de trabalhos acadêmicos no meio digital. Estagiei ainda na Coordenação de Preservação de Bens Históricos e Artísticos da Presidência da República onde tive uma experiência prática ampla relacionada às atividades que um Museólogo desenvolve dentro e fora de um museu. Participei ainda como membro da Empresa Júnior de Museologia MUSEOTEC onde tive contato com projetos diversos e responsabilidades que não tinha experimentado antes.

A documentação museológica é uma área extremamente importante em um museu. Sem uma boa documentação, a preservação e a disseminação da informação ficam comprometidas e o museu corre o risco de não cumprir sua função e perder o sentido de existir. É a documentação que permite conhecer, monitorar e gerir o acervo de um museu, sem ela não localizamos o objeto ou identificamos aqueles que precisam de ações de conservação ou restauro, também não é possível organizar exposições ou publicações de maneira segura e eficiente, entre outras tantas atividades que acontecem nos museus e acabam por legitimar a sua existência.

Este trabalho foi impulsionado pelo fato de que, ainda que existam muitos outros trabalhos que analisem a documentação de um museu, há poucas pesquisas que têm como objetivo comparar a documentação e informação museológica dos museus do Ibram. Muito se fala hoje em interoperabilidade entre sistemas e

disseminação do conhecimento, porém pouco se reflete sobre as características que aproximam e distanciam os museus quanto à documentação, especificamente em museus brasileiros. Este trabalho deriva de uma pesquisa qualitativa e se encaixa no Eixo 2 - Museologia e Informação.

Tendo em mente a importância da documentação museológica e os avanços recentes no país, principalmente relacionados ao programa Acervo em Rede do Ibram, este trabalho busca analisar os campos de informação apresentados em meio digital pelos museus Ibram. Por meio do acesso às ferramentas digitais de cada um dos 27 museus Ibram foi realizado o levantamento dos campos de informação disponíveis.

Devido ao grande volume de informações já encontradas no meio digital optou-se por manter estas mesmas informações como objeto de estudo. O objetivo geral desta pesquisa é analisar os campos de informação museológica que os museus do Ibram oferecem em meio digital. Para alcançar o objetivo geral foi necessário reunir e revisar a literatura acerca da documentação em museus e levantar, analisar e comparar os campos de informação que os museus Ibram disponibilizam.

Este trabalho será dividido em três capítulos, no primeiro irei discorrer sobre alguns conceitos relacionados à documentação em museus como: documento e informação para a Museologia, ficha de catalogação e seus campos de informação e Tesouros. Ainda no primeiro capítulo apresento um breve contexto histórico da documentação museológica no mundo e no país, desde os templos gregos, passando pelos gabinetes de curiosidades, Ibram e a Normativa nº 06/2021 até a comunicação em museus na atualidade por meio da internet. São conceitos que considerarei importantes para confecção e entendimento deste trabalho.

No segundo capítulo serão apresentados os dados coletados acerca dos 27 museus Ibram. Cada museu será brevemente contextualizado visto que são instituições que se diferem muito uma das outras e essas singularidades podem impactar na pesquisa. O segundo capítulo apresentará os dados coletados em cada instituição relacionados ao total de objetos musealizados da instituição, aos objetos musealizados com informação disponível online, se disponíveis por meio ou auxílio de uma ferramenta. Serão apresentados também dados sobre a disponibilização dos

campos de informação que estão presentes na Normativa Ibram nº 06/2021 e também sobre os outros campos, fora da Normativa mas disponibilizados pelos museus.

No terceiro e último capítulo apresentarei análises sobre os dados coletados, como os museus apresentam as informações sobre objetos de seu acervo, como essas informações se relacionam com a Normativa e como a escolha da ferramenta pode afetar na apresentação dessas informações.

1 DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO EM MUSEUS, CONTEXTO HISTÓRICO E INFORMAÇÃO EM MUSEUS IBRAM

Neste primeiro capítulo irei discorrer brevemente sobre algumas concepções e características importantes da documentação museológica, sobre a história da documentação em museus e sobre o Ibram e as informações disponibilizadas em meio digital pelos seus museus.

1.1 Documentação e informação em museus

Neste tópico apresento algumas concepções de documento e documentação em museus, apresento também o instrumento usual dessa documentação, a ficha catalográfica.

O documento é o suporte da informação, ele carrega explícita ou implicitamente dados sobre si, sobre outros objetos, sobre pessoas, lugares e períodos. Segundo Padilha (2014 p. 13) o documento é “qualquer objeto produzido pela ação humana ou pela natureza”, ou seja ele pode ter diferentes formatos e utilidades, pode estar relacionado com eventos, pessoas, culturas etc. mas não deixa de ser um registro, um testemunho.

Buckland (1991) identifica três principais tipos de usos da palavra "informação": informação-como-processo, informação-como-conhecimento e informação-como-objeto. Informação-como-processo está relacionado ao ato de se informar, informação como conhecimento se relaciona à retenção de informação e ao uso do conhecimento, já informação como objeto relaciona-se com o suporte de informação. Soares entende que no contexto de documentação museológica o sentido da palavra informação é englobado pelos três sentidos descritos por Buckland,

Enquanto informação como processo, a documentação museológica contribui para que o conhecimento de alguém sobre determinado(s) objeto(s) tenha o seu status modificado (alargado) e, desse jeito, a conseqüente modificação propicia a redução das incertezas que o indivíduo certamente tinha (ou ainda possa ter) acerca do(s) objeto(s); configura-se, destarte, em informação como conhecimento. Em primeiro lugar, no entanto, tem-se a informação como coisa, isto é, aquela representada pelo próprio objeto em sua forma física e, como tal, oferece ao indivíduo (observador/ou

pesquisador) informações sensoriais sobre si e, ao mesmo tempo, se sujeita a interpretações feitas de maneira contextualizada conforme o “ambiente”. (SOARES, p.[6] 2017?)

Para Bottallo (2010) a Museologia considera objeto museológico e documento como sinônimos e a preservação deste objeto/documento acontece, em um museu, nas atividades de documentação museológica e conservação preventiva, sendo a documentação museológica a preservação do conteúdo e a conservação preventiva a preservação do material.

A documentação museológica tem como particularidade reconhecer os acervos museológicos, independentemente de sua natureza, como suportes de informação. Está focada na busca, reunião, organização, preservação e disponibilização de todas as informações, sobre quaisquer suportes, que digam respeito a esses mesmos acervos. (BOTTALLO, 2010, p. 51)

Segundo Padilha, em um museu o termo *documentação* pode estar atrelado à documentação das informações de seu acervo ou a documentação das práticas administrativas que acontecem na instituição. A documentação administrativa produzida pelo museu pode ser entendida, ainda segundo Padilha, como um instrumento de legitimação das práticas desenvolvidas ali, são considerados instrumentos da documentação administrativa, registros de arrolamento, termos de transferência, permuta, transporte e outros.

A documentação do acervo refere-se principalmente à coleta, registro, organização e manutenção dos dados de cada objeto presente no acervo, são atividades necessárias para estruturação da informação dentro de um museu. Para Bottallo (2010) quando falamos em documentação museológica falamos em um sistema com processos de rigor metodológico

O sistema da Documentação Museológica vai além da reunião de postulados que regulam a ordem de identificação dos fenômenos museológicos. Também não se limita a ser um método de classificação de um conjunto observável. Mas, acima de tudo, trata de um conjunto de princípios que – ao serem reunidos e combinados por meio de coordenadas pré-estabelecidas – formam um corpo de doutrina. A busca, o registro e a disponibilização das informações sobre o acervo devem ser feitas de maneira padronizada de acordo com normas pré-estabelecidas. É dessa forma que podemos torná-las acessíveis de maneira ampla, fidedigna e, portanto, verdadeira, seja como fonte, ou como produto. (BOTTALLO, 2010, p. 52)

Garantir o rigor metodológico na documentação museológica significa seguir normas e padrões adotados pela Museologia. O processo de entrada, de registro, de catalogação do objeto já são componentes de um sistema de documentação, e cada

um destes componentes, entre os tantos outros existentes, têm suas próprias normas e padrões. O pior cenário que pode ser causado, pela falta de uma documentação adequada é a desassociação entre o objeto e a sua informação, a perda destas informações pode ser irreversível.

Ao se integrar ao espaço museológico o objeto deixa de exercer a função que exercia antes e passa a ser um objeto de museu, este processo é chamado de musealização. Para Bottallo (2010)

Quando se reconhece em um objeto – ou em um grupo de objetos – as características apontadas, ao integrarem uma coleção, eles passarão por um processo chamado musealização, ou seja, despidos de seus atributos específicos e evocadores primários, tornam-se documentos. Por exigir-se do museu a manutenção do princípio da integridade daqueles objetos, justifica-se sua retirada do fluxo da vida funcional e cotidiana, destacando seu aspecto de representação. (p. 50)

A musealização de um objeto envolve o conhecimento que se tem sobre ele, para isso a coleta de informações já quando ele é recebido é importante, assim como a pesquisa e registro da sua vida antes da musealização. Após ser musealizado o objeto continua sendo documentado, registros de exposições que integrou, intervenções de restauro que sofreu entre outras são parte importante da sua vida.

Segundo Monteiro (2010) são diversos motivos que fazem a documentação museológica importante, ela é o que nos permite conhecer valores e significados do acervo, permite a orientação para processos de conservação e restauração, gestão e monitoramento do acervo, orienta curadorias que vão resultar na divulgação do acervo por meio de exposições e ações educativas, entre outros processos que por sua vez irão resultar na criação de novos conhecimentos.

O instrumento usual para a documentação do objeto no museu é a ficha de catalogação. A ficha de catalogação, ou ficha catalográfica, é um instrumento que contém as informações e descrição do objeto. É necessário para uma ficha eficiente, que funcione com o acervo inteiro a padronização dos campos e a utilização de vocabulário controlado. A ficha deverá ser atualizada sempre que necessário, correções e informações novas devem ser inseridas nela, por isso a sua confecção deve levar em conta o crescimento do acervo e o surgimento de novas informações sobre os objetos.

Os campos são parte do modo de apresentação da informação e sendo flexíveis podem revelar muito sobre a documentação. Diferente do livro que traz consigo as informações sobre o título, autor, material ou assunto, o objeto de museu precisa ser “decifrado”. As informações extrínsecas são aquelas externas à materialidade do objeto, um antigo dono ou evento onde esteve, o porquê foi criado, e as informações extrínsecas nos ajudam a entender o objeto à medida que o contextualizam no espaço e tempo. As informações intrínsecas estão na materialidade do objeto e se relacionam com tamanho, material, danos que o objeto pode ter sofrido etc.

Quanto ao esclarecimento dos campos necessários, ou possíveis, e também da padronização do preenchimento desses campos nas fichas catalográficas, muito material foi publicado, um desses materiais foi lançado em 1995 e é fruto do grupo de trabalho Dados e terminologia do CIDOC. As Diretrizes internacionais de informação sobre objetos: categorias de informação do CIDOC detalham 22 grupos de informação, cada grupo contém no mínimo duas categorias de informação e englobam campos que vão desde informações sobre a aquisição do objeto até informações sobre os seus direitos de reprodução.

No Brasil a Resolução Normativa Ibram nº 06/2021, de 31 de Agosto de 2021 é referência quanto aos campos mínimos utilizados na documentação museológica. A Resolução e seus campos serão tratados posteriormente neste trabalho. Diversos autores e organizações tanto nacionais como internacionais realizaram trabalhos de compilação de campos, nas tabelas 1, 2, 3 e 4 confeccionadas por Mussoline (2016) é possível visualizar as compilações de Cândido, Bottallo, Padilha e CIDOC.

Tabela 1 – Ficha catalográfica apresentada por Cândido

Autora	Aspectos						
	Identificação do Objeto	Análise do objeto	Conservação do Objeto	Notas	Reprodução Fotográfica	Dados de preenchimento	Anexos
Cândido	Coleção, Categoria do acervo, Cód. inventário, Número do inventário anterior, Termo, Classificação, Título, Data, Data atribuída, autoria, Material/Técnica, Origem, Procedência, modo de aquisição, data de aquisição, Marcas e inscrições, Estado de conservação, Dimensões, Descrição do objeto	Dados Históricos, Características iconográficas, características estilísticas, características técnicas	Diagnóstico, Intervenções anteriores, recomendações	Histórico de exposições/ prêmios, histórico de publicações, referências arquivísticas/ bibliográficas, valor de seguro, observações, localização	Controle, fotógrafo/data	Preenchimento/ data, revisão/data, digitação/data	Imagens digitalizadas

Fonte: Mussoline (2016)

Tabela 2 – Ficha catalográfica apresentada por Bottallo

Autora	Aspectos						
	Dados Gerais do Museu	Dados Jurídico-Administrativos do Objeto	Dados físicos e culturais	Conservação e Restauro	Responsabilidades	Inscrições	Dados sobre a trajetória Museológica do Objeto
Bottallo	Identificação, Endereço, Município, Telefone, Ano da Fundação, Nº do Decreto ou instrumento de criação do museu, Nome e Cargo do Responsável	Imagem, Nº de Patrimônio, Nº de Processo, Valor, Nº de Partes, Outros números, Coleção, Forma de entrada, Forma de entrada (se outra), Data de entrada, Localização do objeto no museu	Tipologia do objeto, Denominação do objeto, Autor/fabricante, Descrição sumária, Título (se aplicável), Data/cronologia do objeto, Dimensões, Origem, Forma de confecção/produção	Estado de conservação, Data de avaliação, Descrição/Ocorrência, Observações	Nome da pessoa e/ou instituição, Função, Observações	Tipos de inscrição/sinais, Localização, Transcrição, Dados complementares, Observações	Referências biográficas, Referências bibliográficas, Observações

Fonte: Mussoline (2016)

Tabela 3 – Ficha catalográfica apresentada por CIDOC/ICOM

Autor	Aspectos							
	Informação de Aquisição	Informação sobre o Estado de conservação	Informação sobre Baixa patrimonial e alienação	Informação sobre descrição	Informação sobre imagem	Informação sobre instituição	Informação sobre Localização	Informação sobre Marca e Inscrição
CIDOC/ICOM	Método de aquisição, Data de aquisição, Fonte de aquisição	Estado de conservação, Sumário do estado de conservação, Data de avaliação do estado de conservação	Data de baixa patrimonial, Data de alienação, Método de alienação, Destinatário da alienação	Descrição física, Situação do espécime	Tipo de imagem, Número de referência de imagem	Nome da instituição, Nome da instituição subordinada, Endereço da instituição, País da instituição	Localização atual, Data da localização atual, Tipo de localização atual, Localização usual	Texto da marca/inscrição, Tipo de marca/inscrição, Descrição da marca/ inscrição, Técnica da marca/inscrição, Posição da marca/inscrição, Idioma da marca/inscrição, Tradução da marca/inscrição
	Aspectos							
	Informação sobre Material e Técnica	Informação sobre Medição	Informação sobre Associação do Objeto	Informação sobre Coleta de objeto	Informação sobre Registro do Objeto	Informação sobre Nome de Objeto	Informação sobre Número de objeto	
	Material, Técnica, Descrição de parte ou componente	Dimensão, Medida, Unidade de medida, Parte medida	Local associado, Data associada, Nome do grupo/indivíduo associado, Tipo de associação, Função original	Local da coleta, Data da coleta, Coletor, Método de coleta	Proprietário atual, Depositante, Data de entrada, Número de entrada, Motivo da entrada	Nome do objeto, Tipo de nome do objeto, Autoridade de nome do objeto	Número de objeto, Tipo de número de objeto, Data do número de objeto	
Aspectos								
Informação sobre a produção do objeto	Informação sobre Título do objeto	Informação sobre Parte e Componente	Informação sobre Catalogação	Informação sobre Referência	Informação sobre Direitos de Reprodução	Informação sobre Assunto Representado		
Local de produção, Data de produção, Nome do grupo/indivíduo produtor, função da produção	Título, Tipo de Título, Tradução do Título	Número de partes ou componentes, Descrição de partes ou componentes	Catalogador, Data de catalogação, Autoridade	Referência, Tipo de referência	Nota sobre direitos de reprodução, Proprietário dos direitos de reprodução	Assunto representado, Descrição do assunto representado		

Fonte: Mussoline (2016)

Tabela 4 – Ficha catalográfica apresentada por Padilha

Autora	Aspectos	
	Identificação e característica do objeto	Informações contextuais
Padilha	Número de tombo, Número de registro, Outros números, Localização na instituição, Objeto, Título, Autor ou Autoridade, Descrição intrínseca, Dimensão, Material, Procedência, Observação, Tipo de aquisição, Ex-proprietário, Data de aquisição, Estado de Conservação	Descrição extrínseca, Período, Referências bibliográficas, Objetos associados, Exposições, Publicações, Restauro, Pesquisas, Autorização de uso, Observações, Registrado por, Data de registro

Fonte: Mussoline (2016)

É possível perceber que existem campos que se repetem em todas as tabelas como campos sobre o material, técnica, data de produção, fotografia, dimensões e outros, mas também campos que parecem inéditos como o nome e cargo do responsável, localização usual, valor do seguro, entre outros. Existem informações que são essenciais para catalogar um objeto e precisam de um campo próprio e

existem informações que podem ser consideradas complementares por um autor ou outro.

Na catalogação de objetos de museu, nem sempre todos os campos de descrição serão preenchidos. Em geral, a ficha catalográfica contempla campos para todas as informações previsíveis, o que não significa que todas elas deverão ser encontradas. (YASSUDA, 2009, p. 60)

Cada museu possui tipologia e características próprias que precisam ser consideradas ao escolher os campos que compõem a ficha catalográfica, pois isso influencia toda cadeia funcional do objeto dentro do museu. Segundo Yassuda

A questão da documentação em museus, tema que desperta certas inquietudes no âmbito da Ciência da Informação, não se enquadra em sistemas codificados como se dá na documentação em bibliotecas e arquivos. A diversidade do acervo do museu requer uma amplitude maior dos campos de descrição, de maneira a atender a todas as demandas informacionais dos itens da coleção. Nos museus, cada peça do acervo é tratada unitariamente, mesmo que faça parte de uma coleção específica. Além disso, características peculiares à instituição museológica, como o perfil do museu (Histórico, Arqueológico, História Natural, Pedagógico, Antropológico, Artes, etc.) privilegia um tipo específico de informação, onde as leituras serão diferentes, assim como os valores que permeiam essas leituras. (2009, p.16)

O preenchimento do campo “classificação” na ficha catalográfica deve ser feito com o auxílio de um Tesouro. Não é incomum que muitos termos se confundam e afetem negativamente a documentação em um museu, o Tesouro vai ajudar a definir as características que o objeto precisa ter para receber um determinado nome, é ele por exemplo que diz o que é um “jarro” e o que é uma “jarra”, e desta forma ao procurar no acervo um jarro não serão recuperadas informações sobre jarras.

O Thesaurus de Acervos Museológicos (1987) foi desenvolvido por Ferrez e Bianchini no âmbito do Museu Histórico Nacional e reúne um conjunto de termos sem ambiguidade e de forma clara, organizados por meio de relações e hierarquias em classes e subclasses.

[...] a classificação é uma área relacionada à sua identificação a partir do vínculo cultural do objeto e/ou sua origem e/ou sua forma de confecção e/ou a forma como foi incorporado socialmente ou ainda, como sua contribuição para a coleção museológica é entendida. Um objeto museológico, portanto, pode ser classificado de várias formas, ou seja, a classificação é uma área que deve ser bem estudada para evitar subjetividades. Em outras palavras, a classificação não pode ser uma atribuição pessoal, mas deve ser compreendida de uma forma cultural mais ampla. De preferência, deve ser resultado de uma compreensão do papel daquele objeto na coleção. Para determinar a classificação de um objeto

museológico será indicada a forma cultural preponderante do objeto e/ou a maneira como foi musealizado naquele contexto institucional, ou seja, o motivo que justificou sua entrada naquela coleção museológica. (BOTTALLO, 2010, p. 74).

Existem hoje diversos tesouros, tesouros específicos para um tipo de coleção, tesouros específicos para um museu ou biblioteca, tesouros comumente utilizados em um país ou outro. A sua correta utilização vai garantir o controle e padronização dos termos e assim, como explicitado por Ferrez (1991, p. 2), vai resultar em uma recuperação eficiente da informação.

1.2 Contexto histórico

Neste tópico abordarei brevemente a história da documentação em museus, desde os registros nos templos gregos, passando pelos gabinetes de curiosidades, catálogos de museus até a criação do CIDOC.

A documentação nos museus como existe hoje é fruto de anos de estudos e práticas aperfeiçoadas por diversos tipos de organizações, instituições, estudiosos e profissionais de museus. Assim como o entendimento do que é um “museu” se modificou com o passar do tempo, o entendimento do que é “documentação museológica” também se modificou.

Segundo Desvallées e Mairesse (2013) ao longo do tempo as formas e as funções de um museu sofreram alterações; hoje a palavra “museu” pode significar tanto a instituição quanto o lugar onde se realiza a “seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio” (p. 64). Já o Conselho Internacional de Museus (ICOM) define “museu” como:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento. (2022).

Testemunhos materiais e imateriais de tempos passados que conhecemos hoje só podem ser acessados por que foram intencionalmente ou não intencionalmente preservados. Segundo Araújo (2012, p. 33) “a ideia de musealidade, antes até do que a de museu, mistura-se à ação humana de intervir na

realidade (natural e humana), reconhecendo nela objetos e elementos a serem guardados, colecionados, exibidos, atribuindo significados a estes objetos”.

A preocupação com a preservação destes testemunhos vai levar o homem a pensar em mecanismos que garantam a sua segurança, primeiramente física e depois intelectual. Segundo Yassuda (2009) nos antigos templos gregos as oferendas eram registradas pois havia a preocupação que fossem furtadas, o mesmo aconteceu com coleções de nobres e clérigos durante a Idade Média.

(...) o objetivo da documentação era o registro das coleções no sentido de posse e salvaguarda desses objetos, mais tarde inicia-se uma aproximação entre a documentação e a organização das coleções, hoje, além de englobar todas as funções anteriores, ela também está intimamente relacionada ao acesso e disseminação da informação visando à construção do conhecimento. (YASSUDA, 2009)

No final do século XIV as coleções principescas se popularizaram entre os europeus, tais coleções se tornaram ainda mais atrativas com os objetos “exóticos” trazidos pelas grandes navegações de lugares longínquos e pela expansão do comércio na Europa e continentes próximos. Segundo Julião (2006) o homem passava por transformações relacionadas à sua visão de mundo, transformações estas diretamente ligadas ao movimento renascentista que dominava parte do continente na época.

Nos séculos seguintes os gabinetes de curiosidades representaram a consolidação das grandes coleções no ocidente. Fruto da curiosidade e deslumbre com o mundo, esses espaços eram cômodos que abrigavam uma miscelânea de itens, não eram acessíveis ao público sendo apenas frequentados por seus donos e conhecidos. Lara Filho (2009) defende que a visão de que ‘os gabinetes de curiosidades nunca tinham nenhum tipo de organização’ é uma dificuldade nossa de identificar os padrões utilizados nesses gabinetes. Existia alguma organização, ela só não faz hoje sentido para nós como fazia para eles.

As formas de percepção, de organização, das classificações e o pensamento de uma época caminham paralelamente. Não andam juntos, no mesmo passo, porém conservam uma relação, ou melhor, uma espécie de coordenação.

Partimos do pressuposto que as atividades de armazenamento de objetos para que sejam expostos é parte do processo de relacionamento do homem com o mundo. A classificação dos objetos serve para 'catalogar' o mundo, para colocar cada objeto num compartimento – que pode ou não estar previamente definido e organizado -- que faz parte de um grande conjunto chamado 'conhecimento'. Portanto, armazenar, catalogar, classificar e expor

objetos é parte do processo de relacionamento do homem com o mundo. (...) As coleções de objetos, obras, livros ou documentos são formas para a apreensão do mundo, e em alguns momentos, para sua compreensão e explicação. (LARA FILHO, 2009, p. 11)

Os gabinetes também eram espaços de reflexão e estudo. O gabinete de Alberto V, duque da Baviera, foi colocado sob a responsabilidade do médico belga Samuel Quiccheberg. Entre outros estudiosos responsáveis por gabinetes de curiosidades na Europa do século XVI, Quiccheberg se tornou notável por publicar em um tratado com parâmetros para se organizar uma exposição.

O autor apresenta um sistema de classificação composto de cinco classes, cada qual subdividida em dez ou onze inscrições, perfazendo um total de 53. (...) Na hierarquia que transparece nas categorias, a primeira delas enaltece o “coleccionador demiurgo que reproduz o mundo em sua sala”; a segunda engloba as obras de arte e as realizações humanas; a terceira que diz respeito às coisas da natureza; a quarta, os objetos úteis ao homem; e finalmente a quinta e última classe agrupa as imagens: pintura, aquarela, gravuras, etc. (LARA FILHO, 2006, p. 22)

Segundo André Desvallées, Quiccheberg procura criar uma enciclopédia universal, um museu de toda a memória. “O modelo de museu de Quiccheberg existe, antes do mais, sob a forma de catálogo” (DESVALLÉES, 2001: 19, 20). Tais critérios de agrupamentos podem ser melhor compreendidos se considerarmos que, olhando pelo mesmo prisma, tanto Quiccheberg como La Croix de Maine enxergam a natureza como um tecido contínuo e as coleções de livros e objetos como uma espécie de espelho ou reprodução organizada desse mundo. (LARA FILHO, 2006, p. 23)

As perdas causadas pelas guerras do século XX fizeram emergir uma preocupação com a guarda e a circulação da informação. Paul Otlet, advogado e cientista da informação, acreditava na importância do acesso à informação, pensando na organização e recuperação da informação, Otlet criou, junto a Henri La Fontaine, a Classificação decimal universal, que é utilizada até hoje em bibliotecas pelo mundo.

Paul Otlet viu significativas mudanças acontecendo nos museus após os períodos das grandes guerras, para ele os museus se tornaram centros de documentação. Otlet acreditava que os museus passariam a se integrar e se relacionar melhor com a educação, a pesquisa e outras áreas, e previa que, além do intercâmbio de obras haveria também a cooperação entre instituições e profissionais.

Em 1927 se criou, no âmbito da Sociedade das Nações, a Oficina Internacional de Museus (OIM). O historiador Henri Focillon, que trabalhava na OIM,

desejava criar um centro de documentação internacional onde seria realizado o intercâmbio de informações entre a própria oficina e os museus. Neste intercâmbio os museus recebem da oficina um boletim com ideias e trabalhos já realizados, e o museu em troca envia o seu último catálogo e respostas de uma série de questões enviadas também pela oficina.

Os catálogos eram uma importante fonte de informação sobre o museu e sobre seu acervo, segundo Yassuda “Denomina-se catálogo o conjunto de fichas de diversos tipos e diferentes conteúdos, ordenadas sistematicamente.” (2009, p. 24). O conjunto de fichas dos objetos do acervo poderia ser acessado e a busca por uma determinada ficha poderia ser feita por meio de "entradas", dados como autor, ano, país de origem poderiam ser utilizados como "entrada", isso porque cada objeto de um artista teria suas fichas agrupadas. Todo o processo de inserção e busca relacionados aos catálogos e fichas, que hoje é também em muitos museus informatizado, dependia da confecção de diversas cópias de uma mesma ficha.

Como instrumentos de comunicação, os catálogos que circulavam externamente eram confeccionados e veiculados desde a época de popularidade dos gabinetes de curiosidades, posteriormente eles se modificaram e se aprofundavam, ou não, em informações sobre os objetos do acervo de acordo com a necessidade do público.

Segundo Torres (2002), os catálogos-guias eram destinados a visitantes-turistas. Deviam ser de fácil manejo, estabelecidos topograficamente, conter indicações essenciais sobre a significação das obras expostas e possuir muitas ilustrações. Os catálogos-sumários eram listas de obras de arte, monumentos ou grupos de monumentos conservados em um museu. Deviam indicar o nome do artista e título da obra. As entradas seriam constituídas pelo pseudônimo e nome do artista junto com a data e lugar de nascimento e morte. Depois do título se explicaria o tema com bastante extensão. Já os catálogos científicos seguiam o mesmo modelo do catálogo-sumário, com a inclusão da história e bibliografia da coleção. (TORRES apud YASSUDA, 2009, p. 32).

A circulação destes catálogos era significativa para a comunicação de informações sobre o museu e os objetos do acervo museológico, até a popularização da internet nos anos 2000, esse era muitas vezes o único modo de se conhecer mais a fundo o acervo de um museu.

O Comitê Internacional de Documentação (CIDOC) nasceu na década de 1950 como um dos comitês pertencentes ao ICOM, que surgiu para substituir a OIM

em 1946. Já na década de 1960 o CIDOC estudava os padrões e normas para os registros em museus. A padronização parecia complicada por causa da diversidade dos objetos de um museu e das características do próprio museu.

A padronização encontra espaço em determinada etapa da documentação, ou seja, no uso da linguagem controlada. No entanto, a partir do momento em que o museu perde parte de sua identidade ou tem seu processo comunicacional prejudicado pela padronização, ela passa a ser um problema. Isso pôde ser observado na ficha catalográfica de Odon, que pretendia ser um modelo padrão para todos os tipos de museus e coleções. A ficha mostrou-se bastante genérica, incluindo variados campos para variados tipos de informação, não apresentando campos específicos que individualizariam o item no acervo. (YASSUDA, 2009, p. 33)

A variedade de objetos e as diferenças no modo que cada museu documentava o seu acervo dificultou a criação de uma ficha de catalogação padrão. A busca pela ficha padrão, que facilitaria o intercâmbio de informações e objetos entre museus e entre o público acabou por levar a discussões acerca da singularidade dos objetos, como elucidado por Yassuda, e por fim na busca de informações, ou campos de informações, essenciais para a ficha de catalogação do objeto.

Na década de 1970 grupos de trabalho do CIDOC aprovaram o uso de sistemas informatizados para auxiliar a documentação no museu, mas ainda sim existiam dificuldades para definir os campos básicos necessários. Ainda na década de 1970, o tema documentação foi incluído nos cursos sobre os museus, mostrando o reconhecimento da importância do assunto.

1.3 Informação em museus Ibram

Neste tópico abordarei brevemente a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) assim como algumas de suas funções, os museus sob a sua guarda e também o Inventário Nacional dos Bens Culturais (INBCM). Abordarei ainda a relação de divulgação de informações pelos museus na internet e algumas ferramentas de divulgação, ou gestão, de acervos.

Em 16 de maio de 2003 foi lançada pelo Ministério da Cultura, no Museu Histórico Nacional, a Política Nacional de Museus (PNM). Esta política foi o fruto da colaboração de diversos museólogos do país que participaram, por meio de

encontros e discussões, da construção da elaboração do texto. A Política Nacional de Museus objetivava

a promoção, valorização, preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do País (PNM, 2006, p.7).

A Política Nacional de Museus foi precursora de outras diversas ações voltadas à área museológica e aos museus no país, no ano seguinte à sua publicação foi criado no IPHAN o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) e o Sistema Brasileiro de Museus; em 2009 foi lançado o Estatuto dos Museus e criado também o Instituto Brasileiro de Museus - Ibram.

O Ibram viria a ser “uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao MinC, atuando em sintonia com o Sistema Brasileiro de Museus.” (MINC, 2007, p. 36). Em 20 janeiro de 2009 a Lei nº 11.906 institui a criação do Ibram, determinando suas finalidades e também suas competências, entre elas estão

II – estabelecer e divulgar normas, padrões e procedimentos, com vistas em aperfeiçoar o desempenho das instituições museológicas no País e promover seu desenvolvimento;
 III – fiscalizar e gerir técnica e normativamente os bens culturais musealizados ou em processo de musealização;
 IV – promover o fortalecimento das instituições museológicas como espaços de produção e disseminação de conhecimento e de comunicação;
 VIII – promover o inventário sistemático dos bens culturais musealizados, visando a sua difusão, proteção e preservação, por meio de mecanismos de cooperação com entidades públicas e privadas;

Alguns dias antes do Ibram ser criado, o Estatuto de Museus foi instituído pela Lei nº 11.904/2009. Este estatuto define o que são museus e quais seus princípios fundamentais, a obrigatoriedade da confecção e implantação de plano museológico, entre outros assuntos. Sobre os acervos dos museus destacamos na Subseção IV “Dos Acervos dos Museus”

Art. 39. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

§ 1º O registro e o inventário dos bens culturais dos museus devem estruturar-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais.

§ 2º Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência.

Art. 41. A proteção dos bens culturais dos museus se completa pelo inventário nacional, sem prejuízo de outras formas de proteção concorrentes.

§ 1o Entende-se por inventário nacional a inserção de dados sistematizada e atualizada periodicamente sobre os bens culturais existentes em cada museu, objetivando a sua identificação e proteção.

§ 4o Para efeito da integridade do inventário nacional, os museus responsabilizar-se-ão pela inserção dos dados sobre seus bens culturais.

As competências destinadas ao Ibram e as obrigações e indicações do Estatuto para cada museu no país demonstram o reconhecimento da importância das atividades relacionadas à documentação museológica. Esse reconhecimento coloca sob responsabilidade da autarquia criar e promover ações relacionadas à documentação de objetos do acervo museológico, uma dessas ações é a criação de um inventário de bens musealizados, para os museus cabe a participação ativa neste inventário. Essa participação acaba por fazer com que os museus a tenham, ou busquem adquirir, informações básicas sobre os objetos de seu acervo.

Como será elucidado posteriormente neste trabalho existem casos onde por um motivo ou outro houve a perda de documentos, ou até a descoberta da inexistência desses documentos sobre o acervo em algumas instituições brasileiras. Tanto a Lei 11.906 quanto o Estatuto de Museus buscam resolver problemas que muitos museus passaram até a criação de políticas públicas específicas para a área.

O Inventário Nacional dos Bens Culturais (INBCM) é um instrumento para proteger e preservar o patrimônio, tanto de acervos de museus públicos quanto privados, ele deve ser uma grande base de dados de todos acervos de museus do país, para isso cada museu deve enviar anualmente ao Ibram informações atualizadas sobre os seus objetos, incluindo a aquisição ou descarte. A criação do INBCM foi prevista na Política Nacional de Museus e a sua coordenação e atualização com as informações enviadas pelos museus fica à cargo do Ibram.

Em 2021 foi publicada a Resolução Normativa Ibram nº 06/2021, de 31 de Agosto de 2021, que atualiza a Resolução Normativa Ibram nº 02, de 29 de Agosto de 2014, ela estabelece o que são considerados os acervos museológicos, arquivísticos e bibliográficos e determina os elementos de descrição das informações desses acervos que devem ser inseridas no inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados. Os elementos ou “campos” obrigatórios quanto à acervos museológicos são:

- a) **número de registro** - informação obrigatória do registro individual definido pelo museu para identificação e controle do objeto dentro do acervo;
- b) **outros números** - informação facultativa de numerações anteriores atribuídas ao objeto, tais como números antigos e números patrimoniais;
- c) **situação** - informação obrigatória da situação em que se encontra o objeto, o seu status dentro do acervo do museu, com a marcação das opções: 1- localizado; 2 – não localizado; 3 - excluído;
- d) **denominação** - informação obrigatória do nome que identifica o objeto;
- e) **título** - informação facultativa da denominação dada ao objeto atribuído pelo autor, curador ou pelo profissional da documentação;
- f) **autor** -: informação obrigatória do nome do autor do objeto (individual ou coletivo);
- g) **classificação** - informação facultativa da classificação do objeto segundo o "Thesaurus para Acervos Museológicos ou outros vocabulários controlados;
- h) **resumo descritivo** - informação obrigatória do resumo da descrição textual do objeto, apresentando as características que o identifique inequivocamente e sua função original;
- i) **dimensões** - informação obrigatória das dimensões físicas do objeto, considerando-se as medidas bidimensionais (altura x largura); tridimensionais (altura x largura x profundidade); circulares (diâmetro x espessura) e peso;
- j) **material / técnica** - informação obrigatória dos materiais do suporte que compõem o objeto, hierarquizando sempre a sua maior área confeccionada/manufaturada e a técnica empregada na sua manufatura;
- k) **estado de conservação** - informação obrigatória do estado de conservação em que se encontra o objeto na data da inserção das informações;
- l) **local de produção** - informação facultativa da indicação geográfica do local onde o objeto foi confeccionado;
- m) **data de produção** - informação facultativa da data ou período de confecção/produção/manufatura do objeto;
- n) **condições de reprodução** - informação obrigatória com a descrição das condições de reprodução do objeto, indicando se há alguma restrição que possa impedir a reprodução/divulgação da imagem do objeto nos meios ou ferramentas de divulgação;
- o) **mídias relacionadas** - informação facultativa acerca da inserção de arquivos de imagem, sons, vídeos e/ou textuais relacionados ao objeto.

De todos os campos de informações possíveis, os campos do INBCM são aqueles que todo museu deve buscar preencher, por isso estes campos são considerados como padrões aos museus brasileiros.

A Lei nº 11.906 também determinou que os museus que estavam ligados ao Iphan passariam a fazer parte da estrutura do Ibram. Hoje sob a guarda do Ibram estão 27 museus de 4 regiões do país. No nordeste os museus Ibram são Museu Casa Histórica de Alcântara e Museu da Abolição; no centro-oeste Museu Casa da Princesa; Museu das Bandeiras e Museu de Arte Sacra da Boa Morte; no sul Museu das Missões e Museu Victor Meirelles; no sudeste Museu Casa da Hera; Museu Casa de Benjamin Constant; Museus Castro Maya; Museu da Inconfidência; Museu da República; Museu de Arqueologia/Socioambiental de Itaipu; Museu de Arte

Religiosa e Tradicional; Museu de Arte Sacra de Paraty; Museu do Diamante; Museu do Ouro – Casa Borba Gato; Museu Forte Defensor Perpétuo; Museu Histórico Nacional; Museu Imperial; Museu Lasar Segall; Museu Nacional de Belas Artes; Museu Regional Casa dos Ottoni; Museu Regional de Caeté; Museu Regional de São João del-Rei; Museu Solar Monjardim e Museu Villa-Lobos.

1.3.1 Divulgação na internet

Neste subtópico discutirei brevemente a divulgação, que é utilizada por diversos museus no Brasil e em outros países, de informações do acervo na internet. Nos últimos tempos temos assistido a uma grande expansão tecnológica que também alcançou os museus. Essa expansão mudou a forma como os museus se relacionam entre si e com a sociedade, ela possibilitou o acesso fácil e remoto de diversas coleções para o público, ampliando as possibilidades do museu realizar as suas funções sociais como entendidas tanto na definição de “Museu” pelo ICOM quanto na Política Nacional de Museus.

A Web é cada vez mais onipresente nas atividades humanas, sejam elas educacionais, econômicas, políticas, sociais ou culturais. Naturalmente que a Web não deixaria de influenciar os museus e a maneira como desenvolvem suas atividades. (...) A Web pode contribuir assim para democratizar o acesso a estes conteúdos, antes só disponíveis ao público presencial. A possibilidade de disseminarem seus acervos através da Web amplia os papéis e justificativas sociais, educacionais e culturais dos museus. (MARCONDES, 2019, p. 105)

A informatização de processos que acontecem dentro de um museu já é uma realidade, hoje existem diversas ferramentas, pagas e gratuitas, desenvolvidas especificamente para museus e acervos e aquelas que podem ser adaptadas para tais atividades. Destacamos aqui a informatização voltada às funções de gestão de acervo e de comunicação de informações sobre os objetos do acervo museológico.

A gestão das coleções museológicas, feita com base em sistemas informatizados, pode facilitar processos fundamentais, tais como a digitalização de todas as imagens dos itens da coleção, a geração de uma relação de exposições em que cada uma participou bem como aquelas propostas pela instituição; o controle da circulação de peças dentro e fora da instituição, além de atender pesquisas internas e externas. Além disso, para cumprir sua função de facilitador na preservação e divulgação dos acervos, os sistemas podem prever interfaces de consulta. (BOTTALLO, 2010, p. 56)

Segundo Fabbri e Machado (2010) informatizar atividades ligadas à área de documentação em um museu pode trazer melhores resultados quanto ao gerenciamento do acervo, implantar um banco de dados informatizado otimiza o trabalho da equipe do museu já que é possível reduzir distâncias físicas e recuperar rapidamente a informação que se necessite.

Segundo Monteiro em um sistema informatizado de gestão do acervo, fichas catalográficas e bases de dados são importantes, mas é preciso que os profissionais de museus conheçam o seu acervo e as necessidades do público do museu. Ainda segundo a autora, para ser eficiente o sistema deve permitir além do registro de todas as informações sobre o objeto também gerar relatórios sobre o acervo e os processos pelos quais passou.

A construção de bases com a documentação museológica por meio de ferramentas desenvolvidas em softwares e aplicações não é um trabalho fácil e exige uma cadeia de processos. Segundo Arellano (2018) atualmente muitas ferramentas permitem o agrupamento, a organização e a disponibilização das informações acerca dos itens, porém o uso dessas ferramentas não é um trabalho simples, é preciso uma equipe que vá digitalizar e instalar, monitorar, e alimentar esses sistemas.

Para Marcondes (2019) com a inserção dessas tecnologias surgiram novas possibilidades, mas também novas necessidades como a capacitação de profissionais, a necessidade de se discutir tópicos como a arquitetura da informação, digitalização, curadoria e preservação desses novos acervos assim como o advento da web semântica.

A comunicação da informação sobre museus e acervos museológicos por meio da internet atualmente pode acontecer de diversas maneiras como visitas e exposições virtuais, artigos em sites institucionais, disponibilização de informações sobre acervos em meios digitais, disponibilização de catálogos digitalizados, entre outros.

Os benefícios da produção de repositórios digitais na área da cultura são enormes e documentados em uma grande quantidade de pesquisas, nas quais se evidenciam recomendações a respeito das características da sociedade da informação e do conhecimento, da necessidade da preservação da memória e da digitalização da informação para que se

possa aproveitar as vantagens dessa sociedade de maneira estratégica. (MARTINS; SILVA; CARMO, 2018, p. 2)

Atualmente no Brasil as instituições da área da cultura que disponibilizam ou desejam disponibilizar seu acervo têm desenvolvido várias iniciativas para a digitalização e a publicação desses acervos. Porém segundo Martins, Silva e Carmo (2018) eles têm feito isso de forma desconexa. Essa desconexão é prejudicial à disseminação e integração dos acervos.

Um dos aspectos que dificultam a integração entre esses acervos em meio digital é a falta de interoperabilidade. Segundo Santarém Segundo, Silva e Martins (2019) a interoperabilidade é a capacidade de dois sistemas se comunicarem, de trocarem dados independente do tipo plataforma do software e do hardware. Essa dificuldade em interoperabilizar esses sistemas está relacionada ao fato dos objetos digitais que compõem os diferentes acervos serem heterogêneos, e ao uso de diferentes ferramentas, que são específicas para uma instituição ou outra, as vezes sendo criadas propriamente por e para um museu específico,

Percebemos que, no Brasil, a situação dos museus quanto à documentação de seus acervos não difere muito do que ocorreu no Museu Nacional de Belas Artes, ou seja, cada museu cria seu próprio sistema de informação, com uma base de dados e um vocabulário controlado próprios. A padronização limita-se ao catálogo e à linguagem utilizada, não há recomendações quanto à criação do sistema ou um modelo a seguir, o que existe é uma troca de experiências entre instituições museológicas e uma pesquisa baseada em projetos que deram certo. (YASSUDA, 2009, p. 39)

Padilha também discorre sobre o assunto

Ressalta-se a importância de um software adequado às necessidades da instituição, que permita a automação das coleções do acervo e a difusão das informações estabelecidas pela documentação museológica. Também é preciso levar em consideração as criações isoladas de sistemas que, embora adequem com mais facilidade os recursos digitais às necessidades da instituição, levam à impossibilidade de intersecção de informações entre base de dados institucionais. Identifica-se essa situação tendo em vista a diversidade de diretrizes nacionais e internacionais, de padrões técnicos, normas e linguagens. (2014, p. 63)

Como identificado pelo Cadastro Nacional de Museus referente ao ano de 2015 e evidenciado por Martins, Silva e Carmo (2018), o Brasil tem mais de 3 mil museus e destes mais de 2 mil declararam possuir acervo. Os autores calculam cerca 112 milhões de itens ao todo. Segundo a Pesquisa Anual de Museus realizada em 2014, 66% desses museus utilizam algum sistema informatizado para o registro dos bens (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2014 apud MARTINS; SILVA;

CARMO, 2018). Existe um enorme potencial quanto a objetos que podem ser digitalizados e a produção de bases de dados por causa da diversidade e qualidade da produção cultural do Brasil, porém em torno de 40% das instituições carecem de informatização para o registro de seus bens e também para sua disponibilização em rede. Sobre as instituições já informatizadas os autores ressaltam que ainda

É necessário se compreender que sistemas são esses, que usos são feitos e que potencial de interoperabilidade e disponibilidade dos acervos em rede existe de fato nessas instituições e nos sistemas que utilizam. (MARTINS; SILVA; CARMO, 2018, p. 201)

As necessidades observadas pelos autores citados levaram ao desenvolvimento de algumas ferramentas que serão posteriormente apresentadas neste trabalho. Ressaltamos que, as funções de gestão de acervo e comunicação do acervo não são sinônimos, uma ferramenta pode apresentar soluções para ambas ou para apenas uma delas. Identificar e entender as informações que o museu disponibiliza sobre um objeto musealizado on-line é uma questão importante para se compreender melhor a ferramenta, se ela foi desenvolvida ou ainda se é adequada tanto para gestão quanto para comunicação.

1.3.2 Ferramentas de divulgação da informação museológica

Neste subtópico abordarei alguns projetos e ferramentas conhecidas pelos museus Ibram que se relacionam com a gestão do acervo ou a sua divulgação on-line. O primeiro deles é o sistema SIMBA/Donato, apelidado assim em homenagem ao professor Donato Mello Júnior. Como descreve Gemente (2015) o Donato nasceu do Projeto Simba (Sistema de Informação do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes) e foi lançado em 1993 com o patrocínio da Fundação Vitae. O Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) já havia experimentado uma base de dados teste, bastante simples, chamada “Acervo”.

Segundo Gemente (2015) o Simba tinha o objetivo de recatalogar 16 mil obras do acervo do MNBA visando a atualização das informações; elaborar um manual de catalogação com as normas para se catalogar gravuras, desenhos pinturas e esculturas; aperfeiçoar o banco de dados para o Windows de maneira que se pudesse acentuar palavras e incluir imagens. Os produtos do projeto foram o

manual de catalogação para preenchimento das fichas catalográficas, fosse em um sistema informatizado ou não, e um banco de dados fácil de usar e rápido na recuperação de informações. O MNBA passou a disponibilizar o Donato a museus que o solicitassem. A versão 2.0 do programa era desenvolvida em Microsoft Acess, já a versão 3.0 foi reformulada com base em software de uso livre e era executada em navegadores da internet. A 4.0 seria a próxima versão e permitiria a troca de informação entre as instituições integradas.

Outra ferramenta que destacamos é o DAMI. De acordo com informações retiradas do próprio site do Museu Imperial, o Programa de Digitalização do Acervo do Museu Imperial (Dami) se norteia por três objetivos/pilares: “conservação digital das coleções, pesquisa de acervos e acesso total às coleções públicas, independentemente do seu estado de conservação”. Todos esses pilares se orientam para o propósito final de disponibilizar virtualmente o acesso a todas as coleções do museu. Foram necessárias reformulações nos processos de trabalho para que a inserção das informações e imagens dos itens fizesse parte das atividades cotidianas dos profissionais do setor de guarda e pesquisa.

Foi preciso garantir uma equipe mínima e especializada para as digitalizações em 2019 o Ibram aprovou o orçamento para contratação de fotógrafos, programador visual e revisor de texto. O programa recebe patrocínio externo e permite a agilização das digitalizações. São mais de 10 anos de atividade e para comemorar isso a base foi reformulada, apresenta novos recursos que irão agilizar o trabalho da equipe do museu e o acesso do público às coleções.

O Acervos integrados é um sistema utilizado pelo Museu Lasar Segall, segundo o portal da instituição ele é resultado da conexão entre diversos bancos de dados que a instituição utilizou ao longo dos anos. O sistema facilitaria o acesso às informações e utilizaria padrões e formatos utilizados pela museologia, arquivologia e biblioteconomia. O projeto é patrocinado pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

Destacamos o programa Acervo em Rede, que foi instituído pelo Ibram em 2013 e objetiva a promoção da democratização do acesso à bens culturais por meio da internet. Segundo MARTINS, SILVA e CARMO (2018) o programa também tinha

como objetivo ajudar a instrumentalizar e automatizar a gestão do acervo nessas instituições com ferramentas digitais sistêmicas. Após identificar problemas relacionados à algumas ferramentas existentes e ao seus usos por museus a equipe do programa planejou e desenvolveu a sua própria ferramenta, o Tainacan.

Além de ajudar na instalação da ferramenta, o programa também auxiliou os museus no tratamento e padronização das informações acerca dos bens musealizados, no uso de Tesouros e na adequação às normas exigidas pelo Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados já que a qualidade da informação interfere na sua recuperação. Um dos objetivos do programa é a implantação de um único sistema que interligue todos os bens com informações já disponibilizadas pelos museus Ibram. Seria uma grande base de dados que recuperaria a informação desejada buscando em todos os museus do Instituto.

O Tainacan foi desenvolvido em 2014 a partir de uma parceria entre o MediaLab, da Universidade Federal de Goiás e o Ministério da Cultura com o objetivo de se tornar referência para a Política Nacional de Acervos Digitais (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2015). Em 2016, o Ibram adotou o Tainacan como uma solução na área de construção de acervos em rede e em 2017 foram realizados testes para sua implementação no Museu da República e Museu Histórico Nacional.

O Tainacan é desenvolvido com base no Wordpress, um software livre que foi escolhido por ser um sistema popular que apresenta diversas facilidades e funcionalidades, tornando mais fácil incorporar as últimas tendências em tecnologia. O projeto busca incorporar funcionalidades que facilitem a interoperabilidade com as mídias sociais, ampliando a interação com o público. O Tainacan objetiva a possibilidade de criação de um repositório de fácil utilização, sendo uma alternativa livre e eficiente para instituições culturais. Nasceu de políticas públicas para difusão do conhecimento, segundo o site do IBRAM os museus estão em processo de divulgação do seu acervo.

Uma das principais motivações que levaram ao desenvolvimento do projeto Tainacan, e não a simples customização de uma solução livre existente, foi a realização da pesquisa comparativa entre os principais softwares livres existentes para as bibliotecas digitais (DSpace, Greenstone, Fedora, Islandora e Eprints). Os critérios estabelecido por Martins e Silva (2017), demonstraram que de um total de 36 funcionalidades possíveis para colaboração e interação social, apenas 5 (14%) estavam implementadas nesses sistemas. Além do fato de não ser trivial encontrar profissionais com

conhecimento prévio no desenvolvimento de tais sistemas para implementação de customizações e mesmo da ausência de comunidade de software livre dessas tecnologias em território brasileiro. O Tainacan, portanto, se propõe como alternativa a essas tecnologias livres, visando ofertar uma tecnologia mais acessível e fácil adoção social para a construção de repositórios brasileiros na área da cultura. (SEGUNDO SANTAREM; SILVA; MARTINS, 2017, p. 7)

Por fim, como descrito pelo site do Ibram o Google Arts & Culture é um projeto sem fins lucrativos desenvolvido pelo Instituto Cultural do Google. Seu objetivo é a divulgação da arte e da cultura e história por meio de parcerias com mais de 2 mil museus e outras instituições de 80 países. A ferramenta tem diversas funcionalidades e interações, uma delas é em alguns museus o tour do street view por dentro dos corredores, e outros como encontrar obras com base em uma cor, pinturas que se parecem com você e até reconhecer e saber mais de uma obra só de apontar a câmera do seu celular para ela. É possível para museus disponibilizar fotos e informações de obras formando uma galeria.

No Brasil diversas outras ferramentas são utilizadas, a exemplo do SophiA utilizado pelo Museu Afro Brasil e o in arte do Sistemas do Futuro utilizado pelo Museu de Arte do Rio. É importante ressaltar que neste trabalho o foco não é analisar o funcionamento de cada ferramenta, elas são o meio pelo qual o museu disponibiliza suas informações e por isso o necessário é conhecer brevemente cada uma delas. Cada museu se relaciona de uma determinada maneira com a ferramenta que utiliza, é a equipe do museu que vai determinar como as funcionalidades de cada ferramenta serão utilizadas e como, e qual informação será apresentada ao público.

2 INFORMAÇÃO MUSEOLÓGICA DISPONIBILIZADA PELOS MUSEUS IBRAM

Neste capítulo apresentarei os dados e informações disponibilizados pelos museus Ibram que puderam ser coletados on-line. Este capítulo contará com três tópicos: no primeiro serão apresentadas informações breves sobre cada um dos museus, no segundo serão apresentados os dados relacionados à disponibilização de informação sobre os objetos do museu, por qual ferramenta o museu realiza essa disponibilização, o número de objetos total do acervo, número de objetos com informações e dados disponíveis coletados assim como a relação de campos de informação apresentados, sendo estes pertencentes à Normativa Ibram nº 06/2021 ou não. No terceiro e último tópico serão apresentadas páginas de objetos escolhidos aleatoriamente em cada uma das quatro ferramentas que são utilizadas em museus Ibram.

Os dados e informações aqui apresentados foram coletados entre 17/06/2022 e 15/08/2022 por meio da pesquisa e acesso aos sites de cada um dos museus na internet, quando possível. Em alguns casos a informação sobre a criação e acervo do próprio museu esteve escassa em seu site durante o período, nestes casos recorreremos aos planos museológicos e/ou outras fontes de pesquisa. Os planos museológicos utilizados como fonte foram os mais recentes encontrados.

O objeto de museu não pode ser inteiramente transportado para o meio digital, o que temos nos sites institucionais, páginas e ferramentas utilizadas pelos museus são representações desse objeto seja pela transcrição da sua ficha de catalogação seja pela disponibilização de informações que foram selecionadas e adaptadas ao público. Os campos de informação são todos os campos que foram localizados, o que não quer dizer que sejam todos campos preenchidos ou até utilizados. Quando a intenção de informação do campo não pode ser identificada recorreremos à análise do seu preenchimento.

2.1 Histórico e principais características dos Museus Ibram

Neste tópico apresentarei um breve histórico de cada museu e informações que considero importantes para a posterior análise dos dados coletados.

Museu Casa Histórica de Alcântara – Alcântara (MA)

O museu está abrigado num sobrado construído no século XIX a pedido do comendador José Maria Correia de Souza; a filha do comendador e seu esposo foram os primeiros proprietários do sobrado. Em 1986 o imóvel e todo o seu mobiliário considerado de valor histórico, foram desapropriados pelo governo com o objetivo de transformar o edifício em uma casa de época. Em 1987 o IPHAN adquiriu a guarda do edifício e em 2004 o museu foi aberto ao público. (MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA, 2022).

Museu da Abolição – Recife (PE)

O Museu da Abolição foi criado pela Lei Federal nº 3.357 sancionada por Juscelino Kubitschek em 1957, porém só foi inaugurado em 1983. A criação do Museu é uma homenagem aos abolicionistas João Alfredo e Joaquim Nabuco e foi proposta pelo professor Martinho Fernandes. Em 1960 a Câmara Municipal do Recife aprovou a lei que determinava a desapropriação do Sobrado Grande da Madalena, onde se instalaria o Museu, o Sobrado foi tombado 6 anos depois. Entre 1968 e 1975 o edifício passou por um processo de restauração. (MUSEU DA ABOLIÇÃO, 2022).

Museu Casa da Princesa (Casa Setecentista) – Pilar de Goiás (GO)

O Museu Casa da Princesa foi inaugurado em 1981, ele está abrigado em um edifício que foi tombado em 1954 por ser um ícone arquitetônico do século 18. Presume-se que o edifício foi construído entre 1741 e 1760, e segundo histórias locais, a princesa Isabel se hospedou na casa, por isso o nome do Museu. O acervo começou com objetos que foram coletados por Antônio Gomes Tição, ele pedia que

os moradores doassem objetos que pudessem construir um retrato da história da cidade e da sociedade que ali vivia. (MUSEUS IBRAM GOIÁS, 2022).

Museu das Bandeiras – Cidades de Goiás (GO)

O edifício que abriga o Museu das Bandeiras foi construído em 1766 para ser uma casa de Câmara e Cadeia quando a cidade, hoje Cidade de Goiás, ainda se chamava Vila Boa de Goyaz. O edifício se tornou Museu em 1949, porém só foi aberto ao público em 1954 e em 1978 o IPHAN tombou a casa. Inicialmente o acervo era constituído de documentos da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Goiás e do mobiliário que já estava no edifício. (MUSEUS IBRAM GOIÁS, 2022).

Museu de Arte Sacra da Boa Morte – Cidade de Goiás (GO)

O edifício foi construído em 1762 para abrigar uma igreja para santo Antônio de Pádua, mas por causa da proibição real de edificações religiosas pertencentes a militares a igreja foi doada à Confraria dos Homens Pardos da Boa Morte. A Confraria concluiu a edificação em homenagem à Nossa Senhora da Boa Morte em 1779. O SPHAN tombou o edifício em 1951 e em 1969 ele ganhou a função de Museu. Hoje seu acervo e edifício são propriedade da diocese de Goiás, por meio de um termo de cessão, os objetos ficam sob a guarda do IBRAM, o Museu tradicionalmente faz parte de atividades religiosas da cidade como procissões, festas e outros eventos. (MUSEUS IBRAM GOIÁS, 2022).

Museu das Missões – São Miguel das Missões (RS)

Depois que Lúcio Costa visitou as ruínas das reduções no sítio de São Miguel das Missões ele argumentou a favor da fundação de um museu para se tornar o símbolo das missões dos Jesuítas no Brasil. João Hugo Machado, primeiro zelador do Museu, começou a recolher os objetos doados por famílias da região em 1938. Eram objetos relacionados a história das Missões na região, principalmente esculturas que teriam sido retiradas das antigas reduções. O museu foi projetado por

Lúcio Costa para abrigar esse acervo que Machado coletou, o arquiteto e urbanista projetou um grande pavilhão para exposição das obras e a casa do zelador, onde moraram Machado e sua família. O museu foi criado pela promulgação do decreto assinado por Getúlio Vargas em 1940, e em 1941 foi aberto ao público. (MUSEU DAS MISSÕES, 2022).

Museu Victor Meirelles – Florianópolis (SC)

O Museu está abrigado na casa onde nasceu e viveu até os 14 anos o artista Victor Meirelles. O edifício quase foi demolido por causa da necessidade de adequar a rua ao tráfego, a casa é uma das únicas construções com arquitetura que tem características oitocentistas preservadas em Florianópolis. Com a casa ameaçada, se retomou o projeto de criação do Museu. O presidente Eurico Gaspar Dutra assinou, em 1946, um decreto que autorizava a União adquirir o imóvel. Em 1950 o edifício foi tombado. O acervo do Museu se iniciou com a doação do Museu de Belas Artes de 27 obras de arte de Victor Meirelles em 1951, em 1952 o Museu foi inaugurado. (MUSEU VICTOR MEIRELLES, 2022).

Museu Casa da Hera – Vassouras (RJ)

A casa foi provavelmente construída na primeira metade do século 19 e abrigou a rica família Teixeira Leite. A casa tem 22 cômodos e o terreno ao seu redor tem 33 mil metros quadrados com vegetação de plantas nativas da região e de árvores frutíferas. A casa era dividida em parte comercial e parte residencial, a parte comercial ficava onde eram recebidos comerciantes, fazendeiros e políticos. A área residencial era acessível apenas aos familiares e amigos. (MUSEU CASA DA HERA, 2022).

Museu Casa de Benjamin Constant – Rio de Janeiro (RJ)

A casa onde está abrigado o Museu foi construída em 1860 por Antônio Moreira dos Santos Costa e tem estilo neoclássico, ela está em um parque de

árvores frutíferas e ornamentais. Em 1889 Constant alugou a casa para morar ali com a família. Benjamin adquiriu o título de fundador da República e após o seu falecimento a União adquiriu a casa em 1891 e colocou nela uma lápide em sua homenagem. A casa foi tombada em 1958 como patrimônio histórico nacional e em 1961 após o falecimento da filha mais jovem de Constant ela foi desapropriada e começaram os preparativos para transformar o espaço em um museu. Foram reconstituídos os ambientes familiares em que viveram Constant e sua família, para isso foram utilizados imobiliários, utensílios e objetos pessoais daquela época que foram reunidos durante o tombamento ou doados, principalmente de seus descendentes. O Museu foi inaugurado em 1982. (MUSEU CASA DE BENJAMIN CONSTANT, 2022).

Museus Castro Maya – Rio de Janeiro (RJ)

Os Museus Castro Maya são o Museu do Açude e o Museu Chácara do Céu. O Museu do Açude fica no Alto da Boa Vista e o Museu Chácara do Céu em Santa Teresa, ambos foram residências de Castro Maya e que ele doou à fundação que levava seu nome. A Fundação Castro Maya foi criada em 1963 e extinta em 1983. Os prédios, acervos e parques dos Museus foram tombados pelo IPHAN em 1974. Os museus têm ambientes que estão mobiliados de modo a representar a época que viveu Castro Maya. (MUSEUS CASTRO MAYA, 2022).

Museu da Inconfidência – Ouro Preto (MG)

A Casa de Câmara e Cadeia foi edificada entre 1785 e 1855, sua autoria é de Luiz da Cunha Menezes que era capitão geral e governador da capitania de Minas Gerais. O edifício tem características renascentistas e diversas outras influências arquitetônicas. Ali a Câmara funcionou por 25 anos depois foi transferida, ficando em funcionamento só a cadeia. No início do século XX ela foi transformada em penitenciária estadual, mas com a construção de outra penitenciária o prédio foi desocupado e passou a pertencer à União. Em 1938 o Museu foi criado e um de seus cômodos foi destinado a abrigar o Panteão dos Inconfidentes que foi inaugurado em 1942 e em 1944 o Museu foi inaugurado oficialmente. Como não havia tanto acervo

sobre a inconfidência, a instituição procurou retratar a história de Minas Gerais como um todo. Em 1974 se iniciaram reformas no prédio e em 2006 o Museu foi entregue com uma nova abordagem da Inconfidência e com melhores condições para o seu funcionamento. (MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, 2022).

Museu da República – Rio de Janeiro (RJ)

O palácio Nova Friburgo foi construído entre 1858 e 1867 pelo comerciante e fazendeiro de café Antônio Clemente Pinto, o barão de Nova Friburgo. O edifício se tornou um ícone da arquitetura e um símbolo do poder econômico dos ricos cafeicultores do século 18. A União adquiriu o imóvel em 1896 com intuito de instalar ali a sede da Presidência da República. O palácio passou a se chamar Palácio do Catete e precisou passar por uma ampla reforma, incluindo a instalação de luz elétrica para receber o presidente Prudente de Moraes. Em 1938 o Palácio e os jardins foram tombados pelo SPHAN. No palácio do Catete aconteceram grandes momentos políticos do país como as declarações de guerra nas primeira e segunda guerras mundiais, a implantação do Cruzeiro como moeda no país, a recepção dos reis da Bélgica e o Papa Pio XII, o velório de Afonso Pena e o suicídio de Getúlio Vargas. Em 1960 Juscelino Kubitschek decretou a criação do Museu da República, que foi inaugurado meses depois no mesmo ano. (MUSEU DA REPÚBLICA, 2022).

Museu de Arqueologia / Socioambiental de Itaipu – Niterói (RJ)

O Recolhimento de Santa Teresa foi fundado em 1764 e construído em alvenaria de pedra com conchas, cantaria e madeira. No século XIX o Recolhimento passou por um período de abandono e depois foi tomado pelos pescadores da região. Em 1955 o edifício foi tombado. O DPHAN durante a década de 60 se ocupou de um projeto para a criação de um museu e em 1968 o edifício foi desocupado e passou por obras de restauração até o ano de 1974; o museu em si foi inaugurado em 1977. O arqueólogo amador Hildo de Mello Ribeiro durante as décadas de 60 e 70 coletou itens do sítio de Duna Grande, esses objetos deram início ao acervo do museu. (MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU, 2022).

Museu de Arte Religiosa e Tradicional – Cabo Frio (RJ)

O Museu de Arte Religiosa e Tradicional está sediado no antigo convento de Nossa Senhora dos Anjos que é um edifício franciscano, construído durante o período colonial no século XVII. O Convento passou por dificuldades financeiras à medida que o número de religiosos que moravam ali foi se reduzindo - o último frade a ocupar o convento faleceu em 1872. O convento ficou então desocupado e perdeu parte de seus bens e de sua área construída. Na primeira metade do século XX os moradores de Cabo Frio tentaram conter a degradação do convento pedindo ajuda a empresários, em 1957 a construção foi tombada pelo SPHAN e passou por ações de manutenção e o Museu foi inaugurado em 1982. (MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL, 2022)

Museu de Arte Sacra de Paraty – Paraty (RJ)

O Museu de Arte Sacra de Paraty está abrigado nas catacumbas do cemitério da Igreja de Santa Rita desde quando foi fundado em 1973 e aberto ao público em 1977. A igreja foi fundada pela irmandade de Santa Rita e começou a ser construída em 1722, é a construção mais antiga de Paraty e abrigou também as irmandades de N.S.^a do Carmo e N.S.^a da Conceição. O acervo do museu é constituído de objetos que pertenciam às irmandades da cidade. O Museu passou seis anos fechado em reformas e foi reaberto para visitação em 2015. (MUSEUS DO RIO, 2022).

Museu do Diamante – Diamantina (MG)

O Museu do Diamante foi criado por uma lei de Getúlio Vargas em 1954. Getúlio se baseou em um projeto de Juscelino Kubitschek que na época era deputado. O museu está situado no início da Estrada Real, o caminho por onde durante o período colonial eram escoados ouro e diamantes. O edifício também foi a moradia do padre José da Silva e Oliveira Rolim que se envolveu ativamente na Inconfidência Mineira. (MUSEU DO DIAMANTE, 2022).

Museu do Ouro – Casa Borba Gato – Sabará (MG)

O edifício onde hoje está abrigado o Museu do Ouro foi construído em 1730 e já abrigou a Casa de Fundação de Sabará, entre os anos de 1734 e 1735, e a Casa da Real Intendência do Ouro do Sabará até 1750 quando as casas de fundição foram restabelecidas. O prédio estava em estado precário, então foram solicitadas reformas, em 1751 uma carta Régia determinou as intervenções no prédio, provavelmente nessa reforma o prédio adquiriu novas características arquitetônicas tornando-se um sobrado. A Casa de Fundação foi extinta em 1832 junto com as outras casas de intendência e fundição. A casa de Sabará foi primeiramente leiloadada, depois vendida e finalmente doada à União, que passou o prédio para a tutela do IPHAN. Em 1945 Getúlio Vargas decretou a criação do museu que foi inaugurado em 1946 e o prédio tombado em 1950. Em 1989 a casa Borba Gato foi alugada pelo Museu do Ouro para funcionar como um centro de difusão cultural, em 1992 foi oficialmente incorporada ao Museu do Ouro. (MUSEU DO OURO, 2022).

Museu Forte Defensor Perpétuo – Paraty (RJ)

O Forte Defensor Perpétuo foi construído em 1822 para fazer parte do complexo defensivo de Paraty, o nome do forte é em homenagem a Dom Pedro I que tinha o título de defensor perpétuo do Brasil. A construção do Forte está relacionada ao clima de tensão e a necessidade de proteção proporcionados pela independência do Brasil. O forte defensor perpétuo foi tombado em 1957 e restaurado na década seguinte. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2022).

Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro (RJ)

O Museu Histórico Nacional começou com a construção da Fortaleza de Santiago em 1603 no Rio de Janeiro. À Fortaleza se uniram outras edificações ao longo dos séculos seguintes, a região era uma área de defesa por causa da sua localização estratégica. Para comemorar os 100 anos de independência do Brasil em 1920 parte do complexo passou por reformas, foi revitalizado, decorado e

abrigou exposições. O Museu Histórico Nacional foi criado em 1922 pelo Presidente Epitácio Pessoa com a justificativa de que o Brasil precisava de um museu dedicado à história nacional. O Museu tem um acervo muito diversificado, o seu recorte temporal é do século XVI até XXI, além da coleção de moedas que são datadas desde o século VII a.C. O núcleo do acervo do museu vem do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, do Museu Nacional, do Museu de Artilharia e do então extinto Museu Naval. (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 2022).

Museu Imperial – Petrópolis (RJ)

Ao viajar para Vila Rica, atual Minas Gerais, D. Pedro I conheceu e se interessou pelo clima e a vegetação da mata atlântica na região serrana, ele então comprou a fazenda do Córrego Seco, ali ele pensava em construir o palácio da concórdia. Dom Pedro I teve que regressar a Portugal e acabou nunca mais voltando ao Brasil. Dom Pedro II recebeu a Fazenda como herança e ali construiu um prédio em estilo neoclássico. A construção começou em 1845 e terminou em 1862. Antes de começar a construir o prédio, dom Pedro II assinou um decreto para criar a cidade de Petrópolis em 1843. Um grupo de imigrantes vindos da Europa comandados pelo superintendente da Fazenda foi incumbido de levantar a cidade, colonizar a região e construir o palácio. Em 1889 a família real foi banida do Brasil e se exilou na Europa, posteriormente a princesa Isabel alugou o palácio para instituições de ensino. Em 1940 Getúlio Vargas decretou a criação do Museu Imperial. O seu acervo começou com os objetos transferidos do extinto Museu Histórico de Petrópolis e foi crescendo com doações de outras instituições, órgãos públicos e colecionadores. O Museu Imperial foi inaugurado em 1943 e tem em seu acervo objetos do primeiro e segundo reinado. (MUSEU IMPERIAL, 2022).

Museu Lasar Segall – São Paulo (SP)

O Museu Lasar Segall foi idealizado pela viúva do artista, Jenny Klabin Segall, e criado como uma associação civil sem fins lucrativos pelos filhos do casal em 1967. O museu está abrigado na antiga residência, e ateliê, do artista. A residência e o ateliê foram projetados pelo concunhado do artista, Gregori

Warchavchiem em 1932, e o próprio Lasar foi responsável pelo desenho de alguns móveis da casa. (MUSEU LASAR SEGALL, 2022).

Museu Nacional de Belas Artes – Rio de Janeiro (RJ)

O prédio ocupado hoje pelo museu foi construído entre os anos 1906 e 1908 para sediar a Escola Nacional de Belas Artes e a sua pinacoteca, esses eram símbolos da reforma que foi realizada na cidade pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX. A arquitetura do prédio segue modelos de alas do Louvre, a fachada principal apresenta frontão, colunatas, relevos e medalhões. Já as fachadas laterais apresentam mosaicos com personalidades do mundo da arte. O Museu de Belas Artes foi criado, com o apoio de Gustavo Capanema, ministro da educação no governo Vargas, em 1937 e inaugurado em 1938. O seu acervo começou com as coleções que pertenciam à escola nacional de Belas Artes que até 1975 ocupava o mesmo prédio do museu, prédio esse que foi tombado em 1973. (MUSEUS DO RIO, 2022).

Museu Regional Casa dos Ottoni – Serro (MG)

Presume-se que o edifício foi construído no século XVIII. O edifício pertenceu aos Ottoni, uma família de descendentes do Bandeirante Fernão Dias Paes Leme, que era rica e influente na região. A família doou a casa no começo do século XX para a instalação de um patronato agrícola. O Museu foi criado em 1949. O edifício passou por obras de restauração em 1980 por causa do seu estado. (MUSEU REGIONAL CASA DOS OTTONI, 2022).

Museu Regional de Caeté – Caeté (MG)

O edifício onde está abrigado o Museu Regional de Caeté foi construído no final do século XVIII e pertenceu ao Barão de Catas Altas, dono de uma mina de ouro no Gongo Soco, em Minas Gerais. O edifício apresenta a arquitetura do período colonial. O Museu foi criado em 1946, por meio de um decreto, porém só foi

inaugurado quando passou a pertencer ao SPHAN em 1979. O acervo tem variadas peças que são datadas do século XVIII ao XIX de regiões de Minas Gerais. Os objetos foram comprados ou doados por famílias tradicionais da região. (REVISTA MUSEU, 2022).

Museu Regional de São João del-Rei – São João del-Rei (MG)

O casarão onde está abrigado o Museu Regional de São João del-Rei foi construído pelo comendador Antônio da Silva Mourão por volta de 1859, o edifício não era só a residência do comendador como também um local de comércio na cidade. O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João del-Rei, que inclui o casarão, foi tombado em 1938. Depois de um requerimento enviado à Assembleia Nacional Constituinte, o presidente Eurico Gaspar Dutra determinou a desapropriação do casarão em 1947. O SPHAN começou a reforma do imóvel que durou até 1954, a aquisição das peças do museu começou entre 1952 e 1958. O museu abriu para visitação pública em 1963. (MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, 2022).

Museu Solar Monjardim – Vitória (ES)

O casarão que hoje abriga o Museu Solar Monjardim era a antiga sede da fazenda Jucutuquara, a sede foi presumivelmente construída na década de 1780. No ano de 1816, por meio de um dote de casamento, o casarão passou a ser propriedade da família Monjardim que ficou com ele até a década de 1940 quando o edifício foi tombado. O Museu Solar Monjardim foi propriamente criado em 1939. Em 1966 o Museu recebeu o acervo do Museu de Arte Religiosa e hoje busca reconstruir o ambiente e os costumes do século XIX. (MUSEU SOLAR MONJARDIM, 2022).

Museu Villa-Lobos – Rio de Janeiro (RJ)

O Museu Villa-Lobos foi criado a partir de um decreto durante o governo de Juscelino Kubitschek. O argumento para criação do museu era fazer uma homenagem à Villa-Lobos e a sua arte. O Museu ocupou salas no palácio Gustavo Capanema desde sua criação em 1961 até 1986, ele então foi transferido para um casarão de estilo clássico construído no final do século XIX no bairro de Botafogo. O casarão foi tombado em 1964 passando a integrar um conjunto residencial que mantinha arquitetura do século XIX. (MUSEU VILLA-LOBOS, 2022).

2.2 Dados e informações recolhidas

Neste tópico apresentarei em tabelas os dados recolhidos nesta pesquisa referentes à disponibilização, ou não disponibilização de campos de informação, ferramenta utilizada, número de objetos total do acervo considerado museológico pelo museu, número de objetos com informações disponíveis on-line e as relações de campos disponíveis que estão presentes na Normativa Ibram nº 06/2021 e os que não estão. A opção pela confecção de tabelas se deu pela quantidade e diversidade de dados, exemplos e casos especiais serão apresentados quando necessário.

A coleta dos dados que serão apresentados neste tópico variou de ferramenta para ferramenta. No Tainacan foi utilizada a funcionalidade de exportar os dados diretamente para arquivos CSV, para visualização destes arquivos foi utilizado o Google Planilhas. Foi identificado em alguns museus que utilizam a ferramenta Tainacan que os arquivos CSV e PDF apresentam campos que não são apresentados nas páginas dos objetos. Os campos que aparecem nos arquivos CSV e PDF mas não aparecem nas páginas do objeto no site institucional do museu são campos não preenchidos, ou seja, a ferramenta permite que campos não preenchidos sejam ocultados da página do objeto. Tendo conhecimento desta funcionalidade do Tainacan, optou-se por trabalhar com a relação com maior número de campos, aquela que apresenta também os campos não preenchidos.

Nas outras três ferramentas foi necessário abrir conferir os campos em cada uma das páginas de objeto que estão disponíveis já que existem variações de quais campos são apresentados, ou disponibilizados em um objeto ou outro. Foram confeccionadas planilhas com as relações de campos de cada museu.

Para a confecção da Tabela 1 foi utilizada a relação de museus Ibram que se encontra disponível no site do Instituto. A ordem dos museus não foi alterada mantendo os museus agrupados por região. A consulta das ferramentas foi realizada nos sites institucionais de cada museu e também no site do Ibram que disponibiliza os links diretos para as páginas Tainacan e Google Arts and Culture dos seus museus.

O número de objetos do acervo museológico foi retirado dos sites e planos museológicos de cada instituição, ele é o número total de objetos que o museu apresenta como museológico. Buscamos os números exatos mas quando não encontrados coletamos as informações disponíveis, por isso a Tabela 1 apresenta também aproximações. É importante destacar que alguns dos museus, como o Museu Imperial e o Museu Histórico Nacional disponibilizam informações sobre outros tipos de acervos como o bibliográfico e arquivístico. Mantiveram-se as separações, quando existentes, de cada museu quanto aos seus acervos, sendo aqui o foco o que estes museus consideram como acervo Museológico.

O número de objetos do acervo museológico com informação disponível online representa páginas ou seções em um site que contém informações de um objeto, a apresentação no site de cada instituição foi mantida, desconsideramos partes de objetos onde cada parte é apresentada em uma página ou seção diferente, cada página, seção, é nesta pesquisa um objeto.

Como existe a possibilidade de que, um museu que utiliza duas ferramentas insira em cada uma delas o mesmo objeto é preciso separar o número de objetos com informação disponível de uma ferramenta para a outra. Um único objeto pode ser encontrado em duas diferentes ferramentas utilizadas por um museu.

Tabela 5 - Museus, ferramentas e objetos

Museu	Ferramentas	Número de objetos do acervo museológico	Número de objetos do acervo museológico com informação disponível online
Museu Casa Histórica de Alcântara (MA)	Tainacan	2.077	631
Museu da Abolição (PE)	Tainacan	310	301
Museu Casa da Princesa (GO)	Tainacan	966	799
Museu das Bandeiras (GO)	Tainacan	590	441

Museu de Arte Sacra da Boa Morte (GO)	Tainacan	1.041	790
Museu das Missões (RS)	Tainacan	182	90
Museu Victor Meirelles (SC)	Tainacan	233	237
Museu Casa da Hera (RJ)	Tainacan	-	1.287
Museu Casa de Benjamin Constant (RJ)	Tainacan	983	983
Museus Castro Maya (RJ)	Google Arts and Culture	cerca de 17.000	86
Museu da Inconfidência (MG)	Tainacan	mais de 4.000	4.622
Museu da República (RJ)	-	9.557	-
Museu de Arqueologia / Socioambiental de Itaipu (RJ)	Tainacan	1.370	1.040
Museu de Arte Religiosa e Tradicional (RJ)	Tainacan	138	132
Museu de Arte Sacra de Paraty (RJ)	-	-	-
Museu do Diamante (MG)	Tainacan	-	895
Museu do Ouro – Casa Borba Gato (MG)	Tainacan	679	136
Museu Forte Defensor Perpétuo (RJ)	Tainacan	-	384
	Tainacan		848
Museu Histórico Nacional (RJ)	Google Arts and Culture	cerca de 170.000	628
Museu Imperial (RJ)	Dami	mais de 7.000	1.407
	Google Arts and Culture		322
Museu Lasar Segall (SP)	Acervos Integrados	mais de 16.000	3.150
Museu Nacional de Belas Artes (RJ)	Google Arts and Culture	mais de 100.000	3.365
Museu Regional Casa dos Ottoni (MG)	Tainacan	500	463
Museu Regional de Caeté (MG)	Tainacan	-	243
Museu Regional de São João del-Rei (MG)	Tainacan	484	328
Museu Solar Monjardim (ES)	Tainacan	cerca de 3.000	77
	Tainacan		1.812
Museu Villa-Lobos (RJ)	Google Arts and Culture	cerca de 3.000	117

Fonte: Elaborado pela autora

Na Tabela 5 é possível visualizar que a grande maioria dos museus sob a guarda do Ibram estão localizados na região Sudeste, são também dessa região os únicos três que não apresentam informações sobre os objetos de seu acervo na internet. A região norte é a única que não tem museus Ibram.

Em alguns casos o número de objetos com informações disponíveis online é maior do que o número de objetos do acervo museológico, nestes casos é possível que o número de objetos tenha crescido antes da atualização desse dado no site do museu ou da confecção de um novo plano museológico. Outra situação é que além dos objetos do acervo museológico, tenham sido acrescentados de forma indiscriminada nas ferramentas outros itens que não são objetos musealizados.

Um caso que se destaca é do Museu Victor Meirelles, segundo o plano museológico da instituição a soma dos objetos das duas coleções (Coleção Victor Meirelles e Coleção XX e XXI) é de 233, porém no Tainacan estão cadastrados 237. Outro caso que se destaca é do Museu Casa da Hera, os objetos com informações disponíveis estão divididos em “Acervo tridimensional” (também denominado “acervo museológico” dentro do site institucional) e “Indumentárias”, acreditamos que essa separação seja uma forma do Museu destacar os objetos que considera mais relevantes ou mais representativos de seu acervo. Tanto os objetos em “Acervo tridimensional” quanto os em “Indumentárias” apresentam os mesmos campos de informação, incluindo o campo “Nº de tombo”, são todos objetos musealizados. O número de objetos do acervo museológico com informação disponível online do Museu Casa da Hera foi calculado pela soma do número de objetos em “Acervo tridimensional” e “Indumentárias”.

O único museu em que o número de objetos do acervo museológico é igual ao número de objetos com informação online é o Museu Casa de Benjamin Constant. O Museu de Arte Religiosa e Tradicional e o Museu da Abolição também aproximam o número de objetos do acervo museológico com informação disponível online do número de objetos do acervo museológico. O Museu da República e o Museu de Arte Sacra de Paraty são os únicos que não disponibilizam informações sobre os objetos de seu acervo museológico na internet.

O Tainacan é a ferramenta mais utilizada, apenas o Museu Imperial e o Museu Lasar Segall utilizam atualmente ferramentas que foram desenvolvidas dentro de seus museus. Os museus que utilizam mais de uma ferramenta são os Museus Castro Maya; Museu Histórico Nacional; Museu Lasar Segall e Museu Villa-Lobos, todos estes utilizam como uma das ferramentas o Google Arts and

Culture. Quando utilizado com outra ferramenta, o Google Arts and Culture teve menos objetos com informação disponível em todos os museus.

O total de objetos com informação disponível on-line é de 25.537, sem informações exatas sobre a quantidade real de objetos dos acervos museológicos, o que se pode calcular por aproximação é que o total desses objetos seja de aproximadamente 335 mil. Até a data em que os dados foram recolhidos, do total de objetos que se sabe ou se estima, apenas aproximadamente 14% dos objetos têm informação disponível online.

É importante destacar que nem todos os museus explicitam que, o acervo, ou os objetos que tem informações disponibilizadas são de caráter museológico. No caso do Museu Villa-Lobos todos objetos com informação disponíveis são fotografias e o museu identifica estas como “Acervo fotográfico”. As fotografias são registros da vida de Villa-Lobos, da infância aos últimos concertos. Mesmo que classificadas como “Acervo fotográfico” no site do Museu estas fotografias também são parte do acervo museológico da instituição.

O Museu Victor Meirelles também não classifica o acervo disponível como museológico, bibliográfico ou arquivístico, foi preciso analisar os objetos e as informações sobre eles apresentadas. Como 222 dos objetos são classificados pelo próprio Museu como “02 Artes Visuais/Cinematográfica”, 14 como “10 Comunicação” e uma impressão em papel jornal que está sem classificação, optou-se por considerar o acervo disponível como museológico.

No Google Arts and Culture os Museus também não identificam o acervo com informações disponíveis online como museológico, analisando os objetos e as suas informações optou-se por considerá-lo como tal, mesmo que existam um ou outro objeto nos acervos que não aparentam pertencer a um acervo museológico. O Acervos Integrados do Museu Lasar Segall divide seu acervo disponível em “Arquivo Lasar Segall”, “Arquivo Fotográfico Lasar Segall” e “Acervo de Obras Lasar Segall”. Considerou-se como museológico apenas o último.

No Museu Imperial/Dami existe a separação de todo o acervo em setores de guarda, são eles “Arquivo Histórico” com 5006 objetos; “Biblioteca” com 1631 objetos; “Casa Geyer” com 215 objetos e “Museologia” com 1407 objetos.

Analisando brevemente os objetos contidos em cada setor e as informações sobre eles, os campos se repetem entre todos os setores, todos os objetos de todos os setores poderiam ser considerados de acervo museológico, porém o Museu realiza essa separação e aqui ela será mantida.

O Setor de Museologia é responsável pela guarda, conservação, pesquisa, documentação e exposição do acervo museológico do Museu Imperial que tem como foco principal o Primeiro e o Segundo Reinados, como também a história da cidade de Petrópolis/RJ. (MUSEU IMPERIAL, 2022).

O Museu de Arqueologia/Socioambiental de Itaipu apresenta dois tipos de acervo em seu site, “Acervo Noronha Santos” e “Acervo Museológico”, nesta pesquisa foram trabalhados os dados apenas do último, todos os outros museus Ibram com informações sobre seus objetos disponíveis online sinalizam o acervo museológico disponível como tal.

A Tabela 6 foi confeccionada utilizando a relação de museus Ibram e os 15 campos da Normativa nº 06/2021, seguindo a mesma ordem de apresentação. Nesta tabela estão sinalizados quais campos de informação presentes na Normativa Ibram nº 06/2021 cada museu disponibiliza. Em alguns casos o nome do campo foi alterado pelo museu, então para ter certeza do conteúdo do campo consultamos o seu preenchimento. O foco nesta pesquisa não é observar especificamente como se dá o preenchimento dos campos de informação em cada um de seus objetos, este preenchimento serviu como auxílio em alguns dos casos para entender quais informações o museu disponibiliza e quais não.

Campos	Museu									
	Museu da Inconfidência (MG)	Museu da República (RJ)	Museu de Arqueologia / Socioambiental de Itaipu (RJ)	Museu de Arte Religiosa e Tradicional (RJ)	Museu de Arte Sacra de Paraty (RJ)	Museu do Diamante (MG)	Museu do Ouro – Casa Borba Gato (MG)	Museu Forte Defensor Perpétuo (RJ)	Museu Histórico Nacional (RJ)	Museu Imperial (RJ)
número de registro	X	-	X	X	-	X	X	X	X	-
outros números	-	-	X	-	-	-	-	X	X	X
situação	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-
denominação	X	-	X	X	-	X	X	X	X	X
título	X	-	-	X	-	X	X	X	X	X
autor	X	-	X	X	-	X	X	X	X	X
classificação	X	-	X	X	-	X	X	X	X	X
resumo descritivo	-	-	X	X	-	X	X	X	X	X
dimensões	X	-	X	X	-	X	X	X	X	X
material/técnica	X	-	X	X	-	X	X	X	X	X
estado de conservação	X	-	X	-	-	-	-	X	X	-
local de produção	X	-	-	X	-	X	X	X	X	-
data de produção	X	-	-	X	-	X	X	X	X	X
condições de reprodução	-	-	X	X	-	X	X	-	X	X
mídias relacionadas	X	-	X	X	-	X	X	X	X	X

Campos	Museu Lasar Segall (SP)	Museu Nacional de Belas Artes (RJ)	Museu Regional Casa dos Ottoni (MG)	Museu Regional de Caeté (MG)	Museu Regional de São João del-Rei (MG)	Museu Solar Monjardim (ES)	Museu Villa-Lobos (RJ)
número de registro	-	X	X	X	X	X	X
outros números	-	-	X	-	-	-	-
situação	-	-	X	-	-	-	-
denominação	-	-	X	X	X	X	X
título	X	X	X	X	X	X	X
autor	X	X	X	X	X	X	X
classificação	-	-	X	X	X	X	X
resumo descritivo	-	X	X	X	X	X	X
dimensões	X	X	X	X	X	X	X
material/técnica	X	X	X	X	X	X	X
estado de conservação	-	-	X	X	-	-	X
local de produção	-	-	X	X	X	X	X
data de produção	X	X	X	X	X	X	X
condições de reprodução	-	-	X	-	-	-	X
mídias relacionadas	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pela autora

No Museu Victor Meirelles temos o campo “Informações sobre o autor” onde só foram encontrados preenchimentos com o nome do autor. O Museu Imperial, com o Dami, substitui o campo “Autor” por campos como “Pintor”, “Gravador”, “Joalheiro”, etc. de acordo com a técnica utilizada na confecção do objeto, o mesmo também foi observado no No Google Arts and Culture do Museu Histórico Nacional.

No Museu Victor Meirelles, o campo referente à data de produção do objeto é o campo “Data de produção/datação”. O outro museu que utiliza o termo “datação” em um de seus campos é o Museu de Arqueologia/Socioambiental de Itaipu. No Dami do Museu Imperial, nos Google Arts and Culture do Museu Nacional de Belas Artes, dos Museus Castro Maya e do Museu Lasar Segall o campo “Data de produção” passa a ser apenas “Data”.

No Google Arts and Culture de todos os museus que o utilizam o campo “Autor”, este é substituído pelo campo “Criador”, com exceção do Museu Nacional de Belas Artes onde foram localizados ambos os campos. A mudança do nome do campo “Autor” para “Criador”, também alcança “Local de produção” e “Data de produção” que se tornam “Local de criação” e “Data de criação” em todos os museus, com exceção dos Museus Castro Maya.

Com exceção do Museu Villa-Lobos, todos os museus que utilizam o Google Arts and Culture disponibilizam o campo “Tipo” e alteram o campo “Dimensões” para “Dimensões físicas”. Nos Museus Castro Maya no campo “Tipo” foram observados preenchimentos com informações que poderiam se encaixar tanto em “classificação” (pintura, escultura etc.) quanto na técnica (aquarela, guache etc.).

No Google Arts and Culture do Museu Lasar Segall e do Museu Histórico Nacional no campo “Tipo” foram encontrados preenchimentos como “pintura”; “instalação”; “desenho” e “fotografia”. Ainda falando desta ferramenta, no Museu Histórico Nacional o campo “Meio” está relacionado à técnica e material, tem como preenchimentos “óleo sobre tela”; “óleo sobre madeira” e “litogravura”, no campo “Local” foram encontrados preenchimentos com “brasil”; “china” e “japão”, nota-se em alguns objetos a presença dos campos “data” e “data de criação”.

No Museu de Arqueologia/Socioambiental de Itaipu, o campo referente ao material utilizado na confecção do objeto é o campo “matéria-prima”. No Museu

Casa Histórica de Alcântara o campo “material técnico” tem preenchimentos relacionados ao material com o qual o objeto foi confeccionado enquanto o campo “técnicas” tem preenchimentos relacionados tanto ao material quanto à técnica.

Sobre o campo “Tipologia” utilizado no Museu da Abolição não foi possível definir exatamente qual deve ser o preenchimento correto para este campo, os preenchimentos recuperados apresentam diferentes informações como: “objeto de culto”; “objeto de arte” e “objetos” não sendo possível determinar a função deste campo. O campo “Categoria” no Museu das Bandeiras tem como preenchimento a classificação utilizada no Thesaurus de Acervos Museológicos (FERREZ, 1987) porém sem o código numérico, lembrando que este museu também possui o campo “código tesauros” que conta com o preenchimento numérico.

No Museu Casa da Hera o campo “espécie” está preenchido com termos como: “acessórios de interiores”; “mobiliário”; “artigo de toilette”, este campo está relacionado com a classificação do objeto já que estes preenchimentos derivam do Thesaurus de Acervos Museológicos (FERREZ, 1987), assim como o campo “categoria” que tem preenchimentos como: "interiores"; "objetos pessoais"; "Utilitário".

Ainda no Museu Casa da Hera temos o campo “Nº de tomo”, é comum que em alguns museus o livro de registro seja chamado por “livro do tomo”, isso acontece provavelmente por uma associação com o ato de tombamento, ou inscrição do bem em um dos Livros do Tombo, este ato pode ser realizado por qualquer das uma três das esferas da administração pública e, quando em âmbito federal, coloca o bem sob a guarda do Iphan. O ato de tombamento não pode ser realizado por museus, entende-se neste caso que “Nº de tomo” é o mesmo que “número de registro”.

O campo “outros números” pode se relacionar com diversos campos observados nos museus aqui pesquisados. Em tese, qualquer outro número que o objeto receba dentro do museu deve se tornar preenchimento deste campo, porém a forma como alguns museus registram e entendem essa informação é diferente, o Museu Regional Casa dos Ottoni disponibiliza por exemplo o campo “Nº anterior”.

Sobre o número ou provável número de registro, a mudança do nome do campo faz com que seja difícil ter certeza se a informação apresentada pode se encaixar em “número de registro” ou “outros números”, este é o caso do Museu Imperial/Dami com o campo “Código de Identificação do Item”.

Além do campo “condições de reprodução” foram encontrados outros campos que contém a mesma função. Este campo deve indicar se existe alguma restrição quanto à reprodução das imagens ou informações do objeto, sendo assim os campos “Licenças (Creative Commons)” no Museu Regional Casa dos Ottoni e “domínio público” do Museu Victor Meirelles são campos que nestes museus substituem “condições de reprodução”.

No Museu de Arqueologia/Socioambiental de Itaipu, Museu do Diamante e Museu Histórico Nacional no campo “condições de reprodução” foi identificado o preenchimento “Domínio público” que é seguido de um link para outra página do Museu com informações sobre a reprodução de imagens e informações que estão disponíveis pela própria instituição.

O campo “mídias relacionadas” é, em teoria, o menos utilizado, e isso se dá possivelmente devido à forma de apresentação das imagens do objeto, que varia de museu para museu e de ferramenta para ferramenta. A maioria dos objetos tem a sua fotografia disponível, porém ela não está em um campo próprio. Todos os outros campos são preenchidos com conteúdo textual já “mídias relacionadas” que podem ser fotos, vídeos, PDF, e outros não costumam aparecer em um campo chamado “mídias relacionadas”. Por isso, a existência da foto do objeto na página é considerada substituta de “mídias relacionadas”. O Museu da Abolição foi o único museu onde foi localizado algum preenchimento em “mídias relacionadas”, este preenchimento é “arquivos de imagem”.

O único museu que disponibiliza informações sobre os objetos de seu acervo museológico on-line mas não utiliza o campo “título” é o Museu de Arqueologia/Socioambiental de Itaipu. Além da questão com títulos, o Museu de Arqueologia/Socioambiental de Itaipu tem ainda outras características específicas, como apresentar 15 campos relacionados às medidas do objeto.

Além da alteração do nome do campo, não é incomum que informações que seriam inseridas em apenas um campo da Normativa nº 6/2021 sejam apresentadas em dois ou mais campos pelo museu. No caso de alguns museus que utilizam o Tainacan, o foi identificado a divisão do campo "dimensões" em campos "altura", "largura" e "profundidade", do local de produção em "cidade" e "país", e a separação entre os campos "material" e "técnica". Além de transformar um campo em dois ou mais, não é incomum que "data de produção" seja também acompanhado por "século de produção".

No Museu Forte Defensor Perpétuo o campo "local de criação" se divide em "Estado e município" e "Cidade/Localidade". O Museu Victor Meirelles divide as informações referentes ao local de produção do objeto nos campos "País de produção", "Estado de produção" e "Cidade de produção". No Museu da Inconfidência o campo "Complemento - Local de produção" está preenchido com termos como "América do Sul" e "Europa" enquanto o campo "Local de produção" está preenchido com o país, estado ou região de criação do objeto.

O Museu de Arte Religiosa e Tradicional divide as informações referentes à data de produção do objeto nos campos "Ano de produção" e "Século de produção". Outro museu que disponibiliza o campo "Século" é o Museu Casa Histórica de Alcântara. Nos Museus Casa da Hera, Museu Regional Casa dos Ottoni e Museu Solar Monjardim o campo "época" tem como preenchimentos os séculos de confecção do objeto.

Na Tabela 3 estão apresentados a relação de museus, ferramentas e campos disponibilizados além da Normativa nº 6/2021. Assim como nas outras tabelas anteriores, foi mantida a ordem da relação dos museus.

Tabela 7 - Campos além da Normativa nº6

Museu	Ferramenta	Campos além da Normativa nº6
Museu Casa Histórica de Alcântara (MA)	Tainacan	Fábrica/Oficina; Marcas e inscrições; Histórico; Usos; Função e Bibliografia
Museu da Abolição (PE)	Tainacan	Coleção; Faz conjunto com; Todo ou parte? Quantas partes; Assunto; Tipologia; Moldura, base, estojo; Inscrições; Histórico do objeto.
Museu Casa da Princesa (GO)	Tainacan	Marcas/Inscrições; Localização; Modo de aquisição; Data de aquisição; Procedência; Fonte da informação; Histórico/Observação; Código

Museu	Ferramenta	Campos além da Normativa nº6
		Thesaurus.
Museu das Bandeiras (GO)	Tainacan	Marcas/Inscrições; Localização; Modo de aquisição; Data de aquisição; Procedência; Fonte de aquisição; Tema; Exposições; Histórico/Observação; Acervo; Coleção; Código Thesaurus; Destaque no acervo.
Museu de Arte Sacra da Boa Morte (GO)	Tainacan	Marcas/Inscrições; Localização; Modo de aquisição; Data de aquisição; Procedência; Histórico/Observação.
Museu das Missões (RS)	Tainacan	Título para o público; Título em inglês; Coleção; Marcas/Inscrições; Temas; Estilo; Movimento; Escola/Grupo Cultural; Exposições; Procedência; Desdobramento número; Referências bibliográficas/arquivísticas;
Museu Victor Meirelles (SC)	Tainacan	Coleção; Duração; Marcas/Inscrições; Notas sobre o estado de conservação; Procedência; Exposições; Bibliografia; Descrição de conteúdo; Estilos/Temas; Exposições; Domínio público; catalogador; Data do 1º registro
Museu Casa da Hera (RJ)	Tainacan	Número Tainacan; Revisar número Tainacan; Categoria; Inscrições; Partes integrantes; Etiqueta; Fontes;
Museu Casa de Benjamin Constant (RJ)	Tainacan	Coleção; Marcas/Inscrições; Fabricante; Características técnicas; Características estilísticas; Características iconográficas/ornamentais; Documentação fotográfica; Dados históricos;
Museus Castro Maya (RJ)	Google Arts and Culture	Tipo
Museu da Inconfidência (MG)	Tainacan	Marcas/Inscrições; Estilo; Temas; Complemento - Local de produção; Notas sobre o estado de conservação; Fotografia
Museu da República (RJ)	-	-
Museu de Arqueologia/Socioambiental de Itaipu (RJ)	Tainacan	Data da entrada no acervo; Procedência; Modo de aquisição; Doador; Coleção; Nº de partes; Datação; Localização atual; Data da compilação da ficha; Processos curatoriais; Observações; Equipe MAI; Data MAI; Localização; Histórico; Projeto de Catalogação; Data do Projeto de Catalogação;
Museu de Arte Religiosa e Tradicional (RJ)	Tainacan	Acervo
Museu de Arte Sacra de Paraty (RJ)	-	-
Museu do Diamante (MG)	Tainacan	Acervo; Procedência; Temas; Data da fotografia; Marcas/Inscrições; Dados históricos; Referências bibliográficas/arquivísticas; Características Iconográficas/Ornamentais; Características Estilísticas; Características técnicas;
Museu do Ouro – Casa Borba Gato (MG)	Tainacan	Conjunto com nº; Palavras-chave; Fotógrafo; Data da fotografia; Esfera de proteção legal; Tipo de tombamento; Marcas/Inscrições; Características estilísticas; Características iconográficas/ornamentais; Dados históricos; Referências bibliográficas/arquivísticas.
Museu Forte Defensor Perpétuo (RJ)	Tainacan	Estado e município; Cidade/Localidade; Acervo; Localização; Nome do Inventário; Modo de aquisição; Data de aquisição; Procedência; Notas sobre aquisição; Marcas/inscrições/legendas; Especificação do estado de conservação

Museu	Ferramenta	Campos além da Normativa nº6
Museu Histórico Nacional (RJ)	Tainacan	faz conjunto ou par com; Forma de aquisição; Fonte de aquisição; Referência de aquisição; Termos de Indexação; Observações; Exposição; Referências expográficas; Referências bibliográficas; Autoria das fotos; Exposições; Destaque do carrossel da página principal; Termos de indexação - revisar e transferir os termos para o Termos de indexação; Sobre Aleijadinho; Fonte revisada
	Google Arts and Culture	Fotógrafa (o); Link externo; Local da morte do criador; Local de nascimento do criador; Processo; Termos de indexação.
Museu Imperial (RJ)	Dami	Coleção; Número de processo; Forma de Aquisição; Código de Identificação do Item; Descrição de Conteúdo; Onomástico; Assunto; Direitos; Este item aparece na(s) seguinte(s) coleção(s); Título Alternativo; Notas; Outras Medidas; Fabricante; Editora; Atribuído.
Museu Lasar Segall (SP)	Google Arts and Culture	Identificação, Link externo
	Acervos Integrados	Proprietário, Pessoa física
Museu Nacional de Belas Artes (RJ)	Google Arts and Culture	coleção; tipo
Museu Regional Casa dos Ottoni (MG)	Tainacan	Título para o público; Procedência; Localização atual; Andar; Armário/Estante/Mapoteca; Prateleira/Gaveta; Modo de aquisição; Data de aquisição; Notas sobre o estado de conservação; Características técnicas; Características estilísticas; Características iconográficas/ornamentais; Licenças (Creative Commons); Dados históricos; Referências bibliográficas/arquivísticas; Dados complementares; Condições de segurança; Temas; Proteção legal; Conjunto com nº; Marcas/ inscrições/ legendas; Termos de indexação; Época.
Museu Regional de Caeté (MG)	Tainacan	Marcas/inscrições; Conjunto com; Itens relacionados; Fotógrafo; Data da foto; Características técnicas; Características estilísticas; Características iconográficas/ornamentais; Dados históricos; Referências bibliográficas/arquivísticas
Museu Regional de São João del-Rei (MG)	Tainacan	Marcas/Inscrições; Temas; Conjunto com nº; Dados históricos; Características Iconográficas/Ornamentais; Características Estilísticas; Características técnicas; Referências Bibliográficas/Arquivísticas; Documentação fotográfica.
Museu Solar Monjardim (ES)	Tainacan	Características estilísticas; Características técnicas; Características iconográficas/ornamentais; Marcas/Inscrições/Legendas; Dados históricos; Referências bibliográficas/arquivísticas; Projeto.
Museu Villa-Lobos (RJ)	Tainacan	Procedência; Modo de aquisição.
	Google Arts and Culture	-

Fonte: Elaborado pela autora

É possível notar na tabela 3 que diversos campos, mesmo sem fazer parte da Normativa Ibram nº 06/2021 se repetem, alguns menos outros mais. Para entender a função de alguns campos que não ficaram completamente esclarecidos recorreremos também ao seu preenchimento.

Alguns museus trazem para a ferramenta algum tipo de divisão do acervo ou organização que já existe na instituição, este é o caso dos campos “coleção” e “acervo” no Museu das Bandeiras. Neste Museu, no campo “Acervo” só foi encontrado o preenchimento “Artes Visuais”; no campo “Coleção” foram encontrados preenchimentos como “Acervo Museológico”; “Mobiliário” e “Galvão”. Já no Museu das Missões o campo “Coleção” tem apenas dois preenchimentos, “Arte Sacra” e “Elemento Arquitetônico”.

Nos Museus do Diamante e Forte Defensor Perpétuo o campo “Acervo” só tem preenchimentos com o nome do próprio Museu. No Museu Imperial/Dami existem dois campos relacionados a coleções, o primeiro é “Coleção” e tem preenchimentos relacionados a cada uma das 33 coleções citadas em seu site, e o segundo campo é “Este item aparece na(s) seguinte(s) coleção(s)” que tem como preenchimento “Acervo Museológico” em todos objetos.

Campos relacionados ao histórico do objeto como “dados históricos”; “histórico do objeto” e “histórico” aparecem em 13 dos 27 museus. O preenchimento destes campos varia bastante. Nos três Museus Ibram Goiás o campo é nomeado “Histórico/Observação” e como preenchimentos encontramos informações sobre os usos do objeto, sobre atividades de conservação preventiva realizadas no objeto, sobre a sua aquisição, sobre o estado de conservação etc. Já no Museu Casa de Benjamin Constant e Museu da Abolição os campos “Dados históricos” e “Histórico do objeto”, respectivamente, têm preenchimentos com informações relacionadas a quem pertenceu o objeto, sua procedência, se este foi um presente ou doação, etc.

No Museu do Diamante no campo “Dados históricos” temos em alguns objetos o preenchimento “Pesquisar nos Arquivos da Arquidiocese de Diamantina.”, que possivelmente é uma informação dirigida à pessoa responsável pela pesquisa sobre o acervo. No Museu de Arqueologia/Socioambiental de Itaipu, no campo “Histórico”, temos preenchimentos relacionados ao projeto que catalogou o objeto, boa parte dessas informações é repetida no campo “Projeto de Catalogação”. No Museu Regional de Caeté a maior parte dos objetos tem como preenchimento no campo “Dados históricos” a frase “Não foram localizados dados específicos sobre o objeto”; existem também neste museu alguns preenchimentos com informações sobre personagens, locais e informações relacionadas às inscrições no objeto.

No Museu Regional de São João del-Rei o campo “Dados históricos” tem preenchimentos com informações, relacionadas ao objeto, sobre santos, artistas, mobiliário, utensílios, personagens históricos, procedência e outros. No Museu Solar Monjardim o campo “Dados históricos” tem preenchimentos relacionados à procedência e doadores, origem e datação do objeto.

No Museu Casa de Alcântara além do campo “Histórico”, onde não foram localizados preenchimentos, são disponibilizados também os campos “Usos” e “Função”. O campo “Usos” tem preenchimentos como “Para vinho do Porto” e “Para corte de metal” e o campo “Função” tem preenchimentos como “Provavelmente utilizado em embarcação” e “Suporte para objeto decorativo”.

Informações que o Museu considera útil porém não se encaixam em outros campos ou que são muito específicas do objeto geralmente são inseridas em “observações”. No campo “Observações” no Museu Histórico Nacional, foram localizados preenchimentos como: “Fábrica de fósforos S.A.J Mantero y Balza LTDA”; “Catalogação: Maria de Simone” e “Peça de 6 libras de comprimento médio, de um tipo usado na Inglaterra em fortificações, porém em pequenas quantidades. (...)” No Museu de Arqueologia/Socioambiental de Itaipu, no campo “Observações” existem preenchimentos relacionados ao estado físico do objeto como a sua coloração e inclui também informações sobre o estado de conservação.

Entendemos que no Dami/Museu Imperial o campo “Notas” tem a mesma função que teria um campo “Observações” nos outros museus aqui apresentados. Temos neste campo preenchimentos como “A obra está emoldurada. Atrás da moldura, há uma inscrição manuscrita assinada pelo próprio duque de Saxe.” e “O rapé, palavra que vem do francês “râper” e significa, raspar, é o tabaco ou fumo em pó para inalar. (...)”

No museu do diamante, Museu Regional de São João del-Rei, Museu Regional Casa dos Ottoni, Museu da Inconfidência, museu Victor Meirelles, Museu das Missões, Museu das Bandeiras, Museu da Abolição, Museu Histórico Nacional os campos “tema”; “temas”; “Assunto”; “termos de indexação” têm todos a mesma função, são campos destinados à palavras-chave relacionadas ao objeto. No museu Victor Meirelles o campo “estilo/temas” tem a mesma função. No Museu Regional

Casa dos Ottoni o campo “temas” tem o preenchimento duplicado no campo “termos de indexação”.

Além de campos de termos de indexação existem também campos como “Descrição de conteúdo”. No Museu Victor Meirelles o campo “Descrição de conteúdo” tem preenchimentos como “Este estudo de traje foi realizado durante o primeiro período de pensionato de Victor Meirelles na Itália (1853/1856).” e “Representação do deus grego Apolo em sua carruagem.” No Museu Imperial/Dami, no campo “Descrição de Conteúdo” foram encontrados preenchimentos como “Gravura da rua do Crespo, em Pernambuco, composta pelo casario, pela rua com as lojas abertas e as pessoas em seus afazeres” e “Bengala de madeira escura, envernizada. Possui castão em forma de pomo, de madeira clara e ponta de metal.”

O campo “Título” pode vir acompanhado de outros campos que se relacionam com ele. No Museu das Missões o campo “Título para o público” é uma junção do título, atribuído ou não, com a data de criação. “Título”, “Data de criação” e “Autor” são comumente os campos, ou entradas, mais utilizados para identificação rápida do objeto no acervo, são também as informações mais utilizadas em legendas em exposições, no caso do Museu das Missões a autoria da maioria das obras é desconhecida. No Dami em “Título Alternativo” foram encontrados preenchimentos com a tradução do título original.

Seis museus disponibilizam campos com informações sobre a localização do objeto, dada a existência do campo “Local de origem” entendemos que este campo se refere à localização física do objeto na instituição. Dos seis museus foram localizados preenchimentos em três, são eles: Museu Forte Defensor Perpétuo; Museu de Arqueologia/Socioambiental de Itaipu e Museu Regional Casa dos Ottoni. O Museu de Arqueologia/Socioambiental de Itaipu divide o campo em “Localização” e “Localização atual”, no primeiro todos os preenchimentos são “Museu de Arqueologia de Itaipu” e no segundo os preenchimentos estão relacionados à salas, reserva técnica e exposições. No Museu Forte Defensor Perpétuo o campo “Localização” segue a mesma linha do campo “Localização atual” do Museu de Arqueologia. O Museu Regional Casa dos Ottoni além do campo “Localização” disponibiliza também os campos “Andar”; “Armário/Estante/Mapoteca” e “Prateleira/Gaveta”.

Dos oito museus que disponibilizam os campos “Características técnicas”; “Características estilísticas”; “Características iconográficas/ornamentais” só o Museu do Diamante, Museu Regional Casa dos Ottoni e Museu Regional de São João del-Rei têm preenchimentos nestes campos. Analisando os campos é possível perceber que os preenchimentos do campo “Características técnicas” são acerca das propriedades físicas do objeto incluindo o seu material, técnica e formato, os preenchimentos de “Características estilísticas” são acerca de formatos físicos e escolas estilísticas, o campo “Características iconográficas/ornamentais” tem preenchimentos com a listagem de ornamentos encontrados no objeto.

O campo “Procedência” aparece em 10 dos 27 museus, e seu preenchimento varia entre localidades e pessoas físicas e jurídicas. O Museu Casa da Princesa, Museu de Arte Sacra da Boa Morte, Museu das Bandeiras tem preenchimentos com nomes de pessoas, cidades e países; no Museu das Missões os preenchimentos são nomes de cidades e igrejas. No Museu Victor Meirelles, Museu do Diamante e Museu Forte Defensor Perpétuo os preenchimentos incluem locais, pessoas, outros museus e órgãos públicos. No Museu de Arqueologia/Socioambiental de Itaipu os preenchimentos são em sua maioria sítios arqueológicos e cidades. No Museu Regional Casa dos Ottoni os preenchimentos são cidades, estados, órgãos públicos e igrejas.

O campo “Modo de aquisição”, naqueles museus que o disponibilizam, apresenta poucas variações entre os preenchimentos “doação”; “compra”; “comodato”; “transferência” e “coleta” com poucos preenchimentos destoantes como “custódia” nos museus Ibram Goiás e “recolhimento” no Museu Forte Defensor Perpétuo.

A forma como os museus registram marcas e inscrições é bastante variável, se juntarmos “Marcas/Inscrições” com as suas variações como “Marcas e inscrições” o total de museus que disponibilizam esse tipo de informação é de 17. Lembrando que em alguns casos esse tipo de informação pode estar inscrita em outros campos como em “Observações”; no Dami do Museu Imperial, no campo “Notas” foi possível localizar preenchimentos com menções à inscrições nos objetos.

No Dami/Museu Imperial o campo “Atribuído”, quando presente na página do objeto, tem preenchimentos “sim”. No campo “Onomástico” foram encontrados

preenchimentos como “TERESA CRISTINA, imperatriz do Brasil, 1822-1889”, “BOA VISTA, ponte da. PERNAMBUCO. BRASIL” e “PORTUGAL”. No campo “Direitos” todos os preenchimentos são “Museu Imperial/Ibram/MTur”, como ter direitos sobre a informação não significa necessariamente restringir sua reprodução, este campo não poderia ser substituído por “condições de reprodução”.

Em quatro museus temos informações acerca do projeto de catalogação relacionado à documentação daquele objeto. No Museu de Arqueologia/Socioambiental de Itaipu é disponibilizado o campo “Projeto de Catalogação”; Museu Solar Monjardim com “Projeto”; Museu de Arqueologia/Socioambiental com “Projeto de Catalogação” e “Data do Projeto de Catalogação”; Museu Victor Meirelles com “catalogador” e “Data do 1º registro”. O Museu Forte Defensor Perpétuo apresenta o campo “Nome do Inventário”; esta informação pode vir também em “Referências” como é o caso do Museu Casa Histórica de Alcântara. O Museu das Bandeiras; Museu das Missões; Museu Victor Meirelles e Museu Histórico Nacional disponibilizam todos um campo destinado à informações relacionadas à exposições das quais o objeto possa ter participado.

Uma forma de indicar que um objeto é composto por várias partes, ou faz parte de um conjunto, é pela sua numeração, porém oito museus optaram por utilizar um ou mais campos para essa informação. Os campos relacionados a conjuntos e partes são “Desdobramento número”; “Faz conjunto com”; “Todo ou parte?”; “Partes integrantes”; “Nº de partes”; “Conjunto com nº”; “faz conjunto ou par com”; “Conjunto com”. O Museu de Arte Religiosa e Tradicional informa que “peças que fazem parte de um conjunto escultórico ou que são fragmentos de objetos ainda existentes são contabilizadas como apenas um item, pois compartilham de um mesmo número de inventário”. Outros campos recorrentes em boa parte dos museus são os campos relacionados à bibliografia ou referências utilizadas no preenchimento dos campos, ou no caso das fichas físicas campos que foram utilizados para preencher a ficha de catalogação do objeto.

Além de campos que se repetem, existem também aqueles únicos de um museu, como é o caso do campo “processos colaborativos” no Museu de Arqueologia/Socioambiental de Itaipu. Este campo têm informações acerca do tratamento dispensado a cada objeto dentro do Museu como limpeza mecânica e

marcação com caneta. No Museu Casa da Princesa o preenchimento do campo “código tesouros” é numérico e vai do número 1 até o número 16. No Museu Regional de São João del-Rei e Museu Casa de Benjamin Constant, no campo “Documentação fotográfica” não foram localizados preenchimentos.

No Museu Regional Casa dos Ottoni o campo “Condições de segurança” tem alguns preenchimentos com o termo “boa”, em “Proteção legal” só foi localizado o preenchimento “Federal|Tomb. em conjunto”. No Museu do Ouro o campo “Esfera de proteção legal” tem como preenchimento o termo “federal” em todos os objetos, “tipo de tombamento” tem todos os preenchimentos como “tombamento em conjunto”. No Museu Victor Meirelles o campo “Duração” tem preenchimentos relacionados à medida de tempo para vídeos. No Museu da Inconfidência o campo “fotografia” está preenchido com um pequeno resumo com o nome do fotógrafo, data da fotografia, etc.

No Museu da Inconfidência o campo “estilo” está preenchido com termos como “rococó”; “neoclássico”; “arte oriental” entre outros. No Museu das Missões. O campo “estilo” está preenchido, em todos os objetos com o termo “missioneiro”, já o campo “movimento” está preenchido em quase todos os objetos com o termo “barroco”, apenas em um objeto está com o termo “escola espanhola”. O campo “escola/grupo cultural” está quase completamente preenchido com “escola espanhola” havendo só um preenchimento como “espanhol”.

2.3 Visualização do objeto na ferramenta

Neste tópico apresentarei a página, escolhida aleatoriamente, de um objeto em cada ferramenta. Devido ao imenso volume de dados não é possível analisar todas as páginas e informações de objetos de museus citados nesta pesquisa, e assim não é possível, neste momento, realizar uma análise completa sobre a disponibilização das informações sobre os objetos pelos museus, porém como as ferramentas têm funcionalidades e objetivos diferentes é possível ter uma ideia de como os museus disponibilizam informações através dessas ferramentas. O foco deste subtópico é observar a utilização da ferramenta e não necessariamente o preenchimento das informações.

Na página da obra “Avestruz” no Museu Lasar Segall/Acervos Integrados são apresentadas a imagem e as informações da obra. No lado esquerdo da página se localiza a imagem enquanto do lado direito se localiza o quadro com as informações da obra. No quadro são identificadas sete linhas de texto, as informações contidas nas linhas 1, 5, 6 e 7 não tem a identificação do nome do campo ou do tipo de informação ali inserida, porém supõe-se que sejam: código de identificação do objeto; título e pequena contextualização da obra, data de confecção da obra e material e técnicas utilizadas na confecção da obra. O título e contextualização encontram-se em negrito, destacando-se das outras informações.

Nas linhas 2, 3 e 4 identificam-se vários campos de informação separados por vírgula. Nestas três linhas as informações apresentadas identificadas são o autor e proprietário atual da obra, que são Lasar Segall e Museu Lasar Segall. Levanto a hipótese de que, a inserção dos termos nas linhas 2, 3 e 4 foram feitas por máquina, e estejam no formato “palavra-chave” pois não estão dispostas cada uma em uma linha e sim seguidas por vírgula. Suspeito também que algum tipo de erro esteja acontecendo com a ferramenta, estas três linhas se modificam à medida que navegamos por outras páginas de objetos.

Figura 1 - Página “Avestruz”



Ampliar

mIs2246

Lasar Segall, Museu Lasar Segall, automatically found: Lasar Segall, Pessoa física: Lasar Segall, Proprietário: Museu Lasar Segall, Autor: Lasar Segall, Proprietário: Museu Lasar Segall
“Avestruz”, projeto para alegoria do Baile de Carnaval da SPAM
 1929
 Aquarela, guache e tinta preta a pena

Fonte: página da obra “Avestruz” no Acervos Integrados do Museu Lasar Segall

No Museu Imperial/Dami a página apresentada é de uma Bengala com o código de identificação RG 118 248. Na página deste objeto temos em destaque, no topo e primeira informação, a sua denominação, lembrando que este objeto não tem título. Em todas as ferramentas os campos que aparecem na página de um objeto podem não aparecer na página de outro, não é possível saber se os campos que não aparecem são por não preenchimento ou porque a relação de campos de cada página é montada de acordo com o tipo do objeto. Bengalas não costumam ter título, por isso a informação é substituída por sua denominação, sem o título do objeto não faria sentido acrescentar a sua página o campo “Título alternativo”, por exemplo. Além de título, outra informação que falta neste objeto é o seu autor, ele foi desenhado e confeccionado por alguém, porém esta pode ser uma informação desconhecida ou difícil de ser localizada justamente pelo formato do objeto.

A denominação do objeto é seguida abaixo pelos nomes dos campos e suas informações. Cada nome de campo está em negrito e ocupa uma linha, na linha abaixo estão os seus preenchimentos, o nome do campo e suas informações estão separadas por uma linha pontilhada facilitando a identificação da separação dos campos. Logo após os campos temos a imagem do objeto, e esta página termina com o campo “Este item aparece na(s) seguinte(s) coleção(s)”. Não foi possível identificar o porquê nem levantar hipóteses sobre campos com informações em caixa alta.

Figura 2 - Página Bengala**Bengala****Coleção:**

Coleção Museu Histórico de Petrópolis

Número de processo:

83/1940

Forma de Aquisição:

Transferência

Código de Identificação do Item:

RG 118.248

Categoria:

OBJETOS PESSOAIS

Subcategoria:

OBJETO DE AUXÍLIO/CONFORTO PESSOAIS

Data:

Sem data

Material/Técnica:

Madeira

Metal

Dimensões (AxLxP):

A 85,5 cm x Ø 3,1 cm

Descrição de Conteúdo :

Bengala de madeira escura, envernizada. Possui castão em forma de pomo, de madeira clara e ponta de metal.

Assunto:

USOS E COSTUMES

INDUMENTÁRIA

Direitos:

Museu Imperial/Ibram/MTur

**Este item aparece na(s) seguinte(s) coleção(s)**

- Acervo Museológico

Fonte: página da bengala RG 118 248 no Dami do Museu Imperial

No Google Arts and Culture do Museu Nacional a página apresentada é da obra “Na varanda: Ilustração para o livro de Xavier Placer”. A página da obra no Google Arts and Culture traz a imagem do objeto em destaque centralizada no topo da página e abaixo as informações de título, autor e ano de confecção, informações que se repetem mais abaixo na seção “detalhes” com exceção do campo “Tipo”. Os campos se separam do seu preenchimento por destaque em negrito e “:”, ambos ocupam a mesma linha.

A imagem é separada do conteúdo textual por uma linha horizontal. No lado direito da página, abaixo da imagem, está o logo do Museu com seu nome, cidade e país abaixo. Os termos em azul redirecionam para páginas com outras obras de Djanira da Motta e Silva, em vários Museus, e para, no caso apresentado, páginas com outras obras e informações sobre a “Mídia” guache e a “Mídia” papel.

Figura 3 - Página “Na varanda”



Na varanda : ilustração para o livro de Xavier Placer
Djanira da Motta e Silva 1956



MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES
MNBA

Museu Nacional de Belas Artes
Rio de Janeiro, Brasil

Detalhes

Título: Na varanda : ilustração para o livro de Xavier Placer
Criador: [Djanira](#)
Data: 1956
Tipo: [guache](#) sobre [papel](#)

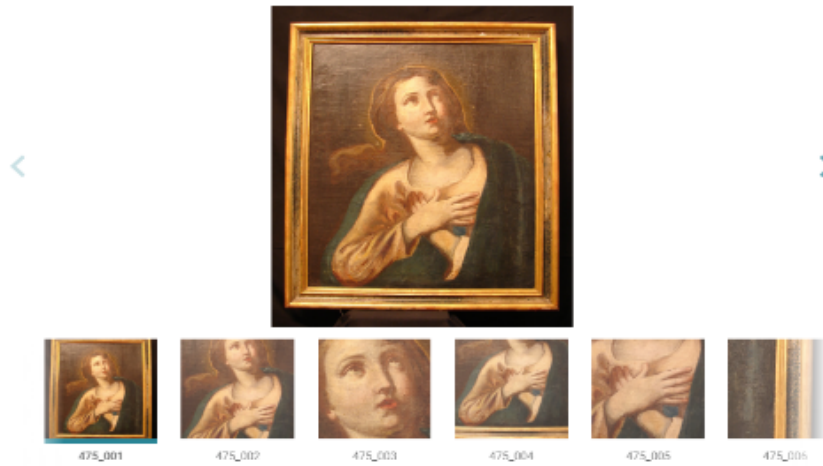
Fonte: página da obra “Na varanda : Ilustração para o livro de Xavier Placer no Google Arts and Culture do Museu Nacional de Belas Artes.

No Tainacan do Museu da Inconfidência a página apresentada é da pintura religiosa com número de registro 475. A primeira informação apresentada, no topo do lado direito da página é a denominação já que a obra não tem título, esta informação se separa das outras por uma linha horizontal. Logo abaixo está a seção “Documentos”, nesta seção estão inseridas a foto principal da obra e abaixo desta estão outras fotos retiradas de detalhes ou em diferentes ângulos da mesma obra, esta seção também termina com uma linha horizontal.

A próxima seção é chamada de “Metadados”. Os campos se dividem em 3 colunas, a foto principal da obra se repete em “Miniatura” e se seguem os campos “Número de registro”; “Denominação”; “Título”; “Autor”; “Fabricante”; “Classificação”; “Estilo”; “Altura (cm);”Largura (cm)”; “Material”; “Técnica”; “Temas”; “Estado de conservação”; “Local de produção”; “Complemento - Local de produção” e “Data de produção”. Esta seção termina também com uma linha horizontal. Os termos em azul direcionam para páginas com outros objetos com as mesmas informações.

3 de novembro de 2019 por [claraoliveira](#)

Documentos



Metadados

Miniatura



Compartilhar



Número de registro

475

Denominação

Pintura religiosa

Título

Nossa Senhora da Conceição (ou Das Dores?)

Autor

Não identificado

Fabricante

Ver Autor

Classificação

02 Artes Visuais/Cinefotográficas - 02.6 Pintura

Estilo

Barroco (enaf-fo)

Altura (cm)

66.9

Largura (cm)

96.7

Material

Madeira - Carvelaparda | Óleo sobre Tela | Ouro

Técnica

Documento | Materiais | Pintura a Óleo sobre tela

Temas

Iconografia Cristã | Inrocações À Virgem Maria

Estado de conservação

Regular

Local de produção

Brasil - Minas Gerais

Complemento - Local de produção

Aracaju do Sul

Data de produção

[?]

Continue navegando

[◀ Atributo de escultura religiosa: ...](#)


[Pintura religiosa ▶](#)
[☰ Voltar para a página de itens](#)

Figura 4 - Página Pintura religiosa

Fonte: página da pintura religiosa com o número de registro 475 no Tainacan do Museu da Inconfidência.

3 PERSPECTIVA DOS DADOS E INFORMAÇÕES

Neste último capítulo irei abordar alguns aspectos que considero importantes relacionados às análises dos dados apresentados no capítulo anterior, apresentarei também uma perspectiva sobre a pesquisa e possíveis resultados.

Por mais que o envio ao Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados das informações dos campos definidos pela Normativa Ibram nº 06/2021 seja obrigatório para os museus, não existe nenhuma obrigatoriedade na disponibilização destes dados nem mesmo na disponibilização destes dados conforme enviados, isso significa que o museu pode alterar a informação, nestes casos, para apresentá-la ao público. Aqui é preciso resgatar a função da Normativa, ela serve como parâmetro neste trabalho pois são informações que todo museu deve enviar ao Ibram. Ela não se propõe a ser a orientação para confecção de fichas ou a orientação do que o museu deve apresentar ao público via internet.

A internet se mostra eficiente em permitir que o acesso ao patrimônio artístico e histórico se amplie, auxiliando também o museu a cumprir sua função social. A disponibilização dessas informações revela, até certo ponto, como os museus documentam seus acervos. Podemos considerar que algumas dessas informações, pelos campos e preenchimentos apresentados, são advindas diretamente da documentação de acervo dos museus e buscam atingir não apenas o público em geral como também a comunidade de museólogos, equipes de museus, estudantes e pesquisadores em Museologia.

3.1 Visão geral das ferramentas

Além das diferenças notadas entre um museu e outro, as diferenças entre as ferramentas também são visíveis. Comparando o uso do Google Arts and Culture com o Tainacan vemos que temos três vezes mais museus utilizando o Tainacan, somando o número de objetos com informação disponível os museus que utilizam o Tainacan tem aproximadamente 10 mil objetos a mais do que os que utilizam o Google Arts and Culture. Sobre a relação de campos a média aritmética do número

de campos entre as duas ferramentas é de 23,7 para o Tainacan e 10,4 para o Google Art and Culture. Os museus que utilizam o Tainacan não só tem mais objetos com informação disponível como também disponibilizam mais campos de informação sobre esses objetos.

Apenas o Museu Imperial e o Museu Lasar Segall atualmente disponibilizam informações sobre os objetos de seu acervo por meio de ferramentas que não são o Tainacan ou o Google Arts and Culture, eles são casos à parte já que a elaboração da ferramenta aconteceu dentro dos próprios museus e por isso a relação entre o uso da ferramenta e o museu é diferente. Sobre a informação e como esta é apresentada, enquanto o Acervos Integrados do Museu Lasar Segall se aproxima do que é disponibilizado por outros museus no Google Arts and Culture, o Dami se aproxima do Tainacan.

Em todas as ferramentas existe certo grau de personalização dos campos, no Google Arts and Culture provavelmente existe por parte da ferramenta algum direcionamento para que o campo “autor” seja substituído pelo campo “criador”, “data de confecção” seja substituída por “data”, e “material e técnica” sejam inseridos em “meio”. Talvez os campos citados sejam os campos padrões dessa ferramenta.

Sobre as funcionalidades que os sistemas apresentam, o Tainacan é a ferramenta com o sistema de buscas mais sofisticado, sendo possível pesquisar informações diretamente em um campo específico. Outra função do Tainacan que auxiliou muito nesta pesquisa foi a de exportar os dados em CSV e PDF, poder visualizar os campos e informações diretamente em uma planilha poupou muito tempo e esforço. O Dami e o Acervos Integrados têm sistemas de busca parecidos.

Visualmente o Google Arts and Culture é o mais agradável e intuitivo de se navegar, as páginas principais dos museus dão mais destaque para as imagens e menos para o texto. A organização visual da informação em uma página de objeto no Dami é a que mais se parece com uma ficha de catalogação física, os campos e preenchimentos são listados e as fotografias retiradas dos objetos aparecem apenas uma vez na página.

O número de informações disponibilizadas utilizando o Dami e o Tainacan é muito superior ao número de informações disponibilizadas utilizando o Acervos Integrados e Google Arts and Culture, essa diferença somada às características visuais do Google Arts and Culture me leva a questionar a função e objetivo de cada uma das ferramentas. Enquanto os museus que utilizam o Dami e o Tainacan parecem ter um foco mais abrangente, buscando levar ao público informações mais aprofundadas sobre o objeto e pensando também no público especializado, o Google Arts and Culture parece voltado para a divulgação, com foco nas imagens, mais superficial dos objetos. Essa função mais “publicitária” do Google Arts and Culture se confirmaria pela opção de alguns museus em utilizá-lo em conjunto com outra ferramenta, como é o caso do Museu Histórico Nacional que utiliza o Tainacan e o Google Arts and Culture.

3.2 Visão geral dos campos

Durante a coleta dos dados foi observado a duplicação de alguns campos, além disso também foi observado a existência de campos como “Termos de indexação - revisar e transferir os termos para o Termos de indexação” ambas situações podem indicar que a informação inserida nos campos passa ou deve passar por modificações, levando a concluir que as atividades e revisões destes museus quanto à disponibilização de informação sobre os objetos de seu acervo não está acabada.

Alguns museus sinalizam ou destacam coleções de seus acervos ao disponibilizar informações de objetos, este é o caso da coleção “Indumentárias” do Museu Casa da Hera, do setor de guarda “Museologia” no Dami, entre outros exemplos. Essas separações talvez não cause tanto estranhamento para o público comum, mas pode causar confusão no público especializado.

A variação de campos em páginas de objetos, em todas as ferramentas, podem acontecer por funcionalidades que ocultam campos não preenchidos e também pela personalização de cada uma das páginas. Essas funcionalidades podem parecer práticas, deixando a ficha do objeto mais “limpa” e concisa, mas pode porém também ocultar aspectos importantes do objeto, não identificar o

material, a técnica, a data, o autor, que também são informações importantes para as obras.

Acerca dos campos disponibilizados pelos museus e que fazem parte dos campos presentes na Normativa Ibram nº 06/2021 os mais utilizados são também aqueles que são comumente encontrados em legendas de objetos em exposições. Entre o Tainacan e o Google Arts and Culture vemos a predominância neste último dos campos “título”, “material/técnica”, “data de produção”, “autor” e “dimensões”.

Tabela 8 - Campos da Normativa número 6/2021 e quantidade de museus que os disponibilizam

Informação	Qtd. de Museus que disponibiliza
situação	6
outros números	8
estado de conservação	8
condições de reprodução	14
local de produção	20
número de registro	21
denominação	21
classificação	22
resumo descritivo	22
título	24
material/técnica	24
data de produção	24
autor	25
dimensões	25
mídias relacionadas	25

Fonte: Elaborado pela autora

Na Tabela 8 estão apresentados os campos da Normativa disponibilizados pelos museus. Os campos estão ordenados de acordo com o número de vezes disponibilizados, do número menor ao maior. Para confecção desta tabela foram usados os dados coletados apresentados no capítulo 2, levando em conta campos que apresentam termos diferentes dos apresentados pela Normativa mas referem-se à mesma informação.

Sobre os campos disponibilizados mas que não fazem parte da Normativa Ibram nº 06/2021, temos a repetição de campos que podem ser localizados em diversos outros modelos de fichas, sejam elaborados por autores sejam as utilizadas em outros museus.

Tabela 9 - Campos além da Normativa número 6/2021 e quantidade de museus que os disponibilizam

Campo	Qtd. de Museus que disponibiliza	Campo	Qtd. de Museus que disponibiliza
Marcas/Inscrições	11	Marcas/Inscrições/Legendas	3
Procedência	10	Termos de Indexação	3
Coleção	8	Assunto	2
Dados históricos	7	Bibliografia	2
Modo de aquisição	7	Categoria	2
Referências bibliográficas/arquivísticas	7	Código Thesaurus	2
Características estilísticas	6	Data da fotografia	2
Características iconográficas/ornamentais	6	Descrição de conteúdo	2
Características técnicas	5	Época	2
Data de aquisição	5	Estilo	2
Exposições	5	Fabricante	2
Localização	5	Fotógrafo	2
Temas	5	Histórico	2
Fonte de aquisição	4	Inscrições	2
Tipo	4	Link externo	2
Acervo	3	Localização atual	2
Conjunto com n°	3	Notas sobre o estado de conservação	2
Domínio público	3	Observações	2
Histórico/Observação	3	Título para o público	2

Fonte: Elaborado pela autora

Campos disponibilizados por apenas um museu: Armário/Estante/Mapoteca; Atribuído; Autoria das fotos; catalogador; Código de Identificação do Item; Complemento - Local de produção; Condições de segurança; Dados complementares; Data da compilação da ficha; Data da entrada no acervo; Data da foto; Data do 1º registro; Data do Projeto de Catalogação; Data MAI; Datação; Desdobramento número; Destaque do carrossel da página principal; Destaque no acervo; Direitos; Doador; Duração; Editora; Equipe MAI; Escola/Grupo Cultural; Esfera de proteção legal; Especificação do estado de conservação; Este item aparece na(s) seguinte(s) coleção(s); Estilos/Temas; Etiqueta; Exposição; Fábrica/Oficina; Faz conjunto com; faz conjunto ou par com; Fonte da informação; Fonte revisada; Fontes; Função; Histórico do objeto; Identificação; Itens relacionados; Local da morte do criador; Local de nascimento do criador; Marcas e inscrições; Moldura, base, estojo; Movimento; N° de partes; Nome do Inventário; Notas; Notas sobre aquisição; Número de processo; Número Tainacan; Onomástico; Outras Medidas; Palavras-chave; Partes integrantes; Prateleira/Gaveta; Processo;

Processos curatoriais; Projeto de Catalogação; Projeto; Proprietário; Pessoa física; Proteção legal; Quantas partes; Referência de aquisição; Referências bibliográficas; Referências expográficas; Revisar número Tainacan; Sobre Aleijadinho; Tema; Termos de indexação - revisar e transferir os termos para o Termos de indexação; Tipo de tombamento; Tipologia; Título Alternativo; Título em inglês; Todo ou parte? e Usos.

A repetição de campos além da Normativa Ibram nº 06/2021 como “Marcas/Inscrições”, “Procedência”, “Coleção” e “Dados históricos” em diferentes museus indica que essas instituições reconhecem a importância de disponibilizar essas informações para o público. Foi observado que alguns campos disponibilizados pelos museus Ibram são campos provenientes de modelos de ficha catalográfica conhecidos, os campos “Características estilísticas”; “Características iconográficas/ornamentais”; “Características técnicas” e “Dados históricos” por exemplo, estão presentes no modelo de ficha catalográfica de Cândido, apresentada neste trabalho no capítulo 1.

Na Tabela 9, diferente da anterior, os campos não foram agrupados pelo tipo de informação que representam, foram mantidos como coletados, isso significa que foram encontrados em cinco museus o campo “Localização” e em dois museus foram encontrados o campo “Localização atual”. Unir campos que apresentam termos diferentes porém se referem a mesma informação não faz sentido sem um padrão ou norma para compará-los. Com os campos listados conforme coletados podemos observar a variação de termos que acontece nos campos.

A separação entre “Autor” e “Fábrica” ou “Oficina” é em alguns museus e acervos necessária. O criador, ou idealizador de um objeto nem sempre será aquele que executa a sua confecção, em acervos com mobiliário é comum que um artista desenhe o móvel e uma oficina o confeccione. A ausência de mais campos “Fábrica” ou “Oficina” porém não significa que estas informações sejam ignoradas, elas podem aparecer em campos como “Observações”. Nem sempre é fácil determinar qual fábrica ou oficina produziu um objeto, e em alguns casos também é difícil determinar seu autor, principalmente de mobiliários, acessórios pessoais e outros objetos que podem não ser considerados de valor artístico.

Os campos como "Observações" e "Notas" em alguns casos parecem abrigar informações que poderiam ser inseridas em um campo ou outro, o museu pode escolher menos campos de acordo com as informações que têm, um museu que tem um acervo 500 objetos museológicos porém tem informações sobre a procedência de apenas 5 destes pode escolher ao invés de criar o campo "Procedência" colocar essa informação em "Observações". O problema acontece quando a informação sobre muitos objetos é sim conhecida ou muitas outras informações ficam sem se encaixar em outros campos e acabam todas sendo inseridas em "Observações". É importante lembrar que a documentação museológica não é estática, as informações do objeto podem sofrer alterações ou adições e novos objetos podem passar a integrar o acervo museológico, por isso é importante não excluir a possibilidade de ter novos campos de informação.

O campo "Histórico" tem uma grande variedade de preenchimentos, e alguns destes assim como "Observações" poderiam se encaixar em outros campos. Chamo a atenção para um dos tipos de informação que podem ser encontrados neste campo e também em "Observações", as definições do que é o objeto e de assuntos relacionados ao objeto, exemplo: "Sobre Almeida Magalhães: "Importante família de abastados proprietários rurais, empresários, industriais, banqueiros e influentes políticos, que se estabeleceu, inicialmente, em Minas Gerais." (Museu Regional de São João del-Rei) e "Sobre Estoque: "Espada comprida e reta, pontuda, com lâmina triangular ou quadrangular." (1) Sobre Estoque: "Arma branca de ponta: espada de folha estreita." (2)" (Museu do Diamante.). Este tipo de informação poderia ser modificado e transferido para os campos relacionados à palavras-chave, porém no formato em que se encontram eu não saberia em qual outro campo inseri-las.

Os Museus Ibram não parecem estar em consonância sobre como preencher os mesmos campos de informação. Além da variedade de preenchimentos nos campos "Observação" e "Histórico", no campo "Procedência" alguns museus preenchem com o nome da última pessoa, museu, ou órgão que esteve com o objeto e alguns museus preenchem com o local de origem do objeto. Os campos relacionados às datas e locais também demonstram essa dissonância, alguns museus dividem e alteram os nomes dos campos da Normativa Ibram nº 06/2021, "Local de origem" e "Data de produção", com essas mudanças o preenchimento dos campos também se altera.

Em fichas extensas é necessário que os campos tenham seu nome completo, por exemplo, museus que disponibilizam campos “data” e “local” mesmo que campos como “data de aquisição” ou “localização atual” nunca cheguem a ser disponibilizados, o nome desses campos ainda pode ser considerado ambíguo ou confuso pelo público. Não foram localizadas pesquisas ou trabalhos acerca da opinião do público sobre a disponibilização das informações de objetos museológicos por parte de museus Ibram.

A escolha dos campos de informação que irão compor a ficha catalográfica de um acervo geralmente se apoia em relações de campos utilizados por outros museus e museólogos. Campos como “Título”, “Autor” e “Data de criação” são comumente encontrados na grande maioria das fichas, porém também existem campos que pouco se repetem de um museu para o outro. Essas variações podem ser campos pouco utilizados em museus ou podem ser um campo próprio de um museu.

Aspectos como as características do museu e dos objetos de seu acervo e as necessidades, características e objetivos da instituição vão influenciar diretamente em quais campos vão integrar a ficha, como exemplo é interessante ressaltar algumas características do único museu de arqueologia dentre os museus Ibram. No Museu de Arqueologia/Socioambiental de Itaipu são encontrados campos como “Doador”, “Datação”, “Matéria prima” entre outros que se relacionam com o objeto de estudo da área.

Em um primeiro momento foi levantada a questão da relação entre a tipologia do acervo do museu e os campos disponibilizados, porém a grande maioria dos museus Ibram tem características parecidas. Neste primeiro momento foi utilizado o Guia Brasileiro de Museus para definir a tipologia dos acervos dos museus Ibram, foi observado que existe uma predominância de acervos com a tipologia “História” e que muitos acervos são classificados com mais de uma tipologia. Analisando os campos de informação encontrados em cada museu a tipologia do acervo não impacta diretamente na informação apresentada. Um exemplo é o Museu Casa de Alcântara que disponibiliza os campos “Usos” e “Função”, a existência destes campos poderia ter relação com a tipologia do acervo do museu como descrita no

Guia Brasileiro de Museus, “Histórico”, porém nenhum outro museu que também tenha essa mesma tipologia em seu acervo disponibiliza os mesmos campos.

Além da escolha dos campos existe também a escolha do nome dos campos. Existem algumas razões para que um museu escolha o nome de um campo ao invés do outro, uma delas é tornar ao público a informação mais atrativa ou facilitar o seu entendimento, pode ser também uma adequação às características do museu. Foram observados campos que são nomeados com termos diferentes porém remetem ao mesmo tipo de informação, os campos “Termos de indexação”; “Palavras-chave” e “Temas” são um exemplo. Neste caso os três campos podem ser alterados e normalizados em apenas um por todos os museus.

É complicado se falar em normalização de todos os campos em museus tão diferentes quando essa normalização pode de alguma maneira ser prejudicial à singularidade do museu. Por outro lado, como já mencionado neste trabalho a normalização permitiria, ou facilitaria, a troca de informações entre museus, diminuiria erros, auxiliaria na busca da informação e na construção de uma base de dados com todos os museus Ibram.

Os campos menos disponibilizados, ou não disponibilizados, como já colocado anteriormente neste trabalho, podem significar que o museu considera aquela informação como sensível, e não deve ser aberta ao público, ou simplesmente o museu não tenha ainda informações suficientes para preencher este campo. Um dos campos menos disponibilizados é o campo “situação”, ressalto casos especiais como os Museus Ibram Goiás que não apenas disponibilizaram este campo (e com preenchimentos) como discorrem também sobre a situação de alguns de seus objetos em seu plano museológico.

3.3 Planos museológicos e documentação do museu

Inicialmente recorri às pesquisas nos planos museológicos pois a informação nos sites institucionais de alguns museus parecia insuficiente, porém outras informações encontradas nestes planos se mostram também interessantes. É importante lembrar que em alguns casos o plano museológico mais recente

encontrado foi concluído a mais de quatro anos atrás, o plano museológico do Museu da República por exemplo é do ano de 2010.

Em 1983 aconteceram as atividades do programa de revitalização de unidades museológicas do Programa Nacional de Museus, os museus do Ibram Goiás foram escolhidos para realizar atividades o que resultaram no desenvolvimento do inventário e das fichas de identificação do objeto, incluindo a atribuição de número para todos objetos e a sua marcação. As informações dessas fichas chegaram a ser transferidas para o meio digital mas estes produtos se perderam, hoje as fichas originais ainda estão no museu. O Museu cita o modelo de ficha do Inventário de Bens Móveis e Integrados do IPHAN (INBMI)

Posteriormente foi utilizado o modelo de ficha do Inventário de Bens Móveis e Integrados do IPHAN (INBMI), mas a ação não se concluiu. A ficha do INBMI não é totalmente adequada para o acervo museológico do Muban, pois o ideal é que, além da documentação, a ficha apresente elementos para a gestão e o acompanhamento do objeto.

Segundo Ribeiro e Silva (2010) o Inventário de Bens Móveis e Integrados do IPHAN (INBMI) é um projeto de inventário e documentação de bens em todo o país que começou a ser realizado na década de 1970 devido, em um primeiro momento a uma demanda de acautelamento de monumentos religiosos. Os campos da ficha INBMI são:

Localização (UF/Município, Cidade/Localidade, Endereço, Acervo, Local no prédio, Proprietário, Responsável imediato/endereço); Documentação fotográfica/localização (Fotos, Contato, Negativo, Operador, Data); Proteção (Proteção legal, Condições de segurança, Estado de conservação); Identificação (Objeto, Título, Subclasse, Classe, Época, Autoria, Material/Técnica, Número, Número anterior, Origem, Procedência, Modo de aquisição, Data de aquisição, Marcas/Inscrições/Legendas, Dimensões, Descrição); Análise Histórico-Artística (Especificação do estado de conservação, Restaurações, Restauradores, Data, Características técnicas, Observações); Preenchimento técnico, Revisão técnica, Execução do Inventário.

Muitos dos campos presentes na ficha do Inventário de Bens Móveis e Integrados do IPHAN também foram identificados entre os campos disponibilizados pelos museus Ibram. Os planos museológicos dos museus informam ainda sobre outros aspectos interessantes que podem ajudar a compreender a documentação dessas instituições.

Segundo o Plano Museológico do Museu Casa da Princesa (2020-2024), a documentação do acervo teve início em 2019 e até dezembro deste mesmo ano já tinham sido preenchidas 26,50% das fichas e 226 moedas já estavam disponíveis no Tainacan do Museu. O museu pretende no período de vigência do plano atualizar completamente a documentação, prosseguir com pesquisa histórica sobre o acervo e disponibilizá-lo completo no seu Tainacan.

No Museu das Bandeiras, segundo o Plano museológico da instituição (2020-2024), em 2019 foram disponibilizados por meio do Tainacan 361 objetos do acervo. O museu lista um objeto furtado e 28 objetos que estão desaparecidos e explica que

Segundo o Plano Museológico (2006, p. 5), acervo foi totalmente fotografado, por iniciativa da 14ª Superintendência Regional em janeiro de 2007 e na conferência geral constatou-se algumas faltas de objetos. Como inventários não foram realizados sistematicamente não podemos dizer o que aconteceu, nem quando com os objetos faltantes.

Segundo o plano museológico do Museu de Arte Sacra da Boa Morte (2020-2024), em 2019 o Museu iniciou a atualização da documentação do acervo já que a documentação que estava disponível, produzida entre as décadas de 1960 e 1970 se mostraram insuficientes pois não era possível definir com precisão a procedência de cada objeto. Durante a atualização da documentação foi constatado o desaparecimento de alguns objetos e explica “As peças desaparecidas, provavelmente, foram retiradas pelos representantes da Diocese de Goiás para participar das procissões e manifestações religiosas e nunca retornaram.” A atualização de toda documentação do acervo, a pesquisa histórica deste acervo e a disponibilização das informações dos objetos no tainacan constam como etapas da meta relacionada à documentação dos acervos no Plano Museológico da instituição.

Segundo o plano museológico do Museu Victor Meirelles (2019-2024), a instituição tem o documento de aquisição de cada objeto, o museu conta que como a maior parte desses objetos foi doada, o documento de aquisição que o acompanha é um termo de doação. O controle da localização, da documentação de ações de conservação e restauração são feitos também pelo Tainacan e também duplicado em fichas de conservação/restauração que vão para o arquivo digital do museu. Segundo o site do museu as informações relacionadas aos bens culturais do museu são gerenciados pelo programa Acervo do Ibram, à essa gerência cabe as ações de

organização da documentação. O plano museológico revela ainda que o Museu não possui livro de tombo (livro de registro). Os objetos do museu são registrados no inventário geral do museu, um arquivo em formato .doc com campos básicos que são atualizados e enviados ao Ibram anualmente, as fichas de catalogação dos objetos, que também estão em .doc, e no repositório Tainacan que foi lançado pelo museu em 2019.

No Museu Casa da Hera, segundo o plano museológico (2019-2022), o inventário do acervo foi concluído em 2011, entre 2013 e 2014 foi realizada uma nova catalogação e entre 2017 e 2018 foi realizada uma atualização das fichas que contava com fotos e o registro de danos. O plano museológico lançado em 2019 já previa a implantação da ferramenta Tainacan. O plano aponta que foram observados números duplicados, objetos sem número e conjuntos onde todas peças têm o mesmo número, informa ainda que o museu não possui ficha de diagnóstico do estado de conservação. O plano museológico lançado em 2019 já previa a implantação da ferramenta Tainacan até 2022.

O Museu definiu como estratégia a atualização das listagens de inventário de acordo com o que prevê a Resolução Normativa nº 02 que normatiza o Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados, para isso seria necessário o levantamento dos registros de todos objetos, revisar as coleções e do diagnóstico quanto à propriedade, origem dos objetos, histórico das aquisições, definição conceitual das coleções, classificação, etc. Outra estratégia é a adequação da catalogação e gestão do acervo ao "software adotado pela CGSM –IBRAM". Para isso a base de dados catalográficos do museu deveria ser migrada, a meta era migrar 3000 fichas até 2021. O Museu citou que o inventário é realizado anualmente e que todos objetos do acervo museológico têm ficha de catalogação atualizada com foto.

Segundo o plano museológico do Museu Casa de Benjamin Constant (2020-2023) o acervo está inventariado e é revisado periodicamente. O plano lançado em 2020 já previa o banco de dados on-line pela ferramenta Tainacan. O Museu da Abolição no seu Plano Museológico mais recente (2018-2021) avisa que existem objetos que foram doados ou transferidos entre 2010 e 2015 que ainda não foram catalogados e registrados.

No Museu da Inconfidência, segundo o plano museológico da instituição (2019-2022), o controle dos objetos na reserva era feito pelo Sistema de Catalogação de Acervo Museológico (SCAM). Segundo a página na internet do Museu, antes de adotar o Tainacan o Museu começou a utilizar em 1996 em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto, para gerenciamento do acervo, o Sistema de Controle do Acervo Museológico do Museu da Inconfidência – SCAM para Windows. O SCAM foi desenvolvido para o gerenciamento do acervo museológico da instituição na década de 1990.

O SCAM armazena e fornece informações e imagens sobre o acervo que se encontra na exposição de longa duração, na reserva técnica ou em outras localizações. O acesso ao sistema, que conta com mais de quatro mil objetos em seu banco de dados, está disponível em rede interna a toda a equipe do MDINC e a pesquisadores em geral. (p. 15)

Seu plano museológico já previa a implantação do Tainacan, migrando as informações do SCAM a fim de difundir seu acervo online.

No segundo semestre de 2018, foi feito um primeiro contato, com repasse de dados via entrevista com o Setor de Documentação Museológica. O próximo passo deverá envolver os estudos de migração de dados, segundo os trâmites estabelecidos pela Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal (CGSIM)/Ibram, responsável pela coordenação do projeto em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG). Acredita-se que, em 2019, será devidamente viabilizada a instalação e o uso da ferramenta de padronização da catalogação dos acervos museológicos e sua integração com os demais museus do Ibram com o objetivo de atender à demanda institucional, pesquisadores e público em geral. (p. 16)

Em 2019 o Museu migrou do SCAM para o Tainacan. Ainda segundo a página do Museu, o setor de documentação museológica no Museu realiza a guarda de documentos de aquisição e movimentação dos objetos, inventários, fichas de catalogação etc. que foram gerados a partir de 1940, e esses documentos são fonte para produção de novos outros documentos. À época da confecção do seu Plano, o acervo museológico já estava inventariado e pretendia atualizar toda a documentação do acervo museológico, incluindo fichas de catalogação, guias de movimentação etc. O museu enxergou como fraqueza a ausência de um projeto de digitalização do acervo, e se propôs a disponibilizar até 2022 o seu acervo online, para isso seria necessário o processamento técnico do acervo. O Museu optou também por revisar, atualizar e imprimir 5 mil fichas de catalogação de bens do acervo museológico do SCAM e atualizar dados do acervo museológico no sistema

quanto à emissão das guias de movimentação do acervo dos anos de 2017/2018. A digitalização das fichas catalográficas antigas também era uma ação considerada pelo Museu, a meta proposta foi de 2 mil fichas.

No Museu de Arqueologia/Socioambiental de Itaipu, segundo o plano museológico da instituição (2011-2014), o acervo museológico da instituição é pouco procurado para consulta, provavelmente por causa da falta de divulgação e também da falta de adequação de disposição na reserva técnica. Para o acervo museológico a prioridade era, segundo o Museu, é a revisão da catalogação e a adoção e implementação de um modelo mais detalhado de ficha catalográfica, além da informatização dos dados do acervo através do Donato, que seria disponibilizado pelo Museu Nacional de Belas Artes.

Segundo o Plano Museológico do Museu de Arte Religiosa e Tradicional (2020-2023) nos seus primeiros 30 anos de existência, o museu não documentou devidamente os objetos que eram adquiridos, quase nenhum destes objetos tem dados sobre o modo e data de aquisição, origem e procedência. Quando o Ibram assumiu a gestão do Museu o inventário não tinha nem a localização de peças que não estavam em exposição, havia duplicidade de bens inseridos e objetos do acervo patrimonial declarados como acervo museológico. Quanto à quantidade de objetos haviam quatro dados diferentes e nenhum deles correspondia à situação real de objetos museológicos que foram encontrados depois nas dependências do Museu. Nestes inventários antigos não haviam muitas informações e/ou fotografias, o que torna inviável utilizar esse documento como referência.

Portanto, o histórico documental do acervo museológico do Mart sempre foi bastante deficiente e quaisquer informações relativas à documentação de peças foram de difícil recuperação. A documentação gerada pelo Museu só pode ser recuperada recentemente, a partir da reorganização do Arquivo do Mart e, a partir desta ação, pôde-se confirmar que a maioria das peças foram adquiridas sem qualquer documento formal. Para algumas poucas há apenas relatos de doação ou coleta. (p. 13)

Então em 2013 se verificou a necessidade de realizar um pré inventário para levantar todos os bens de todos os cômodos do convento e posteriormente uma triagem para definir os bens de caráter museológico. Esta atividade levou anos mas forneceu as informações e fotos para constituir o inventário definitivo da instituição, hoje o acervo está todo inventariado, fotografado e numerado, e todo ano todos

objetos são conferidos. Os objetos foram até conferidos como acervo museológico de acordo com a Resolução Normativa nº 02. Como não havia um sistema informatizado o Museu optou por confeccionar as fichas no Microsoft word, essas fichas ainda carecem de informações, o que é necessário para migrar a base para um sistema informatizado

O Ibram inicialmente desenvolveria um sistema próprio baseado no software Donato, mas o projeto não foi finalizado. Mais recentemente, através de parceria, o Ibram adotou o sistema Tainacan, que começou a ser disponibilizado para os seus Museus a partir de 2019, e há a previsão de implantação no Mart a partir de março de 2020. A inserção do acervo nessa base de dados, além de facilitar a gestão das coleções, garante o acesso público a esses bens. (p. 14)

O Museu informa ainda que seis objetos não puderam passar pelo diagnóstico de estado de conservação pois estão desaparecidos, e não foram baixados do inventário. O Museu informa também que existem muitos outros objetos em suas dependências que não foram ainda incorporados ao acervo, recentemente foi realizado um levantamento dos objetos do museu e uma Comissão de Aquisição e Descarte vai avaliar a permanência ou a não permanência desses objetos.

Segundo o plano museológico do Museu do Ouro (2017-2021, revisado em 2019) em 1975 já existiam fichas cadastrais sobre o acervo museológico, nessas fichas era possível encontrar informações sobre os objetos e fichas sobre a conservação e restauração desses objetos.

Em 2007 foi realizado pela Superintendência do IPHAN em Minas Gerais um levantamento de informações e criado um novo modelo de fichas museológicas.

Com relação ao sistema de documentação museológica, além do inventário, o MDO conta com fichas de identificação e movimentação do acervo, assim como demais instrumentos para gestão da coleção. Todo o material está disponibilizado em meio físico e em formato digital. (2022)

Segundo o Plano Museológico do Museu Histórico Nacional (2020-2023), quanto à documentação do acervo, é preciso melhorar o sistema de controle das coleções, especificamente a informatização de dados para assim melhorar a recuperação da informação e também a divulgação do acervo através da internet. Uma das ações que o museu realizaria e impactaria diretamente na documentação de seu acervo, não só museológico, é a criação de um manual de documentação, o Museu destinaria ainda esforços para digitalização de documentos, para a

elaboração da descrição, verificação de dimensões e fotografia de peças do acervo numismático.

No que tange à documentação do acervo, percebe-se que a falta de pesquisa para complementação da catalogação do acervo é um problema crítico do setor. O MHN carece de informações básicas e de fotografias das peças de vários de seus objetos, especialmente no que diz respeito às coleções de numismática e filatelia. (2022)

Segundo o site do Museu Lasar Segall, durante muitos anos foram usadas diferentes ferramentas para documentar e disponibilizar esse acervo ao público, o que resultou na construção de bancos de dados. O relacionamento entre esses bancos de dados é conhecida como banco de dados relacional

Para que os acervos tenham este relacionamento desenvolvemos um sistema colaborativo, construído a partir de conhecimentos – padrões e formatos – consolidados nas áreas da museologia, arquivologia e biblioteconomia. Com esse sistema ao qual poderemos incorporar as customizações elaboradas por outras instituições e disponibilizar à essas o trabalho realizado pelo museu, para outras, formando uma rede de novas experiências e dinamização das informações. (2022)

Segundo o Plano Museológico da instituição (2017 p.10)

As bases de dados dos acervos, encontram-se em suportes diversificados e não relacionais, causando dificuldades no trabalho de recuperação dos dados por parte dos técnicos e pesquisadores. Para solucionar este problema, a unificação dos sistemas em um único banco de dados foi iniciado em 2010, com a reestruturação do Sistema de Informações Museológicas – SIMSegall. Em 2011 foi realizado o modelo de dados da base Arquivo Lasar Segall que está em fase de programação. Em 2013 está previsto a continuidade da reestruturação dos demais bancos de dados, tornando o processo de pesquisa único e integrado. O novo banco de dados unificado rodará na plataforma ORACLE, de natureza altamente relacional. Este projeto será desenvolvido de forma integrada entre as áreas da Museologia, Setor de Pesquisa em História da Arte, Biblioteca Jenny Klabin Segall e Núcleo de Informática.(2022)

O Museu Nacional de Belas Artes, em seu Plano Museológico (2016-2020) coloca como algumas de suas metas a revisão das fichas catalográficas inseridas no sistema informatizado, fotografar os bens e inserir essas fotos no sistema, identificar, catalogar e inserir os dados de obras adquiridas mas não processadas no sistema, tentar reverter o déficit documental, mensurar quanto do acervo não está documentado, entre outras ações. O Museu considera o Simba e o programa Donato como pontos positivos. O Museu vê como fraqueza a falta de uma política de gestão de acervos não constituída formalmente, a insuficiência de acessibilidade informacional e o núcleo de pesquisa não formalmente constituído.

Segundo o plano museológico do Museu Regional de São João del-Rei (2019-2024), faltam informações vitais sobre as obras, comprometendo o entendimento do contexto do objeto. Um dos problemas indicados pelo museu é a dissociação entre informações e objetos e a falta de equipe para as atividades de pesquisa e documentação. O museu enxerga a necessidade de automatização do gerenciamento da documentação museológica que hoje está em arquivos word e excel. A migração para o Tainacan já estava em andamento durante a confecção do Plano, “O processo de migração dos documentos para a plataforma TAINACAN já está em andamento, mas uma cópia do programa DONATO, do MNBA/Ibram, também se mostra uma alternativa para o gerenciamento automatizado do acervo.”

Com o contexto apresentado em seus planos museológicos é possível observar que alguns museus Ibram passaram por situações semelhantes quanto ao tratamento dispensado às atividades relacionadas à documentação no passado. E no momento de publicação desses planos também é possível observar que a maioria dos museus buscava e se preocupava em expandir a comunicação museológica utilizando a internet. Alguns já tinham conhecimento do desenvolvimento do Tainacan e já previam o seu uso.

Do início dos anos 2000 até meados da década de 2020 a área de museus no país conseguiu diversos avanços, a criação do Ibram, estatuto de museus e o avanço de cursos relacionados são prova disso. Mesmo com tantos avanços ainda existe um longo caminho a ser trilhado, todos os anos que os museus no nosso país passaram sem políticas públicas efetivas voltadas para a área causaram danos que irão requerer muito esforço e trabalho para serem revertidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação museológica é muito importante dentro de um museu, sendo necessária para realização de diversas atividades que ali acontecem. Infelizmente nem sempre a documentação museológica tem o seu valor reconhecido e por diversos fatores acaba acontecendo de formas ineficientes e improvisadas que podem resultar em perdas da informação no futuro.

Estar atento aos processos de documentação de um museu pode ajudar a corrigi-los e melhorá-los, mas também pode ajudar na expansão e desenvolvimento de estudos sobre a documentação museológica. A área de estudos e práticas em documentação museológica não é perfeita ou estática, os agentes que atuam sobre ela, sejam profissionais em museus ou pesquisadores na academia, devem questionar se e como as normas e padrões atendem às necessidades do museu.

Este trabalho foi impulsionado pelo fato de existirem poucas pesquisas sobre a documentação dos 27 museus Ibram como recorte. Os 27 museus são um recorte amplo de museus de quatro regiões do país, com trajetórias diferentes e características próprias mas que estão todos ligados por estarem sob a guarda do Ibram. Este trabalho buscou explorar a documentação destes museus pela análise das informações disponibilizadas por eles acessíveis via internet, através, ou com o auxílio de ferramentas.

Para este trabalho foi necessário realizar uma revisão bibliográfica a fim de resgatar conceitos importantes para compreender melhor a documentação museológica, conceitos sobre sua história, sobre as suas práticas, padrões e normas e características da documentação museológica no Brasil. Em um segundo momento foi realizado o levantamento de informações básicas acerca dos 27 museus e a coleta dos dados destes museus.

Os dados coletados são referentes às informações, ou campos de informação, que os museus disponibilizaram e ferramentas utilizadas para esta disponibilização, os dados foram inseridos em tabelas. Como instrumento para comparação foi utilizada a Normativa número 6/2021.

A análise dos dados indicou quais ferramentas são utilizadas, quais informações os museus Ibram disponibilizam, sendo estas informações aquelas provenientes da Normativa ou não, foram indicados os campos que mais e menos se repetem. Foram feitas análises sobre o tipo de informação disponibilizada pelos museus, sobre as ferramentas e na medida do possível sobre a documentação dos objetos do acervo museológico nestes museus.

O que presenciamos hoje é o reconhecimento dos benefícios da utilização de ferramentas informatizadas nos processos que ocorrem dentro de um museu. Os próximos passos, para museus e museólogos, devem estar relacionados a como utilizar da melhor forma estas ferramentas. A relação do público com as informações que os museus apresentam deve ser observada, assim como outros aspectos que se modifiquem entre o meio físico e o digital.

Mesmo com diversos obstáculos, a grande maioria dos museus Ibram têm informações sobre seus objetos do acervo museológico disponíveis via internet. A disseminação da informação museológica é dever do museu e assim se torna uma preocupação para o Ibram. Os museus Ibram realizaram um bom trabalho e alcançaram diversos objetivos e metas propostas pelo Instituto e pelos próprios museus. Provavelmente em algum momento do futuro todos os museus sob a guarda do Ibram terão informações de todos seus objetos museológicos disponíveis na internet. O que anteciparia e facilitaria esse processo seria a contratação de novos profissionais de museu, compra de equipamentos, instalação e manutenção de ferramentas de gerenciamento de acervo e de divulgação de informações.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Museologia: correntes teóricas e consolidação científica. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-54, 2012.
- ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. A preservação digital da documentação museológica. **Seminário Serviços de Informação em Museus**, p. 149-157, 2018.
- BOTTALLO, M. Diretrizes em documentação museológica. In: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI. **Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes**. Brodowski: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. 2010. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao_Conservacao_Acervos_Museologicos.pdf. Acesso em: 08 de abr. de 2022.
- BRASIL. Estatuto de Museus. Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 08 de abr. de 2022.
- BRASIL. Política Nacional de Museus. Relatório de Gestão 2003/2010. Ministério da Cultura - MinC, Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, Brasília-DF, 2010d.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Resolução Normativa nº 2, de 29 de agosto de 2014. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 set. 2014. Seção 1, p.14
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Resolução Normativa nº 6, de 31 de agosto de 2021. Normatiza o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2 set. 2021. Seção 1, p. 156.
- BUCKLAND, M.K. Information as thing. Tradução de Luciane Artêncio. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3074986&forceview=1>. Acesso em: 10 de abr. de 2022.
- CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 2006, p. 33-92.
- CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 241-253. 2000.

Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268352473.pdf>. Acesso em: 10 de abr. de 2022.

CIDOC ICOM. **Declaração de princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos de museus: categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC ICOM)**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo., Associação de Amigos do Museu do Café., Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014. Disponível em: <http://cidoc.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/6/2020/03/CIDOCDeclaracao-de-principios.pdf>. Acesso em: 22 de abr. de 2022.

CURY, Marília Xavier. Museologia-marcos referenciais. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 18, n. 21, p. 45-74, 2005. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2271>. Acesso em: 29 de abr. de 2022.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Diagnóstico museológico: estudos para uma metodologia. **Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, v. 3, p. 124-132, 2010. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8629.pdf>. Acesso em: 19 de abr. de 2022.

FABBRI, Angélica; MACHADO, Cecília. Informatização dos acervos dos museus como ferramenta de acesso. **Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: Diretrizes**, p. 26-29, 2010.

FERREIRA, Nathália. **Indumentária e documentação: um estudo sobre documentação museológica de acervos de indumentária em museus brasileiros**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2021.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Cadernos de ensaios - Estudos de Museologia**, n. 2, Rio de Janeiro, Minc/Iphan, p. 64-73, 1994.

FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro de objetos do patrimônio cultural nos museus brasileiros**. Rio de Janeiro: Fazer Arte. Gerência de Museus da Secretaria Municipal de Cultura, 2016. Disponível em: <http://www.tesauromuseus.com.br/>. Acesso em: 20 de abr. de 2022.

FERREZ, Helena Dodd & BIANCHINI, Maria Helena. S. **Thesaurus para acervos musicológicos**. 2v., Rio de Janeiro: Minc/SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória/MHN. Coordenadoria geral de Acervos Museológicos, 1987.

GEMENTE, Gilson. Vinte anos de Donato: um breve histórico do Banco de Dados do Museu Nacional de Belas Artes. **Seminário Serviços de Informação em Museus**, p. 127-132, 2015.

JULIÃO, Letícia. Pesquisa Histórica no Museu. **Caderno de Diretrizes Museológicas 1**. Belo Horizonte, p. 94-105, 2002.

LARA FILHO, Durval. Museu, objeto e informação. **Transinformação**, Campinas, n. 21, v. 2, p. 163-169, maio/ago., 2009.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. A documentação suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica. **Documentação em Museus - MAST Colloquia**. Rio de Janeiro, v. 10, p.24-30, 2008.

MARCONDES, Carlos Henrique. Proposta de uma classificação geral de objetos museológicos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, p. 103-123, 2019.

MEDEIROS, Maria Ricken de. **Políticas de documentação em museus: intenções e práticas da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), Portugal, e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Brasil**. 2015. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/135525>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

MARTINS, Dalton Lopes; SILVA, Marcel Ferrante; DO CARMO, Danielle. Acervos em rede: perspectivas para as instituições culturais em tempos de cultura digital. **Em Questão**, v. 24, n. 1, p. 194-216, 2018.

MONTEIRO, Juliana. **Documentação em museus e objeto-documento: sobre noções e práticas**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MUSSOLINE, Pedro Guilherme Leal Ferreira da Silva. **Documentação museológica: reflexão sócio museológica a partir da Associação Arte Regional de Capoeira do Distrito Federal**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília, Brasília.

PADILHA, Renata Cardozo. Documentação Museológica e Gestão de Acervo. **Coleção Estudos Museológicos**. v. 2, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/downloads/patrimonio-cultural/sistema-estadual-de-museus-sem-sc/2352-col-estudos-mus-v2-documentacao-museologica-e-gestao-de-acervos>. Acesso em: 19 de maio de 2022.

MARTINS, Dalton Lopes et al. Repositório digital com o software livre Tainacan: revisão da ferramenta e exemplo de implantação na área cultural com a Revista Filme Cultura. **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO-ENANCIB**, v. 18, 2017.

RIBEIRO, Emanuela Sousa; FIGUEIRÔA SILVA, Aline de. Inventários de bens móveis e integrados como instrumento de preservação do patrimônio cultural: a experiência do INBMI/Iphan em Pernambuco. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 40, 2010.

SEGUNDO, Jose Eduardo Santarem; SILVA, Marcel Ferrante; MARTINS, Dalton Lopes. Revisitando a interoperabilidade no contexto dos acervos digitais. **Informação & Sociedade**, v. 29, n. 2, 2019.

SOARES, Ednaldo. Documentação e informação no contexto museológico. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 6, n. 11, p. 220-240, 2017. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/17701>. Acesso em: 20 de abr. de 2022.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. 2009. Disponível em Acesso em: 15 de abr. de 2022.

Sites e ferramentas dos Museus

MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA. **Museu Casa Histórica de Alcântara**. Disponível em: <https://museucasahistoricadealcantara.museus.gov.br/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA. **Acervo do Museu Casa Histórica de Alcântara**. Disponível em: <https://museucasahistoricadealcantara.acervos.museus.gov.br/acervo/>. Acesso em: 5 18 jun. 2022.

MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA. **Acervo Museológico**. Disponível em: <http://museucasahistoricadealcantara.acervos.museus.gov.br/objetos/>. Acesso em: 5 18 jun. 2022.

MUSEU DA ABOLIÇÃO. **Museu da Abolição**. Disponível em: <http://museudaabolicao.museus.gov.br/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

MUSEU DA ABOLIÇÃO. **Acervo museológico**. Disponível em: <https://museudaabolicao.acervos.museus.gov.br/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

MUSEU CASA DA PRINCESA (CASA SETECENTISTA). **Museu Casa da Princesa**. Disponível em: <https://museusibramgoias.museus.gov.br/museus-ibram-em-goias/mcp/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MUSEU CASA DA PRINCESA (CASA SETECENTISTA). **Museu Casa da Princesa**. Disponível em: <https://museusibramgoias.acervos.museus.gov.br/>. Acesso em: 18 20 jun. 2022.

MUSEU DAS BANDEIRAS. **Museu das Bandeiras**. Disponível em: <https://museusibramgoias.museus.gov.br/museus-ibram-em-goias/museu-das-bandeiras/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MUSEU DAS BANDEIRAS. **Museu das Bandeiras**. Disponível em: <https://museusibramgoias.acervos.museus.gov.br/museu-das-bandeiras/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE. **Museu de Arte Sacra da Boa Morte**. Disponível em:

<https://museusibramgoias.museus.gov.br/museus-ibram-em-goias/museu-de-arte-sa-cra-da-boa-morte/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE. **Museu de Arte Sacra da Boa Morte**. Disponível em:

<https://museusibramgoias.acervos.museus.gov.br/museu-casa-da-boa-morte/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MUSEU DAS MISSÕES. **Museu das Missões**. Disponível em:

<https://museudasmissoes.museus.gov.br/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MUSEU DAS MISSÕES. **O acervo museológico**. Disponível em:

<https://museudasmissoes.acervos.museus.gov.br/acervo/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MUSEU DAS MISSÕES. **O acervo museológico**. Disponível em:

<https://museudasmissoes.acervos.museus.gov.br/acervo-museologico/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MUSEU VICTOR MEIRELLES. **Museu Victor Meirelles**. Disponível em:

<https://museudasmissoes.acervos.museus.gov.br/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MUSEU VICTOR MEIRELLES. **Acervos**. Disponível em:

<https://museudasmissoes.acervos.museus.gov.br/acervo/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MUSEU VICTOR MEIRELLES. **Acervo do Museu Victor Meirelles**. Disponível em:

<https://museuvictormeirelles.acervos.museus.gov.br/mvm-acervo/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MUSEU CASA DA HERA. **Museu Casa da Hera**. Disponível em:

<https://museudasmissoes.acervos.museus.gov.br/acervo/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MUSEU CASA DA HERA. **Coleção Museu Casa da Hera**. Disponível em:

<https://museudasmissoes.acervos.museus.gov.br/acervo/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MUSEU CASA DA HERA. **Acervo Museológico**. Disponível em:

<https://museucasadahera.acervos.museus.gov.br/acervo-museologico/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MUSEU CASA DE BENJAMIN CONSTANT. **O Museu**. Disponível em:

<https://museucasabenjaminconstant.museus.gov.br/museu/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MUSEU CASA DE BENJAMIN CONSTANT. **Acervo**. Disponível em:

<https://museucasabenjaminconstant.museus.gov.br/pagina-exemplo/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MUSEU CASA DE BENJAMIN CONSTANT. **Acervo Museológico**. Disponível em:

<https://museucasabenjaminconstant.acervos.museus.gov.br/acervo-museologico/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MUSEUS CASTRO MAYA. **castro maya, o patrono**. Disponível em:

<http://museuscastromaya.com.br/castro-maya/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MUSEUS CASTRO MAYA. **Museus Castro Maya**. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/partner/museu-castro-maya>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. **Sobre o museu**. Disponível em: <https://museudainconfidencia.museus.gov.br/sobre-o-museu/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. **Acervo on line**. Disponível em: <https://museudainconfidencia.museus.gov.br/sobre-o-museu/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. **Acervo Museológico**. Disponível em: <https://museudainconfidencia.acervos.museus.gov.br/acervo-museologico/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MUSEU DA REPÚBLICA. **O museu**. Disponível em: <https://museudarepublica.museus.gov.br/o-museu/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

MUSEU DA REPÚBLICA. **Acervo e Pesquisa**. Disponível em: <https://museudarepublica.museus.gov.br/acervo-e-pesquisa/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA / SOCIOAMBIENTAL DE ITAIPU. **Histórico do Museu**. Disponível em: <https://museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br/pagina-principal/historico-do-museu/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA / SOCIOAMBIENTAL DE ITAIPU. **Histórico do Acervo**. Disponível em: <https://museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br/historico-do-acervo/>. 05 jul. 2022.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA / SOCIOAMBIENTAL DE ITAIPU. **Acervo MAI**. Disponível em: <https://museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br/museu-itaipu/>. Acesso em: 05 jul. 2022.

MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL. **O Mart**. Disponível em: <https://museudeartereligiosaetradicional.museus.gov.br/o-museu/>. Acesso em: 07 jul. 2022.

MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL. Acervo. **Museológico**. Disponível em: <https://museudeartereligiosaetradicional.museus.gov.br/museologico/>. Acesso em: 07 jul. 2022.

MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL. **Acervo museológico**. Disponível em: <https://museudeartereligiosaetradicional.acervos.museus.gov.br/acervo-museologico/>. Acesso em: 07 jul. 2022.

MUSEU DE ARTE SACRA DE PARATY. **Museu de Arte Sacra de Paraty**. Disponível em: <https://museusdeparaty.wordpress.com/museu-de-arte-sacra/>. Acesso em: 11 jul. 2022.

MUSEU DO DIAMANTE. **Museu do Diamante**. Disponível em: <https://museudodiamante.museus.gov.br/museu-do-diamante-2/>. Acesso em: 11 jul. 2022.

MUSEU DO DIAMANTE. **Acervo digital**. Disponível em: <https://museudodiamante.acervos.museus.gov.br/acervo/>. Acesso em: 11 jul. 2022.

MUSEU DO DIAMANTE. **Acervo Museológico**. Disponível em: <https://museudodiamante.acervos.museus.gov.br/acervo-museologico/>. Acesso em: 11 jul. 2022.

MUSEU DO OURO – CASA BORBA GATO. **Histórico**. Disponível em: <https://museudoouro.museus.gov.br/historico/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MUSEU DO OURO – CASA BORBA GATO. **Acervo Museológico**. Disponível em: <https://museudoouro.museus.gov.br/acervo/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MUSEU DO OURO – CASA BORBA GATO. **Acervo Museológico**. Disponível em: <https://museudoouro.acervos.museus.gov.br/acervo/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MUSEU FORTE DEFENSOR PERPÉTUO. **Forte Defensor Perpétuo**. Disponível em: <https://museusdeparaty.wordpress.com/forte-defensor-perpetuo/>. Acesso em: 5 ago. 2021.

MUSEU FORTE DEFENSOR PERPÉTUO. **Acervo museológico**. Disponível em: <https://museufortedefensorperpetuo.acervos.museus.gov.br/acervo-museologico/>. Acesso em: 5 ago. 2021.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **A História**. Disponível em: <http://mhn.museus.gov.br/index.php/o-museu/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Acervo**. Disponível em: <http://mhn.museus.gov.br/index.php/acervo/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Acervo Museológico**. Disponível em: <https://mhn.acervos.museus.gov.br/reserva-tecnica/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Museu Histórico Nacional**. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/partner/museu-historico-nacional>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MUSEU IMPERIAL. **Histórico e Personagens**. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/historico-e-personagens/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MUSEU IMPERIAL. **Dami – Acervo Digital**. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/dami-2/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MUSEU IMPERIAL. **Museologia**. Disponível em: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/browse?type=ownership&value=Museologia>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MUSEU LASAR SEGALL. **O Museu**. Disponível em:
<https://www.gov.br/museus/pt-br/museus-ibram/museu-lasar-segall/acesso-a-informacao/institucional/o-museu>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MUSEU LASAR SEGALL. **Acervos**. Disponível em:
<https://www.gov.br/museus/pt-br/museus-ibram/museu-lasar-segall/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/acervo>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MUSEU LASAR SEGALL. **Museu Lasar Segall**. Disponível em:
<https://artsandculture.google.com/partner/museusegall>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. **Museu Nacional de Belas Artes**. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/museus-ibram/mnba>. Acesso em: 28 jul. 2022.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. **Museu Nacional de Belas Artes**. Disponível em:
<https://artsandculture.google.com/partner/museu-nacional-de-belas-artes>. Acesso em: 28 jul. 2022.

MUSEU REGIONAL CASA DOS OTTONI. **O Museu**. Disponível em:
<https://museuregionalcasadosottoni.museus.gov.br/o-museu-2/>. Acesso em: 02 ago. 2022.

MUSEU REGIONAL CASA DOS OTTONI. **Acervo**. Disponível em:
<https://museuregionalcasadosottoni.museus.gov.br/acervo/>. Acesso em: 02 ago. 2022.

MUSEU REGIONAL CASA DOS OTTONI. **Acervo Museológico**. Disponível em:
<https://museuregionalcasadosottoni.acervos.museus.gov.br/acervo-museologico/>. Acesso em: 02 ago. 2022.

MUSEU REGIONAL DE CAETÉ. **Acervo Museológico**. Disponível em:
<https://museuregionaldecaete.acervos.museus.gov.br/>. Acesso em: 03 ago. 2022.

MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. **O Museu**. Disponível em:
<https://museuregionaldesaojoaodelrei.museus.gov.br/o-museu/>. Acesso em: 03 ago. 2022.

MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. **Acervo Museológico**. Disponível em:
<https://museuregionaldesaojoaodelrei.acervos.museus.gov.br/apresentacao-acervo-museologico/>. Acesso em: 03 ago. 2022.

MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. **Acervo Museológico**. Disponível em:
https://museuregionaldesaojoaodelrei.acervos.museus.gov.br/acervo_museologico/. Acesso em: 03 ago. 2022.

MUSEU SOLAR MONJARDIM. **Museu Solar Monjardim**. Disponível em:
<https://www.museus.gov.br/museus-ibram/museu-solar-monjardim-ibram/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

MUSEU SOLAR MONJARDIM. **Acervo Museológico**. Disponível em: <https://museusolarmonjardim.acervos.museus.gov.br/acervo/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

MUSEU VILLA-LOBOS. **Sobre o Museu**. Disponível em: <https://museuvillalobos.museus.gov.br/index.php/sobre-o-museu>. Acesso em: 08 ago. 2022.

MUSEU VILLA-LOBOS. **Acervo Online**. Disponível em: <https://museuvillalobos.museus.gov.br/index.php/acervo-online>. Acesso em: 08 ago. 2022.

MUSEU VILLA-LOBOS. **Fotografias**. Disponível em: <https://museuvillalobos.acervos.museus.gov.br/fotografias/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

MUSEU VILLA-LOBOS. **Museu Villa-Lobos**. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/partner/museum-villa-lobos>. Acesso em: 08 ago. 2022.

Planos Museológicos

MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA. **Plano Museológico**. 2018. Disponível em: <https://museuhistoricodealcantara.museus.gov.br/plano-museologico/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

MUSEU DA ABOLIÇÃO. **Plano Museológico**. 2018. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Plano_Museologico_Museu_da_Abolicao_2018_2021.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

MUSEU CASA DA PRINCESA (CASA SETECENTISTA). **Plano Museológico**. 2020. Disponível em: <https://museusibramgoias.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/planomuseologicomcp-2.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022..

MUSEU DAS BANDEIRAS. **Plano Museológico**. 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1zIOvBVMa4QHtNC6Wgc9cuNRn_affc2ww/view. Acesso em: 20 jun. 2022.

MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE. **Plano Museológico**. 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/18EUItVrOGFJLVs_6U79xdvy1Kv-jqUeh/view. Acesso em: 20 jun. 2022.

MUSEU DAS MISSÕES. **Plano Museológico**. 2011. Disponível em: <https://antigo.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/PMMissoes-2011-2015.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MUSEU VICTOR MEIRELLES. **Plano Museológico**. 2019. Disponível em: <https://museuvictormeirelles.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/Plano-Museol%C3%B3gico-MVM-2019-APROVADO.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MUSEU CASA DA HERA. **Plano Museológico**. 2019. Disponível em: https://museucasadahera.museus.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Plano_Museologico_2022.pdf. Acesso em: 23 jun. 2022.

MUSEU CASA DE BENJAMIN CONSTANT. **Plano Museológico**. 2020. Disponível em: <https://museucasabenjaminconstant.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Plano-Museologico-2020-2023.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. **Plano Museológico**. 2019. Disponível em: <https://museudainconfidencia.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Plano-Museologico-do-Museu-da-Inconfidancia-2019-2022-1.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MUSEU DA REPÚBLICA. **Plano Museológico**. 2010. Disponível em: <https://antigo.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/Plano-Museologico-do-Museu-da-Republica.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2022.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA / SOCIOAMBIENTAL DE ITAIPU. **Plano Museológico**. 2011. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/PlanoMuseologico_MuseuSocioambientalItaipu.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL. **Plano Museológico**. 2020. Disponível em: <https://museudeartereligiosaetradicional.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Plano-Museologico-Mart-2020-2023.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

MUSEU DO DIAMANTE. **Plano Museológico**. 2019. Disponível em: <https://museudodiamante.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/PLANO-MUSEOLOGICO-MUSEU-DO-DIAMANTE-SITE.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

MUSEU DO OURO – CASA BORBA GATO. **Plano Museológico**. 2017. Revisado em 2019. Disponível em: <https://museudoouro.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Plano-Museologico-MDO-2017-2020.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Plano Museológico**. 2020. Disponível em: <https://mhn.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Plano-Museologico-MHN-2020-2023.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MUSEU LASAR SEGALL. **Plano Museológico**. 2017. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Plano-Museologico-Museu-Lasar-Segall-2017.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. **Plano Museológico**. 2016. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Plano-Museologico-MNBA.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. **Plano Museológico**. 2019. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1D9OSHgP_tvyV0W9EWujjG0b6UlulXPu0/view.
Acesso em: 03 ago. 2022.

MUSEU SOLAR MONJARDIM. **Plano Museológico**. 2011. Disponível em:
https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/PlanoMuseologico_MuseuSolarMonjardim.pdf. Acesso em: 05 ago. 2022.

MUSEU VILLA-LOBOS. **Plano Museológico**. 2008. Disponível em:
<https://antigo.museus.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Plano-Museologico-do-Museu-Villa-Lobos.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2022.

ANEXO

ANEXO A – RESOLUÇÃO NORMATIVA IBRAM Nº 6, DE 31 DE AGOSTO DE 2021**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**

Publicado em: 02/09/2021 | Edição: 167 | Seção: 1 | Página: 156

Órgão: Ministério do Turismo/Instituto Brasileiro de Museus

RESOLUÇÃO NORMATIVA IBRAM Nº 6, DE 31 DE AGOSTO DE 2021

Normatiza o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 20, II e IV do Anexo I do Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009, de acordo com a deliberação da Diretoria Colegiada, em reunião realizada em 12 de agosto de 2021, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º e 4º da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 e no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 e o constante no autos do processo nº 01415.004289/2014-31, resolve:

Art. 1º Esta Resolução Normativa regulamenta os arts. 11 e 12 do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que institui o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados - INBCM, a ser coordenado pelo Ibram, para os fins previstos no art. 41 da Lei nº 11.904, de 2009.

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 2º O INBCM é um instrumento de inserção periódica de dados sobre os bens culturais musealizados que integram os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico dos museus brasileiros, para fins de identificação, acautelamento e preservação, previstos na Política Nacional de Museus, instituído pela Lei nº 11.904/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.124 de 2013, sem prejuízo de outras formas de proteção existentes.

§1º Conforme o disposto no art. 11 do Decreto nº 8.124 de 2013 e, para os fins previstos no art. 41 da Lei nº 11.904 de 2009, o Instituto Brasileiro de Museus - Ibram coordenará e manterá atualizado o INBCM, sendo os museus responsáveis pelo conteúdo e envio dos dados sobre os seus bens culturais musealizados.

§2º Conforme o disposto item c, inciso IV, do art. 3º Decreto nº 8.124/2013, compete ao Ibram regular, coordenar e manter atualizado para consulta o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados.

Art. 3º Todos os museus inscritos no Registro de Museus deverão informar ao INBCM sobre os seus bens culturais musealizados, conforme o art. 11 do Decreto nº 8.124/2013.

Parágrafo único. As informações ao INBCM deverão ser, anualmente, enviadas ao Departamento de Processos Museais - DPMUS/IBRAM.

Art. 4º A implementação do INBCM obedecerá às seguintes etapas:

I - definição dos elementos de descrição que irão compor as informações sobre os bens culturais musealizados que deverão ser declarados no INBCM, a ser desenvolvida pelo DPMUS/Ibram e CGSIM/Ibram;

II - publicação das recomendações técnicas para o preenchimento dos elementos de descrição sobre os bens culturais musealizados a serem desenvolvidas pelo DPMUS/Ibram e CGSIM/Ibram; e

III - publicação das recomendações para envio e consulta das informações do INBCM ao Ibram.

Art. 5º O INBCM não substitui os outros instrumentos de documentação e pesquisa realizados nos museus.

Art. 6º Para efeito desta Resolução Normativa, consideram-se:

I - os bens culturais de caráter museológico - bens materiais que, ao serem incorporados aos museus, perderam as suas funções originais e ganharam outros valores simbólicos, artísticos, históricos e/ou culturais, passando a corresponder ao interesse e objetivo de preservação, pesquisa e comunicação de um museu; e

II - os bens culturais de caráter bibliográfico que sejam classificados como obras raras que estejam enquadrados em, pelo menos, uma das seguintes situações:

a) primeiras impressões dos séculos XV - XVI;

b) impressões dos séculos XVII e XVIII;

c) obras impressas no Brasil, no século XIX;

d) edições clandestinas;

e) edições de tiragem reduzida;

f) exemplares com anotações manuscritas de importância (incluindo dedicatórias);

g) obras esgotadas (edições consagradas e não reeditadas);

h) obras que datam do período inicial de qualquer ramo do conhecimento;

i) obras que possuam suportes especiais (papel de trapo, papel de linho, pergaminho e papiro); e

j) obras com ex-libris, encadernações originais, de luxo, ilustrações originais e/ou reproduzidas artesanalmente (xilogravura, água forte, aquarela, etc).

III - os bens culturais de caráter bibliográfico que sejam classificados como obras preciosas, assim consideradas as coleções especiais formadas por materiais bibliográficos compostos por publicações que não são raras, mas que tem algum valor de posse e de identidade com o museu e a instituição a qual pertença e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

a) obras que compõem a produção tipográfica do museu e/ou da instituição a qual pertença;

b) obras que contam a história do museu e/ou da instituição a qual pertença;

c) obras que caracterizam as primeiras produções tipográficas da localidade a qual o museu está inserido; e

d) obras que pertençam a um conjunto bibliográfico de personalidade ilustre.

IV - os bens culturais de caráter arquivístico, assim considerados os conjuntos de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades específicas, independente da natureza dos documentos e suporte da

informação, com valor histórico-cultural, probatório, informativo e legal que justifique sua guarda permanente e estejam enquadrados nos seguintes critérios:

a) fundos ou arquivos (públicos ou privados) adquiridos pelos museus por meio de doação, legado, depósito, permuta, compra ou comodato devido ao seu valor histórico-cultural, probatório, informativo e de pesquisa que justifiquem sua guarda permanente;

b) coleções, assim considerados os conjuntos de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente, independentemente de sua proveniência, inclusive as coleções adquiridas, ou formadas artificialmente pelo próprio museu; e

c) fundos ou arquivos institucionais, assim considerados os conjuntos de documentos produzidos e acumulados no exercício das atividades meio e fim do museu, de valor probatório, legal, testemunhal e histórico-cultural de guarda permanente que passaram pela gestão documental.

CAPÍTULO II

DOS ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

Art. 7º Para fins de identificação do bem cultural musealizado no INBCM, os elementos de descrição que deverão compor as informações no preenchimento da declaração do inventário, de acordo com as especificidades das áreas da Museologia, da Biblioteconomia e da Arquivologia, são os seguintes:

§1º Elementos de descrição para identificação do bem cultural de caráter museológico:

I - número de registro - informação obrigatória do registro individual definido pelo museu para identificação e controle do objeto dentro do acervo;

II - outros números - informação facultativa de numerações anteriores atribuídas ao objeto, tais como números antigos e números patrimoniais;

III - situação - informação obrigatória da situação em que se encontra o objeto, o seu status dentro do acervo do museu, com a marcação das seguintes opções:

a) localizado;

b) não localizado;

c) excluído;

IV - denominação - informação obrigatória do nome que identifica o objeto;

V - título - informação facultativa da denominação dada ao objeto atribuído pelo autor, curador ou pelo profissional da documentação;

VI - autor - informação obrigatória do nome do autor do objeto (individual ou coletivo);

VII - classificação - informação facultativa da classificação do objeto segundo o "Thesaurus" para Acervos Museológicos ou outros vocabulários controlados;

VIII - resumo descritivo - informação obrigatória do resumo da descrição textual do objeto, apresentando as características que o identifique inequivocamente e sua função original;

IX - dimensões - informação obrigatória das dimensões físicas do objeto, considerando-se as medidas bidimensionais (altura x largura), tridimensionais (altura x largura x profundidade), circulares (diâmetro x espessura) e peso;

X - material/técnica - informação obrigatória dos materiais do suporte que compõem o objeto, hierarquizando sempre a sua maior área confeccionada/manufaturada e a técnica empregada na sua manufatura;

XI - estado de conservação - informação obrigatória do estado de conservação em que se encontra o objeto, na data da inserção das informações;

XII - local de produção - informação facultativa da indicação geográfica do local onde o objeto foi confeccionado;

XIII - data de produção - informação facultativa da data ou período de confecção/produção/manufatura do objeto;

XIV - condições de reprodução - informação obrigatória com a descrição das condições de reprodução do objeto, indicando se há alguma restrição que possa impedir a reprodução/divulgação da imagem do objeto nos meios ou ferramentas de divulgação; e

XV - mídias relacionadas - informação facultativa acerca da inserção de arquivos de imagem, sons, vídeos e/ou textuais relacionados ao objeto.

§2º Elementos de descrição para identificação do bem cultural de caráter bibliográfico:

I - número de registro - informação obrigatória do registro individual definido pela biblioteca do museu para identificação e controle do exemplar dentro do acervo;

II - outros números - informação facultativa da numeração anterior atribuída ao objeto, tais como números antigos e números patrimoniais;

III - situação - informação obrigatória da situação em que se encontra o objeto, ou seja, seu status dentro do acervo da biblioteca do museu com a marcação das seguintes opções:

a) localizado;

b) não localizado;

c) excluído;

IV - título - informação obrigatória do título principal, do subtítulo, da série ou da coleção e da edição para os casos que houver;

V - tipo - informação obrigatória da Designação Geral do Material (DGM) com as informações a cerca da classe geral do material que pertence o objeto (mapa, livro, periódico e outros);

VI - identificação de responsabilidade - informação obrigatória de todos os responsáveis pela obra, tais como: autor, ilustrador, entidade responsável, editor e outros;

VII - local de produção - informação obrigatória da indicação geográfica do local onde a obra foi publicada;

VIII - editora - informação obrigatória do nome da editora ou distribuidora da obra;

IX - data - informação obrigatória da data de publicação da edição;

X - dimensão física - informação obrigatória do tamanho do objeto e da extensão do item de acordo com a terminologia sugerida no próprio objeto, em números arábicos correspondentes ao número das partes físicas tais como: páginas, folhas, lâminas, cadernos;

XI - material / técnica - informação obrigatória das características físicas do objeto, como materiais do suporte no qual é constituído, presença de ilustrações e materiais adicionais;

XII - encadernação - informação obrigatória das características físicas da encadernação referentes às obras raras;

XIII - resumo descritivo - informação obrigatória da descrição textual do objeto apresentando as características que o identifique, inequivocamente, assim como sua função original;

XIV - estado de conservação - informação obrigatória do estado de conservação em que se encontra o objeto na data da inserção das informações;

XV - assunto principal - informação obrigatória dos termos que indicam os assuntos principais tratados pelo objeto;

XVI - assunto cronológico - informação facultativa dos termos que indicam o período tratado pela obra, caso haja;

XVII - assunto geográfico - informação facultativa dos termos que indicam a área geográfica tratada pela obra, caso haja;

XVIII - condições de reprodução - informação obrigatória das condições de reprodução do bem cultural, informação se há alguma restrição que possa impedir a reprodução/divulgação da imagem do bem em meios ou ferramentas de divulgação; e

XIX - mídias relacionadas - informação facultativa acerca da inserção de arquivos de imagem, sons, vídeos e/ou textuais relacionados ao objeto.

§3º Elementos de descrição para identificação do bem cultural de caráter arquivístico:

I - código de referência - informação obrigatória de identificação da unidade de descrição a ser empreendida utilizando-se padrão do Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (CODEARQ);

II - título - informação obrigatória que identifica nominalmente a unidade de descrição, devendo ser registrado o título original. No nível de descrição 0 (acervo da entidade custodiadora) deverá ser registrado como título o nome da entidade e, no nível de descrição 1 (fundo) o título deverá representar o produtor. No caso de uma coleção, o título deverá representar o colecionador ou o tema da coleção;

III - data - informação obrigatória da(s) data(s) de produção da unidade de descrição. Opcionalmente, registre outras datas crônicas pertinentes, como data(s) de acumulação ou data(s)-assunto. Caso seja relevante, poderá ser registrado também a(s) data(s) tópica(s) de produção da unidade de descrição. Pode-se, neste elemento, trabalhar com períodos, ou seja, datas-limite;

IV - nível de descrição - informação obrigatória do nível da unidade de descrição em relação às demais, com as seguintes definições: nível 0 = acervo da entidade custodiadora e nível 1 = fundo ou coleção;

V - dimensão e suporte - informação obrigatória das dimensões físicas ou lógicas e o suporte da unidade de descrição. As dimensões tornam-se mais precisas quando associadas a informações relativas ao gênero, espécie ou tipo de documentos. O registro das dimensões deve ser feito por gênero documental, variando conforme o nível de descrição. São considerados os seguintes gêneros documentais: bibliográfico, cartográfico, eletrônico, filmográfico, iconográfico, micrográfico, sonoro, textual, tridimensional. Em caso de acervo predominantemente textual e na ausência de informação discriminada dos demais gêneros que compõem o acervo, deverá indicar as dimensões em metros lineares;

VI - nome do produtor - informação obrigatória do(s) produtor(es) da unidade de descrição. Registrar a(s) forma(s) normalizada(s) do(s) nome(s) da(s) entidade(s) produtora(s) da unidade de descrição. O produtor é a entidade singular ou coletiva responsável, em última instância, pela acumulação do acervo. Ao longo do seu tempo de atividade, o produtor, seja uma entidade coletiva, pessoa ou família, pode ter seu nome modificado. O produtor e autor devem ser considerados figuras distintas, conforme prescrito pela Norma Internacional de Registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (ISAAR - CPF), estabelecendo as relações pertinentes com este elemento de descrição;

VII - história administrativa / biografia - informação facultativa de referenciais sistematizadas da

unidade de descrição:

VIII - história arquivística - informação facultativa de referenciais sistematizados sobre a história da produção e acumulação da unidade de descrição, bem como sobre a sua custódia. Informar também sobre extravios, sinistros e ocorrências similares de que se tenha notícia, se possível com datas precisas e outras referências;

IX - procedência - informação facultativa para identificar a origem imediata de aquisição ou transferência da unidade de descrição. Registrar o nome da entidade que encaminhou, a forma e data de aquisição, podendo também incluir outras referências pertinentes;

X - âmbito e conteúdo - informações facultativas relevantes ou complementares, ao Título (b) da unidade de descrição. Informar, de acordo com o nível, o âmbito (contexto histórico e geográfico) e o conteúdo (tipologia documental, assunto e estrutura da informação) da unidade de descrição;

XI - sistema de arranjo - informação facultativa sobre a estrutura interna, ordem e/ou sistema de arranjo da unidade de descrição. Informar sobre a organização da unidade de descrição, especialmente quanto ao estágio de tratamento técnico. Os estágios de tratamento mais usuais são: identificado, organizado e descrito, parcial ou totalmente;

XII - condições de reprodução - informação obrigatória das condições de reprodução do bem cultural. Registra se há alguma restrição, a exemplo das leis, que possam impedir a reprodução/divulgação da imagem do bem em meios ou ferramentas de divulgação;

XIII - existência e localização dos originais - informação facultativa acerca da existência e a localização, ou inexistência, dos originais de uma unidade de descrição constituída por cópias, bem como registrar quaisquer números de controle significativos, se o original pertencer à entidade custodiadora ou a outra entidade. No caso dos originais não existirem ou ser desconhecida a sua localização, registre essa informação;

XIV - notas sobre conservação - informação facultativa sobre o estado de conservação em que se encontra o fundo ou coleção na data da inserção das informações; e

XV - pontos de acesso e indexação de assuntos - informação facultativa dos procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário; e

XVI - mídias relacionadas - informação facultativa acerca da inserção de arquivos de imagem, sons, vídeos e/ou textuais relacionados ao objeto.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Fica revogada a Resolução Normativa nº 1, de 31 de julho de 2014.

Art. 9º Fica revogada a Resolução Normativa nº 2, de 29 de agosto de 2014.

Art. 10. Esta Resolução Normativa entra em vigor em 1º de outubro de 2021.

PEDRO MACHADO MASTROBUONO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

